

PROJETO PARQUE SOLAR SOPHIA

Plano de Envolvimento das Comunidades e Programa de Benefícios Partilhados

Setembro 2026



Aviso sobre a integridade dos documentos disponibilizados para consulta pública

Os documentos disponibilizados para consulta pública correspondem, na data da sua entrega, às versões oficialmente submetidas por Coloursflow - Unipessoal Lda. no âmbito do procedimento de avaliação de impacte ambiental do projeto do Parque Solar Sophia.

Após a respetiva entrega e disponibilização ao público nas instalações das entidades competentes, a Coloursflow - Unipessoal Lda. não controla diretamente as condições de guarda, manuseamento, reprodução ou acesso aos documentos. Por esse motivo, não poderá ser responsabilizada por alterações, rasuras, substituições, supressões, reproduções incompletas ou quaisquer outras adulterações efetuadas por terceiros sem a sua autorização.

Em caso de dúvida quanto à autenticidade, integridade ou atualidade de qualquer documento, deverá ser consultada a versão oficial disponibilizada em www.participa.pt e em www.parquesolarsophia.pt. ou solicitada confirmação através de info.portugal@lightsourcebp.com.

Resumo executivo	
1.	Introdução 13
1.1.	Enquadramento 13
1.2.	Objetivo, âmbito e estrutura do documento 15
1.3.	O compromisso da Lightsource bp com o território 16
1.4.	Metodologia, equipa e responsabilidades na preparação do documento 18
2.	Conhecer o território, reconhecer as comunidades 22
2.1.	Contexto territorial, social e económico 22
2.2.	Redefinição da área de influência 26
2.3.	Mapa de grupos de interesse (<i>stakeholders</i>) 28
2.3.1.	Administração pública e autarquias locais 30
2.3.2.	Comunidade e território 31
2.3.3.	Organizações e atividade económica 33
2.3.4.	Sociedade civil e opinião pública 35
3.	Diálogo 37
3.1.	Objetivos do diálogo: escuta ativa e esclarecimento 37
3.2.	Mecanismos de diálogo e partilha de informação 38
3.3.	Contactos, reuniões e eventos realizados 38
3.3.1.	Reuniões e contactos institucionais e locais 38
3.3.2.	Sessões específicas com a população 40
3.3.3.	Mecanismo de recolha de opinião 44
3.3.4.	Canais de divulgação de informação 45
3.4.	Preocupações e expectativas identificadas 47
4.	Inclusão e reformulação 48
4.1.	Enquadramento e princípios da reformulação 48
4.2.	Inclusão: o que ouvimos, como respondemos e o que alterámos 49
4.2.1.	Preocupação 1: Impacte na paisagem rural e na identidade do território 50
4.2.2.	Preocupação 2: Compatibilidade com usos produtivos do solo 52
4.2.3.	Preocupação 3: Conciliação entre produção solar e atividade pecuária 53
4.2.4.	Preocupação 4: Efeitos negativos no setor turístico local 54
4.2.5.	Preocupação 5: Eventual aumento da temperatura local ou regional 57
4.2.6.	Preocupação 6: Possível competição pelo consumo de água 59
4.2.7.	Preocupação 7: Biodiversidade, nomeadamente o abate de azinheiras e sobreiros 60
4.2.8.	Preocupação 8: Possível afetação da saúde por influência das linhas elétricas 61
4.2.9.	Preocupação 9: redução direta na fatura de eletricidade 62

4.2.10.	Preocupação 10: processo mais compreensível, próximo e transparente	63
4.2.11.	Preocupação 11: Garantia de Aplicação e Governança de Programa de Benefícios partilhados	64
4.3.	Síntese da nova configuração do projeto: Principais alterações em relação à configuração anterior	65
5.	Compromisso	68
5.1.	Enquadramento legal e medidas-padrão	68
5.2.	Compensações financeiras aos municípios	69
5.3.	Benefícios de escala territorial e macrobenefícios	70
6.	Partilha	71
6.1.	Programa de Benefícios Partilhados (PBP): Enquadramento e objetivos	71
6.2.	Programa de Benefícios Partilhados (PBP): iniciativas de proximidade	76
6.2.1.	LUZ Partilhada: Poupança na fatura de eletricidade	76
6.2.2.	Banco de Energia: combate a pobreza energética	83
6.2.3.	Fundo de Investimento Social Local	86
6.2.4.	Apoio a bombeiros: combate a incêndios e transporte de doentes	92
6.2.5.	Prevenção de incêndios: limpeza de bermas	97
6.2.6.	Integração Agroecológica e do Pastoreio	101
6.2.7.	Promoção do emprego verde qualificado	106
6.2.8.	Literacia energética	109
6.2.9.	Programa ZERO_Destinations: turismo sustentável	112
6.2.10.	INTRA_Rail: Beira Baixa experience	116
6.3.	Parcerias estratégicas e protocolos assinados	124
6.3.1.	Os parceiros e o seu papel	124
6.3.2.	Parcerias em desenvolvimento	126
6.4.	Impacto socioeconómico do Programa de Benefícios Partilhados	126
7.	Governança, Compromissos e Próximos Passos	129
7.1.	Enquadramento do modelo de governação	129
7.2.	Arquitetura de governação	130
7.2.1.	Comissão de Acompanhamento	131
7.2.2.	Secretariado Técnico Independente	132
7.3.	Governação por Medida	133
7.3.1.	Regras comuns às medidas	133
7.3.2.	LUZ Partilhada	135
7.3.3.	Banco de Energia	135
7.3.4.	Fundo de Investimento Social Local	136
7.3.5.	Apoio aos bombeiros	137

7.3.6.	Prevenção de incêndios	138
7.3.7.	Agropastorícia	138
7.3.8.	Promoção da empregabilidade	139
7.3.9.	Literacia energética	140
7.3.10.	ZERO_Destinations	140
7.3.11.	INTRA_Rail	141
7.4.	Mecanismos de salvaguarda para os 42 anos	141
7.5.	Ciclo anual de reporte	143
8.	Próximos passos	143
9.	ANEXOS	145

<i>Figura 1 Cronograma geral do Projeto do Parque Solar Sophia</i>	14
<i>Figura 2 Área de influência alargada – Projeto Solar Sophia</i>	26
<i>Figura 3 Localização do Projeto Solar Sophia reformulado</i>	28
<i>Figura 4. Exercício de co-desenho do layout com presidentes de junta (relocalização de painéis, incorporação de cortinas arbóreas)</i>	39
<i>Figura 5 Reunião com a Câmara Municipal de Penamacor, novembro de 2025 (fonte: Sapo.pt).</i>	39
<i>Figura 6. Reunião com proprietários e agricultores, janeiro de 2026.</i>	40
<i>Figura 7 Sessões de recolha de opinião.</i>	41
<i>Figura 8 Algumas fotografias tiradas durante os eventos</i>	43
<i>Figura 9 Inquérito de recolha de opiniões</i>	44
<i>Figura 10 Website e Facebook do Projeto Sophia</i>	46
<i>Figura 11 Exemplos de publicações no Facebook.</i>	46
<i>Figura 12 Mata da Rainha antes e depois da reformulação do Projeto Solar Sophia.</i>	51
<i>Figura 13 Pedrógão de São Pedro antes e depois da reformulação do Projeto Solar Sophia</i>	51
<i>Figura 14 Aldeia de Santa Margarida antes e depois da reformulação do Projeto Solar Sophia</i>	52
<i>Figura 15 Orca antes e depois da reformulação do Projeto Solar Sophia.</i>	53
<i>Figura 16 Componentes do Plano Estratégico de Integração Agroecológica e do Pastoreio.</i>	54
<i>Figura 17 Aldeia de Sta. Margarida antes e depois da reformulação do Projeto Solar Sophia.</i>	55
<i>Figura 18 Aldeia de Sta. Margarida EM557 – cortinas arbóreas depois da reformulação do Projeto Solar Sophia</i>	55
<i>Figura 19 Comparação entre o crescimento do turismo e o aumento das instalações de energias renováveis (Fonte: Estudo Socioeconómico - EY)</i>	56
<i>Figura 20 Limpeza de painéis com água osmótica num parque solar da Lightsource bp.</i>	59
<i>Figura 21 Principais alterações em relação à configuração anterior.</i>	65
<i>Figura 22 Números-chave da proteção ambiental.</i>	66
<i>Figura 23 Números chave por Município</i>	67
<i>Figura 24 Quatro eixos de impacto local.</i>	72
<i>Figura 25 Website LUZ partilhada.</i>	76
<i>Figura 26 Estimativas anuais da população residente (Fonte: INE)</i>	88
<i>Figura 27 Arquitetura de governação do Programa: três níveis e 10 medidas.</i>	130

Tabela 1 Cronologia do processo	19
Tabela 2 O processo em números	19
Tabela 3 Equipa e responsabilidades	20
Tabela 4 Limitações do processo e medidas adotadas	22
Tabela 5 Definição da área de influência.	28
Tabela 6 Categorização dos grupos de interesse.	30
Tabela 7 Sessões de recolha de opinião (junho e julho de 2026).	40
Tabela 8 Participação nas Sessões de Esclarecimento do Projeto Reformulado	42
Tabela 9 Resumo das principais preocupações identificadas durante o processo de auscultação	48
Tabela 10 Preocupações incluídas no processo de reformulação	50
Tabela 11 Limites de exposição aplicáveis à população em geral.	62
Tabela 12 Compensações financeiras aos municípios previstas na lei.	69
Tabela 13 Síntese de Investimento por eixo.	73
Tabela 14 Eixo 1: Investimento Energia	73
Tabela 15 Eixo 2: Investimento Comunidade e Território.	74
Tabela 16 Eixo 3: Investimento Produtividade e Qualificação.	74
Tabela 17 Eixo 4: Investimento Turismo local	75
Tabela 18 Ficha números chave da iniciativa LUZ PARTILHADA.	76
Tabela 19 Fases da iniciativa LUZ PARTILHADA.	78
Tabela 20 Metas e indicadores de acompanhamento LUZ PARTILHADA.	79
Tabela 21 Entidades envolvidas LUZ PARTILHADA.	80
Tabela 22 Calendário da iniciativa LUZ PARTILHADA	81
Tabela 23 Riscos e medidas LUZ PARTILHADA.	82
Tabela 24 Ficha números chave da iniciativa Banco de Energia.	83
Tabela 25 Partes envolvidas na iniciativa Banco de Energia.	85
Tabela 26 Ciclo trabalho anual da iniciativa Banco de Energia.	85
Tabela 27 Ficha números chave da iniciativa Fundo de Investimento Social.	86
Tabela 28 Metas e indicadores da iniciativa Fundo de Investimento Social.	87
Tabela 29 Modelo de implementação da iniciativa Fundo de Investimento Social.	90
Tabela 30 Quando e quanto da iniciativa Fundo de Investimento Social.	90
Tabela 31 Riscos Identificados e Medidas de Mitigação.	91
Tabela 32 Ficha números chave da iniciativa Apoio a Bombeiros	92
Tabela 33 Metas e indicadores (metas indicativas, a validar com as corporações):	93
Tabela 34 Atores envolvidos.	94
Tabela 35 Quando e quanto	95
Tabela 36 Riscos Identificados e Medidas de Mitigação.	96
Tabela 37 Ficha números chave da iniciativa Prevenção de incêndios.	97
Tabela 38 Metas e indicadores (metas indicativas, a definir com os Municípios e as Juntas de Freguesia)	98
Tabela 39 Partes envolvidas	99
Tabela 40 Quando e quanto	100
Tabela 41 Riscos Identificados e Medidas de Mitigação	100
Tabela 42 Ficha números chave da iniciativa Plano Estratégico de Integração Agroecológica e do Pastoreio (PEIAP)	101
Tabela 43 . Metas e indicadores da iniciativa	102

<i>Tabela 44 Atores chave da iniciativa</i>	103
<i>Tabela 45 Fases da iniciativa</i>	104
<i>Tabela 46 Riscos Identificados e Medidas de Mitigação</i>	105
<i>Tabela 47 Ficha números chave da iniciativa Promoção do Emprego Verde Qualificado</i>	106
<i>Tabela 48 Exemplo de percursos formativos</i>	107
<i>Tabela 49 Atores envolvidos</i>	108
<i>Tabela 50 Ficha números chave da iniciativa Literacia Energética</i>	109
<i>Tabela 51 Beneficiários da iniciativa</i>	110
<i>Tabela 52 Atores envolvidos</i>	111
<i>Tabela 53 Riscos Identificados e Medidas de Mitigação</i>	111
<i>Tabela 54 Ficha números chave da iniciativa Programa ZERO_Destinations: turismo sustentável</i>	112
<i>Tabela 55 Linhas trabalho da iniciativa</i>	114
<i>Tabela 56 Orçamento da iniciativa</i>	115
<i>Tabela 57 Riscos Identificados e Medidas de Mitigação</i>	115
<i>Tabela 58 Ficha números chave da iniciativa INTRA_RAIL Live Trip “Beira Baixa Experience”</i>	116
<i>Tabela 59 Metas e indicadores da iniciativa</i>	118
<i>Tabela 60 Iniciativas do Programa de Benefícios Partilhados</i>	130
<i>Tabela 61 Comissão de Acompanhamento</i>	131
<i>Tabela 62 Estrutura de Governação das Medidas do Programa de Benefícios Partilhados</i>	134
<i>Tabela 63 Modelo de Governação</i>	139
<i>Tabela 64 Modelo de governação</i>	140
<i>Tabela 65 Ciclo anual de reporte</i>	143

Plano de Envolvimento das Comunidades e Programa de Benefícios Partilhados do Projeto do Parque Solar Sophia

RESUMO EXECUTIVO

Ouvir, mudar, partilhar: o nosso compromisso com o território

O Projeto do Parque Solar Sophia que hoje apresentamos é **um projeto diferente**. É mais pequeno, mais afastado das aldeias e das zonas sensíveis, e mais próximo daquilo que o território nos pediu. Não chegámos aqui sozinhos: **chegámos aqui porque ouvimos, com atenção e humildade, quem vive e trabalha no Fundão, em Idanha-a-Nova e em Penamacor**.

Este **Plano de Envolvimento das Comunidades e Programa de Benefícios Partilhados** conta essa história, e **constitui uma ferramenta de trabalho viva, que continuará a ser atualizada**. Desde a primeira página assume-se aquilo em que acreditamos: **um projeto de energia só faz sentido se for construído com o território e se deixar nele um valor real e duradouro**.

Ouvimos

Desde 2020, e de forma muito mais intensa a partir de 2023, a nossa equipa esteve presente no território, com visitas semanais ao longo do último ano. Contactámos mais de 60 entidades, realizámos cerca de 160 reuniões e trocámos cerca de 560 comunicações com autarquias, juntas de freguesia, agricultores, associações, agentes económicos e movimentos cívicos.

Organizámos 13 sessões de recolha de contributos, com cerca de 120 participantes, e 3 sessões de esclarecimento sobre o projeto reformulado, com cerca de 150 participantes. Mantivemos abertos canais permanentes, por formulário, correio eletrónico e WhatsApp, e respondemos à generalidade das mensagens recebidas. Ouvimos também, com igual atenção, as 12.693 participações da consulta pública de 2025 e o parecer da Comissão de Avaliação.

Cada contributo foi registado, analisado pela equipa técnica e acompanhado até ser dada uma resposta. Foram conversas exigentes, por vezes difíceis, mas sempre úteis. Foram elas que redesenharam o projeto.

Há uma pergunta que ouvimos muitas vezes: porquê aqui? Por que razão um projeto desta dimensão é desenvolvido nesta região? A questão é que um projeto solar só pode ser instalado onde exista um **ponto de ligação disponível à Rede Nacional de Transporte** (como acontece aqui, na Subestação do Fundão) e onde haja, além disso, **recurso solar e terreno disponível**, e, naturalmente, onde a **solução seja compatível com as condicionantes ambientais, territoriais e sociais** existentes.

Foi precisamente neste último ponto que concentrámos uma parte muito significativa do trabalho de reformulação, e é isso que se procura explicar em pormenor no presente documento.

Mudámos

Todas as preocupações identificadas foram analisadas, e a cada uma delas procurámos dar resposta. Dentro dos limites da viabilidade técnica e económica do projeto, procurámos ir ao encontro de cada preocupação. Onde foi possível alterar, alterámos. Onde a preocupação pedia evidência, encomendámos estudos independentes para compreender melhor o problema e partilhámos os resultados.

A reformulação seguiu **três critérios** que nasceram da escuta: **menor dimensão do projeto; saída das zonas de elevada aptidão agrícola, ecológicas e habitadas mais sensíveis; e infraestruturas elétricas mais simples.** Os resultados são concretos:

- A potência instalada desce de 867 para 573 MWp, e a área de painéis diminui de 390 para 250 hectares — **uma redução de cerca de 35%.**
- O Fundão deixa de ter painéis solares; em Idanha-a-Nova e Penamacor, cerca de 70% dos painéis passam a ocupar áreas de eucaliptal.
- O projeto fica 100% fora da Rede Natura 2000, da Reserva Agrícola Nacional, da Reserva Ecológica Nacional, de habitats sensíveis, de povoamentos de sobreiros e azinheiras, e de solos de elevado potencial agrícola.
- A solução de ligação à rede passa de duas linhas de muito alta tensão a uma só, afastada das populações e paralela, em 70% do percurso, a uma linha já existente.
- **Serão plantadas** 40.000 árvores de espécies locais, e as cortinas arbóreas junto a estradas e povoações **são reforçadas em 34%.**

O quadro seguinte resume o que ouvimos e o que mudámos.

O que ouvimos	O que mudámos
Paisagem e proximidade às aldeias	Painéis retirados junto a Mata da Rainha, Orca e Martianas; afastamento 2,3 vezes maior em Pedrógão de São Pedro (1,5 km) e 2,5 vezes maior em Aldeia de Santa Margarida (740 m); menos 81,5% de ocupação de áreas de valor visual muito elevado.
Usos agrícolas e regadio	Saída da Orca e da área do futuro Aproveitamento Hidroagrícola da Gardunha Sul; 100% fora da RAN e de solos de elevado potencial agrícola.
Agropastorícia	Plano de Integração Agroecológica e do Pastoreio, com a ANIMOB e a Bioinsight & Ecoa: pastoreio sob os painéis e Banco de Efetivo Animal Autóctone (Merino da Beira Baixa).

O que ouvimos	O que mudámos
Turismo	Blocos/núcleos de painéis reduzidos de 110 para 60, com corredores ecológicos; estudo independente de casos em Portugal; eixo do Programa dedicado ao turismo sustentável.
Temperatura local	Estudo independente do INEGI: sem alteração do clima regional; vegetação e cortinas arbóreas para minimizar efeitos locais.
Consumo de água	Consumo muito reduzido: limpeza dos painéis duas vezes por ano, só com água e sem químicos; captação controlada, sem competir com a agricultura.
Biodiversidade	Sem abate de sobreiros, azinheiras ou carvalhos-negrais de grande porte ou em povoamento; dormitório de abutre-preto afastado de 290 m para 4,4 km.
Saúde e linhas elétricas	Uma só linha de muito alta tensão, afastada das populações; campos eletromagnéticos abaixo dos limites legais.
Fatura de eletricidade	LUZ partilhada (poupanças até 45%, ejá em fase de arranque) e Banco de Energia para as famílias vulneráveis.
Transparência do processo	Canais permanentes de diálogo, sessões abertas e uma Comissão de Acompanhamento para toda a vida do projeto.
Garantia dos benefícios	Governança em três níveis, relatórios públicos, auditoria, avaliação de impacto e protocolo vinculativo em caso de venda do projeto.

Partilhamos

O **Programa de Benefícios Partilhados** é a nossa resposta mais direta às preocupações e às expectativas das populações. Não foi desenhado num gabinete: nasceu do território, das reuniões com as autarquias, as associações e os agentes locais, que nos ajudaram a identificar necessidades e oportunidades.

São **10 iniciativas**, organizadas em quatro eixos de impacto (Energia, Comunidade e Território, Produtividade e Qualificação, e Turismo local), com um **investimento voluntário de 20.360.400 €** ao longo de **42 anos**. Vão da poupança na fatura de eletricidade ao combate à pobreza energética, do apoio às instituições sociais e aos bombeiros à prevenção de incêndios, da pastorícia e do emprego verde ao turismo sustentável. Uma delas, a **LUZ Partilhada**, já está em fase de arranque, e, no que diz respeito a muitas outras, já celebrámos acordos de colaboração com parceiros especializados.

O Programa definitivo faz parte integrante do Projeto de Licenciamento do Parque Solar Sophia. Entretanto, continuaremos a concretizar as iniciativas. Estamos também a construir os mecanismos de governação que garantirão a sua aplicação com impacto no território: uma Comissão de Acompanhamento com os municípios, as juntas de freguesia, a sociedade civil e a Lightsource bp; um Secretariado Técnico Independente; e um órgão de gestão próprio para cada iniciativa, em que quem beneficia de um apoio não decide sobre ele. As atas, os relatórios e os apoios concedidos serão públicos, as contas serão auditadas e o impacto será avaliado periodicamente.

Continuamos a dialogar

Este documento não encerra um processo. Marca o início de uma relação que queremos manter durante toda a vida do projeto, da construção à exploração e ao fim de vida. Os canais de diálogo continuarão abertos, a Comissão de Acompanhamento reunirá com regularidade, e a nossa porta estará sempre aberta — a todas as pessoas e a todas as instituições, incluindo às que hoje discordam de nós.

Por isso, assumimos perante o território quatro compromissos:

- ✓ **Ouvir e dialogar sempre**, com canais permanentes e presença regular no terreno.
- ✓ **Responder a cada contributo**, explicando o que mudámos e porquê.
- ✓ **Cumprir o Programa de Benefícios Partilhados** durante os 42 anos de vida do projeto.
- ✓ **Prestar contas publicamente**, com relatórios, auditoria e avaliação independente.

Acreditamos que a transição energética só será justa se for feita com as pessoas, e é assim que queremos construir o Parque Solar Sophia: com o território, para o território.

Setembro 2026

1. Introdução

- O presente documento constitui o **Plano de Envolvimento das Comunidades e Programa de Benefícios Partilhados do Projeto do Parque Solar Sophia reformulado**.
- O documento **reúne o conhecimento do território**, o processo de escuta e o modelo de acompanhamento futuro, sem substituir os estudos técnicos do Estudo de Impacte Ambiental (EIA). Não obstante, o processo aqui descrito foi **determinante na reconfiguração do layout do Projeto**.
- O **envolvimento comunitário é um compromisso central da Lightsource bp**, orientado pela sua **Política Global de Envolvimento Comunitário** e pelas suas políticas internas de integridade.
- Desde 2020, a Lightsource bp tem promovido um processo contínuo de diálogo e envolvimento com as partes interessadas, reforçado a partir de 2023. Neste âmbito, foram contactadas mais **de 60 entidades, realizadas cerca de 160 reuniões, estabelecidas aproximadamente 560 comunicações e promovidas 13 sessões de recolha de contributos e 3 sessões de esclarecimento**, sob a coordenação de uma equipa dedicada da Lightsource bp.
- Os **contributos foram registados, analisados e integrados de forma rastreável e conforme ao RGPD**, com medidas específicas para as principais limitações do processo.

1.1. Enquadramento

O **Projeto do Parque Solar Sophia** é um parque solar fotovoltaico promovido pela **Coloursflow – Unipessoal Lda (detida a 100% pela Lightsource bp)** nos concelhos do Fundão, de Idanha-a-Nova e de Penamacor.

A Lightsource bp é uma empresa detida integralmente pela bp, especializada no desenvolvimento, construção e exploração de projetos de energias renováveis.

O desenvolvimento deste projeto iniciou-se em 2019 com os diversos estudos de prospeção e uma análise dinâmica de alternativas de localização tendo em conta as condicionantes ambientais e o acordo de ligação à rede de nacional de transporte de energia elétrica, gerida pela Rede Energética Nacional (REN), efetivado em 2023 tendo sido obtido **Título de Reserva de Capacidade ("TRC") para ligação à rede na Subestação do Fundão**.

O Projeto do Parque Solar Sophia encontra-se sujeito a procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), no âmbito do qual foi submetido o Estudo de Impacte Ambiental (EIA) **em fase de Estudo Prévio** em Dezembro de 2024.

Foi integrado neste EIA o **Plano de Envolvimento de Comunidades** assente no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 30-A/2022, de 18 de abril (retificado pela Declaração de Retificação n.º 14-A/2022, de 26 de abril, e alterado pelos Decretos-Leis n.º 72/2022, de 19 de outubro, e n.º

11/2023, de 10 de fevereiro), onde foi apresentado um mapeamento das partes interessadas e um conjunto de medidas macro que deverão ser detalhadas na fase de Projeto de Execução depois de obtida a Declaração de Impacte Ambiental.

O estudo prévio e respetivo EIA corresponde a uma solução preliminar, destinada a suportar a realização dos estudos técnicos e ambientais necessários e a recolha de contributos das entidades e das comunidades locais.

O Estudo de Impacte Ambiental foi submetido pela Agência Portuguesa do Ambiente a consulta pública em Outubro de 2025, na plataforma PARTICIPA (<https://participa.pt/>), tendo obtido uma participação de **12.693** participações.

O EIA e consulta pública foram avaliados pela Comissão de Avaliação de Impacte Ambiental que é nomeada pela Agência Portuguesa do Ambiente e reúne várias entidades e especialistas.

Face ao parecer elaborado pela Comissão de Avaliação (CA) a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) em articulação com o promotor, considerou que podem existir condições para proceder à modificação do projeto, tendo em conta as questões identificadas no parecer da CA, pelo que se acordou recorrer à prerrogativa prevista no artigo 16.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua atual redação, promovendo a **modificação do projeto para evitar ou reduzir efeitos no ambiente, e igualmente prever medidas adicionais de minimização.**

Assim o processo de AIA retoma o seu percurso, nos termos do artigo 16.º do respetivo regime jurídico (RJIAA), onde o promotor se propõe a apresentar um projeto reformulado e respetivo Relatório Ambiental. O processo seguirá o seu percurso previsto na lei sendo que se prevê que seja o seguinte:



Figura 1 Cronograma geral do Projeto do Parque Solar Sophia

Tal como o Projeto também o Plano de Envolvimento das Comunidades foi reformulado ao longo do último ano. Esta reformulação teve por base o parecer da Comissão de Avaliação, mas resultou, igualmente, de um processo de escuta ativa e de diálogo com os diversos agentes do território, que orientou a equipa técnica na reconfiguração de grande parte do layout do projeto.

Paralelamente, apresenta-se um Programa de Benefícios Partilhados significativamente mais robusto, com um grau de detalhe que se destaca para a presente fase de licenciamento — a

de Estudo Prévio. Este Programa foi co-desenhado com o território e é desenvolvido em detalhe ao longo deste documento.

1.2. Objetivo, âmbito e estrutura do documento

Para a Lightsource bp, envolver as comunidades e partilhar com elas os benefícios dos seus projetos faz parte do modo como os desenvolve e opera. O presente **Plano de Envolvimento das Comunidades e Programa de Benefícios Partilhados** concretiza esse compromisso no âmbito do **Projeto do Parque Solar Sophia**.

Um documento que acompanha o projeto

Este documento atualiza e desenvolve a proposta de Plano de Envolvimento das Comunidades Locais apresentada no procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA). Essa proposta estabelecia as medidas-padrão e as diretrizes previstas no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 30-A/2022. Foi concebida como uma etapa intermédia, e não definitiva, na construção do Plano, e já foi disponibilizada para informação pública numa fase preliminar.

Esta nova edição resulta, sobretudo, do trabalho feito no último ano, no âmbito da reformulação global do Projeto do Parque Solar Sophia. Descreve em pormenor as ações de envolvimento realizadas com as comunidades e apresenta a proposta de Programa de Benefícios Partilhados.

Tal como a versão anterior, este não é um documento fechado. É uma ferramenta de trabalho viva, que será atualizada à medida que avance o procedimento de AIA e a definição do Programa de Benefícios Partilhados.

Objetivo

O documento reúne num único texto:

- o conhecimento adquirido sobre o território;
- o processo de escuta das comunidades;
- a forma como os contributos recolhidos influenciaram a reformulação do projeto;
- o Programa de Benefícios Partilhados;
- o modelo de acompanhamento previsto para a fase seguinte.

Não substitui os estudos técnicos do procedimento de AIA nem outros estudos independentes. Estes são documentos de referência autónomos e são citados ao longo do texto sempre que for relevante.

Âmbito

- **Territorial:** a área de influência do projeto reformulado, que abrange os três municípios afetados (Fundão, Idanha-a-Nova e Penamacor) e as respetivas freguesias, bem como as partes interessadas identificadas.

- **Temático:** o conhecimento do território, o processo de escuta, a reformulação do projeto e o Programa de Benefícios Partilhados.

Temporal: o processo desenvolvido desde 2020 até à atual fase de licenciamento.

Estrutura

A estrutura do documento segue as etapas do próprio processo: conhecer o território e assumir um compromisso, ouvir e dialogar com as comunidades, integrar o que foi ouvido, mostrar o que mudou, partilhar benefícios, apresentar publicamente os resultados e definir compromissos para a fase seguinte.

Depois desta introdução, o documento divide-se em sete capítulos e termina com um conjunto de anexos documentais:

- ✓ **Conhecer o Território, Reconhecer as Comunidades:** o contexto territorial, social, económico e institucional dos três municípios; os principais riscos, oportunidades e partes interessadas identificados; e a delimitação da área de influência do projeto.
- ✓ **Diálogo:** a metodologia, os canais e o calendário do processo de escuta ativa; as reuniões realizadas e os contributos recolhidos, resumo das preocupações manifestadas pelas comunidades. Por último o processo de informação e esclarecimento, com a apresentação pública dos resultados deste processo às comunidades.
- ✓ **Inclusão e reformulação:** a forma como os contributos recolhidos foram integrados no estudo de alternativas que levou à reformulação do projeto e à proposta de Programa de Benefícios Partilhados.
- ✓ **Compromisso** Medidas-padrão previstas no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 30-A/2022 e benefícios de escala territorial e macrobenefícios.
- ✓ **Partilha:** Programa de Benefícios Partilhados, o seu enquadramento legal e voluntário, o conjunto de medidas, o seu impacto económico e as parcerias previstas.
- ✓ **Governança e Compromissos:** o modelo de governação, acompanhamento e prestação de contas previsto para a fase seguinte.
- ✓ **Próximos passos:** Um calendário com etapas claras a seguir no que diz respeito ao envolvimento da comunidade no processo de licenciamento

Além disso, inclui-se um capítulo de **Anexos**.

1.3. O compromisso da Lightsource bp com o território

A Lightsource bp assume, na condução de todos os seus projetos um forte compromisso com o desenvolvimento sustentável e responsável, tendo como pilares fundamentais a transparência, a ética e o respeito pelas comunidades e pelos recursos locais.

Neste sentido, Lightsource bp considera o envolvimento das comunidades e a partilha de benefícios como um elemento central do seu desempenho ambiental e social, e uma componente essencial das boas práticas e da cidadania empresarial.

A Lightsource bp reconhece, em particular, que o envolvimento comunitário constitui um elemento-chave para alcançar e manter o suporte alargado e sustentado dos principais atores locais, na medida em que os pontos de vista, preocupações e interesses do território são identificados, recebidos, compreendidos e ponderados na conceção e na execução do projeto.

Para a Lightsource bp, o envolvimento com as comunidades é uma parte essencial da forma como atua. Por isso, a empresa tem uma Política Global de Envolvimento Comunitário, que explica a importância deste compromisso e define os princípios que orientam a relação com as partes interessadas locais em todas as atividades e regiões onde opera.

Política Global de Envolvimento Comunitário da Lightsource bp

A Lightsource bp reconhece o importante papel das comunidades locais no avanço da transição energética. Estamos empenhados em promover um envolvimento significativo ao longo de todo o ciclo de vida dos nossos projetos de energias renováveis, em conformidade com os nossos Valores Fundamentais e com os seguintes princípios:

1. ***Envolvimento informado:*** procuramos compreender os contextos locais específicos para orientar as nossas abordagens de envolvimento, através da identificação das partes interessadas e da compreensão das prioridades, preocupações e oportunidades locais.
2. ***Diálogo aberto:*** estamos empenhados em manter uma comunicação transparente, construtiva e assente no respeito mútuo sobre os nossos projetos. Procuramos responder a questões e comentários de forma diligente e atempada.
3. ***Envolvimento respeitador:*** comprometemo-nos a respeitar a história, os costumes e a importância cultural do território e das comunidades locais, incluindo os povos indígenas, em todas as nossas atividades.
4. ***Valor partilhado:*** damos prioridade a iniciativas e parcerias alinhadas com os nossos Valores Fundamentais que respondam às necessidades das comunidades locais, nomeadamente através da criação de emprego, do desenvolvimento de competências profissionais, da melhoria das condições socioeconómicas, da educação, da melhoria das infraestruturas e da valorização dos habitats.
5. ***Segurança:*** damos prioridade à nossa cultura de segurança no planeamento das atividades de envolvimento e identificamos e gerimos de forma proativa os potenciais riscos.

Para **além desta política geral**, é necessário ter em conta que a implementação de qualquer uma das medidas padrão e das medidas das outras iniciativas no âmbito do Programa de Benefícios Partilhados depende do **cumprimento das políticas internas da Lightsource bp em matéria de combate ao suborno e à corrupção, prevenção de crimes financeiros, conflitos de interesses, due diligence e gestão do risco de contraparte, ética e conduta empresarial, escravidão moderna e tráfico de seres humanos, e conformidade**.

1.4. Metodologia, equipa e responsabilidades na preparação do documento

A Lightsource bp aplica a sua Política Global de Envolvimento Comunitário através de uma **metodologia de trabalho estruturada**. Esta metodologia define processos, responsabilidades e formas de trabalhar claras para todas as equipas e parceiros que se relacionam com as partes interessadas locais. No Projeto do Parque Solar Sophia, foi esta metodologia que orientou o processo de envolvimento e a preparação do presente documento.

Cronologia do processo

O envolvimento das comunidades acompanhou todas as fases do projeto, desde os primeiros contactos institucionais, em 2020 intensificando-se a partir de 2023 até à apresentação pública do projeto reformulado.

Período	Fase	Principais ações de envolvimento
2020 a 2025	Desenvolvimento do projeto inicial	Contactos institucionais e reuniões com as autarquias
2025	Procedimento de AIA	Consulta pública do Projeto em fase do Estudo Prévio e apresentação da proposta inicial do Plano de Envolvimento das Comunidades e Programa de Benefícios Partilhados Preliminar
Desde Out. de 2025	Recolha de contributos	Aprofundamento do diálogo com as autarquias e com outras partes interessadas-chave, incluindo a criação de uma comissão de acompanhamento. Caracterização dos impactes do projeto. Recolha de contributos para melhorar o desenho do projeto através de vários canais de diálogo incluindo sessões presenciais e personalizadas de recolha de contributos nos três municípios (junho–julho) Desenvolvimento do Plano de Envolvimento das Comunidades e Programa de Benefícios Partilhados.

Período	Fase	Principais ações de envolvimento
3.º trimestre de 2026	Reformulação e esclarecimento	Integração dos contributos e definição final do desenho do projeto. Preparação do Programa de Benefícios Partilhados e do [Plano de Desenvolvimento] que acompanham o novo projeto. Apresentação do projeto reformulado às partes interessadas-chave e informação sobre as etapas seguintes, antes da consulta pública. Sessões de esclarecimento sobre o projeto reformulado (setembro)
4.º trimestre de 2026	Informação pública do projeto reformulado	Consulta pública do projeto reformulado e do presente Plano

Tabela 1 Cronologia do processo

O processo em números

Indicador	Valor
Municípios abrangidos	3 (Fundão, Idanha-a-Nova e Penamacor)
Entidades identificadas no mapa de interlocutores	Foram identificados e contactados mais de 60 grupos de interesse
Reuniões realizadas	Cerca de 160
Visitas ao terreno/Reuniões presenciais	Semanais ou quinzenais nos últimos 12 meses
Contactos e comunicações registadas	Cerca de 560 comunicações enviadas
Sessões Presenciais Locais de recolha de contributos (junho–julho de 2026)	13 sessões, com 120 participantes (190 vagas disponíveis)
Sessões de esclarecimento (setembro de 2026)	3 sessões, com 150 participantes (500 vagas disponíveis)

Tabela 2 O processo em números

Equipa e responsabilidades

O processo de envolvimento é coordenado por uma **equipa dedicada de Envolvimento com as Comunidades e Impacto Social** da Lightsource bp, que fazem a ligação entre as equipas técnicas do projeto e as comunidades locais. A equipa trabalha com consultores especializados na relação com as comunidades.

Função	Entidade	Principais responsabilidades
Coordenação da equipa de Envolvimento com as Comunidades e Impacto Social	Lightsource bp (Dr. ^a Carol Torres) <i>Head of Community Engagement</i>	Definir a estratégia de envolvimento, coordenar a equipa e garantir o cumprimento da Política Global. Apoio na realização dos eventos presenciais.
Gestão direta Envolvimento com as Comunidades e Impacto Social	Lightsource bp (Eng ^o Paulo Pinto) <i>Community Engagement Manager Portugal</i>	Manter um contacto próximo e regular com as comunidades, as autarquias, juntas de freguesia e todos as partes interessadas e mapeados através pela realização dos contactos, reuniões presenciais, visitas ao terreno e realização de eventos.
Apoio ao levantamento de informação e à preparação de reuniões	Consultores especializados	Apoiar a identificação inicial de interlocutores e o mapeamento das partes interessadas, sistematizar os contributos e apoiar a elaboração dos documentos.
Direção e Equipa técnica do projeto	Equipa da Lightsource bp: Direção Geral, Projeto, Ambiente, Redes e Comunicação (todos com apoio de consultores)	Analisar a viabilidade técnica dos contributos do diálogo tido com as comunidades e integrá-los no estudo de alternativas. Garantir o alinhamento com o procedimento de AIA e com o enquadramento legal aplicável

Tabela 3 Equipa e responsabilidades

Fontes informação

A **presença regular da equipa no território** permitiu manter um contacto próximo e contínuo com as comunidades. Assim, foi possível compreender melhor as especificidades locais e refletir os contributos recolhidos na reformulação do projeto.

Para além do valioso contacto contínuo no território, este documento recorre às seguintes fontes de informação:

- ✓ **Mapa de interlocutores:** elaborado no início do processo e atualizado sempre que surgiram novas partes interessadas, identificadas pelas próprias comunidades ou através do trabalho no terreno;
- ✓ **Parecer elaborado pela Comissão de Avaliação (CA)** a Agência Portuguesa do Ambiente (APA);
- ✓ **Registo de reuniões e contactos:** com a data, os participantes e os temas tratados;

- ✓ **Registo de correspondência:** com toda a correspondência recebida e enviada;
- ✓ **Sessões de recolha de opiniões e contributos:** realizadas entre junho e julho de 2026;
- ✓ **Sessões de esclarecimento:** realizadas em setembro de 2026;
- ✓ **Contributos recebidos através dos canais de comunicação permanentes** (Mecanismos de escuta e Partilha de informação) nomeadamente por e-mail, WhatsApp e através do formulário específico.
- ✓ **Canais de informação:** Publicações nos meios de comunicação social e nas redes sociais sobre o projeto.

Tratamento e rastreabilidade dos contributos

Cada contributo, recebido em sessões, reuniões, correspondência ou através dos Mecanismos de escuta e Partilha de informação, passou pelas seguintes etapas:

1. **Registo:** anotação da data, do canal, da freguesia e do tema (paisagem, uso do solo, ambiente, emprego, acessos, benefícios locais...);
2. **Análise:** avaliação pela equipa técnica da relevância do contributo e da viabilidade da sua integração no projeto;
3. **Integração:** incorporação no estudo de alternativas e na proposta de Programa de Benefícios Partilhados ou, quando não foi possível, justificação do motivo.

Deste modo, é possível seguir cada contributo desde que foi recebido até à forma como foi tido em conta.

Os dados pessoais recolhidos ao longo do processo, nomeadamente nas listas de presença, na correspondência e nos Mecanismos de escuta e Partilha de informação, são tratados de acordo com o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD). Estes dados são usados apenas para gerir o processo de envolvimento. Na informação divulgada publicamente, os contributos são apresentados de forma anónima ou agregada.

Limitações do processo e medidas adotadas

Como em qualquer processo participativo, surgiram algumas dificuldades. A tabela seguinte resume essas dificuldades e a forma como foram tratadas.

Limitação	Medida adoptada
Dispersão geográfica da população pelos três municípios	Realização de sessões descentralizadas e visitas regulares ao terreno
Participação desigual entre vizinhos	Contactos adicionais através das juntas de freguesia
População envelhecida e com pouco acesso a meios digitais	Contacto presencial e distribuição de materiais em papel

Disponibilidade limitada de algumas partes interessadas-chave para reunir	Envio da informação relevante por correio eletrónico, mantendo a disponibilidade para reunir em qualquer momento
---	--

Tabela 4 Limitações do processo e medidas adotadas

2. Conhecer o território, reconhecer as comunidades

- O território abrange os **municípios do Fundão, Idanha-a-Nova e Penamacor**, com um **perfil demográfico envelhecido** e uma base económica assente sobretudo na agricultura.
- O **Fundão concentra o essencial do peso demográfico**, económico e turístico do território; **Idanha-a-Nova e Penamacor enfrentam desafios demográficos** mais acentuados.
- Com a reformulação do projeto, **a área de influência foi redefinida**: o Fundão deixa de ter painéis solares e a área de implantação é reduzida em Penamacor e em Idanha-a-Nova.
- Foram identificados **quatro grupos e nove categorias de partes interessadas** na área de influência do projeto, com diferentes níveis de prioridade de contacto.
- O **processo de envolvimento contactou** mais de 50 agricultores/arrendatários, cerca de 20 entidades da administração pública, 18 associações locais, 9 agentes económicos, 6 movimentos cívicos e 18 órgãos de comunicação social.
- O **público em geral participou** através do Mecanismo de Recolha de Opinião, com 25 formulários, 3 contactos via WhatsApp e 9 por correio eletrónico (todos respondidos).

2.1. Contexto territorial, social e económico

O território de intervenção do Projeto do Parque Solar Sophia abrange os municípios do Fundão, Idanha-a-Nova e Penamacor, todos situados no distrito de Castelo Branco e na região Centro. O Fundão integra a sub-região NUTS III das Beiras e Serra da Estrela, enquanto Idanha-a-Nova e Penamacor pertencem à Beira Baixa, correspondendo, assim, a enquadramentos sub-regionais distintos.

Trata-se de um território extenso e de baixa densidade populacional. Idanha-a-Nova é o município de maior dimensão, com 1.416,3 km², correspondentes a 52,8% da área conjunta dos três municípios, seguindo-se o Fundão, com 700,2 km² (26,1%), e Penamacor, com 563,7 km² (21,0%). O Fundão destaca-se, contudo, como o principal polo demográfico: concentra 68,6% da população residente no território, com 27.754 habitantes em 2025 e uma densidade populacional de 39,6 hab./km². Idanha-a-Nova representa 20,7% da população, com 8.360

habitantes e 5,9 hab./km², enquanto Penamacor concentra 10,8%, com 4.362 habitantes e 7,7 hab./km². Em todos os casos, as densidades populacionais são significativamente inferiores à média nacional, de 123,9 hab./km².

Do ponto de vista demográfico, o território apresenta um perfil marcadamente envelhecido. Em 2025, os índices de envelhecimento atingem 285,7 no Fundão, 417,9 em Idanha-a-Nova e 486,2 em Penamacor. O Fundão regista um índice inferior ao da respetiva sub-região, apesar da trajetória de crescimento observada ao longo da última década, verificando-se sinais de estabilização nos anos mais recentes. Idanha-a-Nova e Penamacor permanecem acima da média da Beira Baixa, embora ambos apresentem uma tendência de redução do índice desde 2021.

A evolução da população também é diferenciada. Entre 2014 e 2025, o Fundão apresenta uma Taxa Média de Variação Anual (TMVA) nula, contrastando com a diminuição média anual de 0,5% nas Beiras e Serra da Estrela. Idanha-a-Nova e Penamacor registam decréscimos populacionais médios anuais de 0,7% e 1,5%, respetivamente, contrariando a trajetória de crescimento da Beira Baixa, cuja TMVA no mesmo período foi de 1,9%. A taxa de crescimento natural mantém-se negativa nos três municípios, sendo o crescimento migratório o principal fator de dinamização demográfica. Em 2025, os três territórios apresentam taxas de crescimento migratório superiores à média nacional, embora estas não sejam suficientes para assegurar um crescimento populacional generalizado.

O aumento da população estrangeira tem contribuído para atenuar os efeitos do saldo natural negativo. Entre 2014 e 2023, a população estrangeira com estatuto legal de residente cresceu, em média, 18,0% ao ano no Fundão, 11,4% em Idanha-a-Nova e 19,6% em Penamacor. Em 2023, residiam legalmente 1.886 cidadãos estrangeiros no Fundão, correspondentes a 6,9% da população do município; 702 em Idanha-a-Nova, representando 8,2%; e 440 em Penamacor, equivalentes a 10,1%. O crescimento dos pedidos de estatuto de residente aponta para a continuidade desta tendência.

Assim, o envelhecimento constitui um dos principais desafios sociais do território e tem contribuído para o desenvolvimento de respostas sociais orientadas para o apoio a populações idosas desacompanhadas ou dependentes. A evolução demográfica traduz desafios ao nível da renovação geracional e da disponibilidade futura de mão de obra, reforçando a importância de iniciativas capazes de promover atividade económica, qualificação e atratividade territorial.

No plano económico, o Fundão lidera claramente o território. Em 2024, contabilizava 3.676 estabelecimentos, 9.366 pessoas ao serviço e um volume de negócios de 751,814 milhões de euros. Idanha-a-Nova registava 1.095 estabelecimentos, 1.866 pessoas ao serviço e 79,751 milhões de euros de volume de negócios, enquanto Penamacor apresentava 572 estabelecimentos, 975 pessoas ao serviço e 122,748 milhões de euros. Entre 2014 e 2024, o volume de negócios cresceu, em média, 6,6% ao ano no Fundão e 6,2% em Penamacor, ritmos superiores aos respetivos referenciais sub-regionais. Em Idanha-a-Nova, o crescimento foi mais contido e irregular, com uma TMVA de 1,2% e um decréscimo acentuado em 2024.

A agricultura constitui o principal setor de especialização produtiva dos três municípios, tanto ao nível do emprego como do volume de negócios. No Fundão, esta especialização é acompanhada por uma base económica mais diversificada, com relevância das indústrias transformadoras, do comércio e dos serviços de informação e comunicação. Idanha-a-Nova apresenta também especialização na construção, enquanto em Penamacor se destacam, além da agricultura, a educação, o turismo e restauração e, na ótica do volume de negócios, a construção e os serviços de informação e comunicação.

A agricultura representa 30,0% do emprego em Idanha-a-Nova e 25,3% em Penamacor. No Fundão, a distribuição é mais equilibrada, com as indústrias transformadoras e o comércio a representarem, cada um, cerca de 22,0% do emprego, o turismo 6,9% e os serviços de maior intensidade de conhecimento 7,8%. O turismo e a restauração assumem igualmente um peso relevante em Idanha-a-Nova, com 11,5% do emprego, e em Penamacor, com 8,6%.

Em 2019, o Fundão concentrava o maior número de explorações agrícolas, com 3.528 explorações e 19.466 hectares de Superfície Agrícola Utilizada (SAU), correspondentes a uma dimensão média de 5,5 hectares por exploração. Idanha-a-Nova possuía 1.637 explorações e a maior SAU dos três municípios, com 51.584 hectares e uma dimensão média de 31,5 hectares por exploração. Penamacor registava 1.303 explorações, 10.763 hectares de SAU e uma dimensão média de 8,3 hectares. Entre 2009 e 2019, o Fundão e Idanha-a-Nova registaram diminuições tanto no número de explorações como na SAU, enquanto Penamacor foi o único município a apresentar crescimento nos dois indicadores.

O Fundão diferencia-se também pelo maior valor médio da produção agrícola por hectare de SAU, que atingia 2.053 euros em 2019, acima dos referenciais sub-regional e nacional. Em comparação, Idanha-a-Nova apresentava 596 euros por hectare e Penamacor 838 euros. O valor total da produção agrícola era semelhante no Fundão e em Idanha-a-Nova — respetivamente 52,818 milhões e 52,514 milhões de euros — e significativamente inferior em Penamacor, onde ascendia a 11,996 milhões de euros.

O olival para azeite é a principal cultura permanente nos três municípios, representando 47,2% da superfície destas culturas no Fundão, 71,3% em Idanha-a-Nova e 79,1% em Penamacor. O Fundão apresenta, contudo, uma estrutura agrícola mais diversificada: as cerejeiras representam 22,8% e os pessegueiros 7,8%, duas culturas com valores de produção padrão elevados. Esta composição contribui para explicar o maior valor médio da produção agrícola por hectare observado no município.

O Fundão dispõe ainda de uma dinâmica de inovação e empreendedorismo particularmente relevante. O Fundão Innovation Plan criou mais de 2.000 postos de trabalho, atraiu mais de 150 milhões de euros através de mais de 250 projetos de investimento e apoiou a aceleração de mais de 80 startups. Esta dinâmica é reforçada pelo Living Lab Cova da Beira, que promove a incubação empresarial, o empreendedorismo, a inovação tecnológica e a qualificação do território.

Cabe ainda destacar que a presença de instituições do sistema científico e tecnológico nacional, como a Universidade da Beira Interior (UBI) e o Instituto Politécnico de Castelo

Branco (IPCB), tem favorecido o empreendedorismo, a qualificação de recursos humanos e a fixação de competências em áreas tecnológicas e industriais.

O turismo tem vindo a reforçar-se de forma transversal, com crescimento da oferta e da procura nos três municípios. Em 2025, o Fundão consolidava-se como o principal polo turístico, com 27 estabelecimentos de alojamento turístico, 1.084 camas, 111.228 hóspedes, 189.952 dormidas e 17,469 milhões de euros de proveitos. Idanha-a-Nova dispunha de 21 estabelecimentos, 586 camas, 23.140 hóspedes, 42.100 dormidas e 2,699 milhões de euros de proveitos. Penamacor apresentava cinco estabelecimentos, 239 camas, 11.422 hóspedes, 19.321 dormidas e 950 mil euros de proveitos.

Entre 2017 e 2025, o Fundão destacou-se pelo crescimento acima dos referenciais sub-regional e nacional em diferentes indicadores turísticos. Idanha-a-Nova apresentou uma evolução mais moderada, enquanto Penamacor registou um crescimento médio anual dos proveitos turísticos de 10,1%, superior à média nacional de 8,6%. A estada média manteve-se próxima de dois dias: 1,7 dias no Fundão, 1,8 dias em Idanha-a-Nova e 1,7 dias em Penamacor, confirmando um padrão de turismo de curta duração. O Fundão apresenta um perfil turístico mais associado à hotelaria, enquanto Idanha-a-Nova e Penamacor possuem maior orientação para o turismo rural e de natureza.

O território de intervenção reparte-se, assim, entre realidades socioeconómicas distintas. O Fundão concentra a maior parte da população, do emprego, da atividade empresarial e da procura turística, afirmando-se como o principal polo de referência. Idanha-a-Nova e Penamacor apresentam menor expressão demográfica e económica e enfrentam desafios de envelhecimento e perda populacional mais acentuados, embora possuam ativos relevantes nos setores agrícola, turístico, natural e patrimonial. Idanha-a-Nova distingue-se pela extensão do território e pela dimensão da sua base agrícola, enquanto Penamacor evidencia uma trajetória particularmente favorável no volume de negócios e na evolução das explorações e da superfície agrícola utilizada.

A baixa densidade populacional, o envelhecimento, a fragilidade das dinâmicas demográficas e a especialização agrícola constituem o contexto em que o Projeto do Parque Solar Sophia poderá gerar valor acrescentado. Esse contributo poderá concretizar-se através da criação de emprego, da formação e requalificação profissional, da atração de investimento, da coexistência da produção solar com usos agropecuários e da valorização dos recursos turísticos e identitários do território. O programa de benefício partilhado previsto no estudo contempla, entre outras vertentes, a formação para o setor das energias renováveis, a integração agrivoltaica e a criação de pastagem biodiversa, o apoio social, o reforço da capacidade de resposta a emergências e a promoção do turismo sustentável. Estas medidas são apresentadas e desenvolvidas no capítulo *Partilha*.

No **Anexo II** encontram-se informações adicionais sobre as condições sociodemográficas da área de influência.

2.2. Redefinição da área de influência

Área de influência: um ponto de partida técnico

A área de influência do Projeto do Parque Solar Sophia é determinada, em primeiro lugar, pela localização geográfica da subestação do Fundão. Convém destacar que **uma das principais condicionantes para a localização de um projeto desta escala é a possibilidade de ligar a energia produzida à Rede Nacional de Transporte.**

Este facto condiciona de forma muito relevante a área geográfica onde o projeto pode ser desenvolvido, bem como a configuração da infraestrutura necessária para transportar a energia até esse ponto.

A localização resulta, portanto, da conjugação de vários fatores: a proximidade e a capacidade da rede elétrica, o recurso solar disponível e, naturalmente, a necessidade de encontrar uma solução compatível com as condicionantes ambientais, territoriais e sociais existentes.



Figura 2 Área de influência alargada – Projeto Solar Sophia

Para compreender a reconfiguração da área de influência em questão, é necessário conhecer o resultado da reformulação do Projeto do Parque Solar Sophia. No capítulo ***Inclusão e reformulação*** são explicadas em pormenor as principais alterações incluídas na configuração do Projeto.

Em resumo o layout do Projeto do Parque Solar Sophia altera-se, significativamente nos três municípios:

- ✓ O **Fundão** deixa de ser afetado pela produção fotovoltaica, mantendo apenas a presença associada à infraestrutura elétrica de escoamento, com extensão e faixa de

servidão reduzidas em 50%. Significa que as freguesias de Vale de Prazeres, Mata da Rainha, Orca, Póvoa da Atalaia e Atalaia do Campo deixam de ter implantação direta de painéis solares no seu território.

- ✓ Em **Penamacor**, a área de painéis solares é reduzida, com a saída total da Estrutura Ecológica Municipal.
- ✓ Em **Idanha-a-Nova**, redução da área coberta pelos painéis e a sua remoção total em Medelim, enquanto Aldeia de Santa Margarida e Proença-a-Velha mantêm implantação reduzida. A intersecção com a Reserva Ecológica Nacional (REN) foi reduzida em 100%.

Em consequência, a área de influência do projeto foi redefinida do ponto de vista social. Esta nova delimitação é essencial para conceber e aplicar as medidas de mitigação e de partilha de benefícios apresentadas ao longo deste documento.

A área de influência passa a organizar-se da seguinte forma:

Área de influência	Definição no âmbito do presente documento	Territórios
Direta	As freguesias e os aglomerados onde se localizam as infraestruturas do projeto, ou que lhes são adjacentes, e onde se fazem sentir os impactes diretos da construção e da exploração (paisagem, uso do solo, acessos, ruído e tráfego em obra). É a área prioritária das medidas de mitigação e das medidas-padrão e do Programa de Benefícios Partilhados.	Concelho de Penamacor: Freguesia de Penamacor e União de Freguesias de Pedrógão de São Pedro e Bemposta. Concelho de Idanha-a-Nova: Freguesias de Aldeia de Santa Margarida e Proença-a-Velha.
Indireta	As freguesias e os aglomerados que acolhem o projeto, onde os efeitos são sobretudo socioeconómicos e menos intensos (emprego, procura de bens e serviços, receitas municipais). É o âmbito principal do Programa de Benefícios Partilhados.	Concelho de Idanha-a-Nova: Freguesia de Medelim e União de Freguesias de Monsanto e Idanha-a-Velha; Concelho de Fundão: Localidades de Mata da Rainha e Fatela
Alargada	O território envolvente, com ligações funcionais ao projeto mas sem impactes significativos previstos. Aqui podem ter efeito algumas iniciativas de alcance regional do Programa de Benefícios Partilhados.	Municípios de Fundão, Penamacor, Idanha-a-Nova e, de forma mais abrangente, o distrito de Castelo Branco e a sub-região da Beira Baixa.

Tabela 5 Definição da área de influência.



Figura 3 Localização do Projeto Solar Sophia reformulado

2.3. Mapa de grupos de interesse (*stakeholders*)

No âmbito deste documento, consideram-se **partes interessadas**, grupos de interesse ou *stakeholders* todas as pessoas, **grupos e entidades que possam influenciar o Projeto do Parque Solar Sophia, ou ser afetados por ele**, de forma direta ou indireta, positiva ou negativa, ao longo de todo o seu ciclo de vida: desenvolvimento, licenciamento, construção, exploração e desativação.

Esta definição parte do conceito clássico de *Freeman* (1984), segundo o qual uma parte interessada é "*qualquer grupo ou indivíduo que pode afetar ou ser afetado pela concretização dos objetivos de uma organização*". Aplicada ao Projeto do Parque Solar Sophia, abrange tanto quem vive, trabalha ou tem interesses no território onde o projeto se insere como as entidades que, pelas suas competências ou pela sua atividade, participam nas decisões sobre o projeto ou podem contribuir para o seu desenvolvimento.

As partes interessadas não são apenas destinatárias de informação. **São interlocutoras do processo:** os seus conhecimentos, preocupações e propostas contribuíram para a reformulação do projeto e para a definição do Programa de Benefícios Partilhados

Ao longo do processo de envolvimento, foram identificados na área de influência do Projeto do Parque Solar Sophia **quatro grandes grupos de partes interessadas**, organizados em **nove categorias**. Para cada parte interessada foi definido um nível de prioridade de contacto.

Este mapa é **dinâmico**. Vai sendo alargado à medida que o processo de escuta avança e surgem novas pessoas e entidades relevantes para o projeto.

As principais partes interessadas são descritas a seguir. A lista é **indicativa e não exaustiva**:

Grupo de interesse	Categoria	Definição
A. Administração pública	1. Autarquias locais	Câmaras municipais, assembleias municipais e juntas de freguesia da área de influência do projeto.
	2. Agricultores, Proprietários e utilizadores do solo	Pessoas e entidades com direitos sobre os terrenos abrangidos pelo projeto (propriedade, arrendamento ou outros) ou que os utilizam, por exemplo para a agricultura, a pastorícia, a apicultura ou a caça.
B. Comunidade e território	3. População residente e vizinhos	Pessoas que vivem nas aldeias e lugares mais próximos das infraestruturas do projeto e que sentem mais de perto os seus efeitos.
	4. Associações e organizações locais	Associações locais e organizações não governamentais (ONG) com atividade ambiental, social, cultural, desportiva ou de desenvolvimento local. Inclui também as entidades responsáveis pela prevenção e pela resposta a emergências, como as corporações de bombeiros e a proteção civil.
C. Organizações e atividade económica	5. Agentes económicos	Empresas, cooperativas e prestadores de serviços com atividade no território, nomeadamente nos setores da construção, da restauração, do alojamento, do turismo, do comércio, dos transportes e da agricultura.
	6. Ensino, investigação e formação	Estabelecimentos de ensino superior, agrupamentos de escolas, centros de formação profissional e o IEFP, que formam as pessoas do território e produzem conhecimento.

Grupo de interesse	Categoria	Definição
D. Sociedade e opinião pública	7. Movimentos cívicos e ambientalistas	Grupos de cidadãos, formais ou informais, organizados para defender uma causa de interesse coletivo, como a proteção do ambiente, da paisagem e do património ou a qualidade de vida das populações.
	8. Comunicação social	Órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais (imprensa, rádio, televisão e meios digitais) que informam sobre o projeto e contribuem para o debate público.
	9. Público em geral	Todos os cidadãos interessados no projeto, mesmo sem uma ligação direta ao território, que podem participar através da consulta pública e do Mecanismo de Recolha de Opinião.

Tabela 6 Categorização dos grupos de interesse.

O **mapa completo** pode ser consultado no **Anexo I**, onde é também indicado o nível de envolvimento alcançado à data de conclusão deste documento, classificado da seguinte forma:

- ✓ **Contacto estabelecido:** foram enviadas informações e/ou foi solicitado um encontro.
- ✓ **Diálogo em curso:** foram realizadas reuniões.
- ✓ **Colaboração e cooperação:** foram alcançadas soluções de cooperação e acordos verbais.
- ✓ **Protocolo de colaboração ou contrato,** quer esteja em curso quer já tenha sido celebrado.

2.3.1. Administração pública e autarquias locais

Os *stakeholders* políticos e institucionais é uma componente essencial do processo de envolvimento das comunidades. É através desta que o projeto chega aos diferentes níveis de representação do território, recolhe leituras sobre os seus impactos e compreende como as preocupações locais se relacionam com prioridades municipais e regionais. A atenção dada a esta rede, no caso do Projeto do Parque Solar Sophia, permitiu manter viva a escuta e acompanhar a evolução do contexto político em que o projeto se insere.

O trabalho desenvolvido abrangeu entidades regionais e intermunicipais, órgãos municipais e Juntas de Freguesia dos territórios envolvidos.

O relacionamento com os três municípios iniciou-se através das Câmaras Municipais, em 2020, sendo alargado progressivamente às juntas de freguesia e às restantes entidades locais, conforme se detalha no capítulo *Diálogo*.

As **eleições autárquicas de outubro de 2025** resultaram em alterações na composição dos executivos nos três municípios abrangidos pelo Projeto Sophia. Contudo, manteve-se a mesma orientação política à frente das respetivas Câmaras Municipais, assegurando a continuidade institucional do processo de envolvimento em curso.

A entrada de novos responsáveis autárquicos constituiu uma oportunidade para **reapresentar o projeto e recolher perspetivas mais diversificadas e aprofundadas**, considerando as respetivas prioridades e as diferentes sensibilidades representadas nos órgãos autárquicos.

Os contactos com entidades de âmbito regional e intermunicipal permitiram enquadrar o projeto numa escala mais ampla do que a dos territórios diretamente impactados. Trouxeram ao diálogo perspetivas sobre desenvolvimento regional, ordenamento do território e prioridades partilhadas entre municípios, complementando a leitura obtida junto das autoridades locais.

A interação com os municípios e com os seus órgãos representativos permitiu acompanhar as mudanças políticas ocorridas após as eleições e compreender melhor as posições existentes em cada concelho. Este acompanhamento foi especialmente relevante onde a composição dos órgãos se tornou mais diversa, exigindo uma leitura atenta das diferentes perspetivas institucionais e políticas sobre o projeto.

Neste âmbito, **a articulação com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR-Centro) assumiu especial interesse**. A entidade participa na definição e execução de políticas públicas regionais e intervém também, no quadro das suas competências, em procedimentos de avaliação e licenciamento. Esta dupla função tornou relevante, para além da apresentação formal do projeto, conhecer a sua leitura sobre as prioridades da região.

Foram **contactadas cerca de 20 entidades desta categoria**, com níveis de resposta e de participação diferentes. Foi dada **particular atenção às Juntas de Freguesia**. Pela proximidade quotidiana às populações, estas entidades funcionam como pontos de ligação entre habitantes, proprietários, associações e outras instituições locais. Mobilizam contactos e iniciativas e recebem comentários, dúvidas e preocupações que nem sempre chegam pelos canais formais de participação. A interação com as Juntas permitiu, por isso, **aprofundar o conhecimento das realidades de cada freguesia, identificar interlocutores relevantes e incorporar no processo de envolvimento comunitário questões decisivas para o território**.

2.3.2. Comunidade e território

Este grupo reúne as pessoas e as organizações que vivem, trabalham ou atuam diretamente no território onde o projeto será implantado. São **as partes interessadas que mais sentem os efeitos do projeto no dia a dia e também as que melhor conhecem o território**. Divide-se em duas categorias: os proprietários (normalmente agricultores) e utilizadores do solo e a população residente e os vizinhos.

Agricultores, proprietários e utilizadores do solo)

Esta categoria inclui as pessoas e entidades que têm direitos sobre os terrenos abrangidos pelo Projeto, ou sobre os terrenos vizinhos, ou que os utilizam para alguma atividade. Abrange tanto quem é dono dos terrenos como quem os explora sem ser proprietário: arrendatários e cedentes de terrenos, agricultores, pastores, apicultores e entidades gestoras de zonas de caça.

O Projeto envolve **mais de 50 proprietários que, na sua grande maioria, são também agricultores e criadores de gado da região**. A comunicação com eles tem sido constante desde 2019 e tornou-se mais intensa durante a reformulação do projeto. Em **janeiro de 2026**, realizou-se uma reunião com todos os proprietários para explicar o processo de reformulação, esclarecer dúvidas e recolher sugestões de melhoria. Ao longo de todo o processo, os proprietários têm sido firmes apoiantes do projeto e têm colaborado ativamente na resolução dos problemas que foram surgindo.

Os terrenos abrangidos têm quase todos um uso agroflorestal extensivo. Como se trata de solos com pouca aptidão agrícola, a área de implantação gera hoje pouco valor económico: cerca de **0,4 milhões de euros por ano** e o equivalente a **19 postos de trabalho a tempo completo**. A pecuária é sobretudo extensiva, com poucos animais por hectare e muito dependente dos apoios públicos à pastorícia.

Tendo em conta este contexto, o trabalho com este grupo centrou-se na **coexistência de usos do território**. O **parque solar é compatível com o pastoreio e a apicultura, e a ocupação do solo é reversível**, porque os terrenos poderão voltar ao seu uso atual no fim da vida útil do projeto.

População residente e vizinhos

Esta categoria inclui as pessoas que **vivem nas aldeias e nos lugares mais próximos das infraestruturas do projeto** (área de implantação, acessos e linha elétrica). Estas pessoas podem sentir os efeitos do projeto no dia a dia, por exemplo na paisagem, no tráfego durante a obra ou nos acessos. Abrange os residentes das freguesias abrangidas, os moradores das aldeias e das habitações isoladas mais próximas, os residentes sazonais e os emigrantes com casa na região.

O território caracteriza-se pela **baixa densidade populacional e por um envelhecimento acentuado**. Nos últimos anos, a chegada de **população estrangeira**, que já representa entre 6,9% e 10,1% dos residentes, tem ajudado a compensar a diferença negativa entre nascimentos e óbitos.

Estas características explicam a atenção que as comunidades dão à paisagem, ao uso do solo e ao turismo. Explicam também por que foi preciso adaptar o envolvimento e o processo de escuta a uma população envelhecida e dispersa. Na maioria dos casos, o contacto com este grupo foi feito com o apoio das **juntas de freguesia**, e foram criados vários canais para recolher opiniões, preocupações e propostas de melhoria.

No entanto, nas Sessões de Recolha de Opiniões, teve-se a oportunidade de **conversar com 120 residentes** da zona circundante ao projeto. Além disso, foram **recebidos 25 formulários de opinião preenchidos pelos residentes**, tal como se refere mais adiante no capítulo *Diálogo*.

Neste grupo existem **opiniões muito diferentes sobre o Projeto**: desde pessoas totalmente contrárias ao desenvolvimento de qualquer infraestrutura, até vizinhos que veem com agrado a chegada de uma nova fonte de progresso para o território, passando pelos mais neutros, que sentiram a necessidade de compreender melhor em que consiste o projeto, de que forma os pode afetar e que medidas tem o promotor previstas para mitigar os impactos.

Em qualquer caso, os residentes ajudaram a identificar as principais necessidades do território, sobretudo o apoio ao desenvolvimento económico e o reforço dos serviços sociais, que são escassos numa região com tão poucos habitantes. Mesmo assim, foi uma **fonte importante de ideias**, tanto para melhorar o desenho do projeto como para definir as iniciativas do Programa de Benefícios Partilhados.

2.3.3. Organizações e atividade económica

Este grupo reúne as entidades que dão **vida económica, formativa e institucional ao território**. São empresas, instituições de ensino e formação, organizações de âmbito nacional ou regional. Não são necessariamente vizinhas do Projeto, mas têm um papel decisivo em duas frentes: podem **beneficiar das oportunidades** que o Projeto cria, sobretudo em emprego, contratação local e qualificação, e ajudam a **pôr em prática** as medidas que o acompanham. Divide-se em três categorias.

Associações e organizações locais

Esta categoria inclui as **organizações com sede ou atividade regular na área de influência do Projeto** que representam ou servem a população local nas áreas social, cultural, desportiva, ambiental ou de desenvolvimento. Estão neste grupo as associações de desenvolvimento local, as associações culturais, recreativas e desportivas, as associações de produtores e cooperativas agrícolas, as **instituições particulares de solidariedade social (IPSS)**, associações do setor social, as comissões de festas e as associações de moradores.

Estas organizações **foram consultadas com regularidade**. Conhecem bem o território e são as suas melhores embaixadoras. Além disso, em muitos casos, serão as **principais responsáveis por pôr em prática as medidas sociais e de apoio à população** que vive perto do Projeto. Os contactos envolveram sobretudo IPSS e Associações em todas as freguesias, Santas Casas da Misericórdia e associações humanitárias de bombeiros.

No total, **foram contactadas 18 entidades deste grupo**, com a maioria das quais se têm mantido comunicações e reuniões regulares. Muitas delas serão parceiras de iniciativas do Programa de Benefícios Partilhados, como se descreve no capítulo *Partilha*.

Agentes económicos locais

Esta categoria inclui as **empresas, as cooperativas e os prestadores de serviços com atividade no território**, nomeadamente nos setores da construção, da restauração, do alojamento, do turismo, do comércio, dos transportes e da agricultura.

O tecido empresarial dos três municípios é muito diferente de um para outro, tal como já foi descrito no capítulo ***Contexto territorial, social e económico***.

O Fundão tem a economia mais diversificada, com um peso relevante da indústria transformadora e do comércio. Em Idanha-a-Nova e Penamacor, a economia depende sobretudo da agricultura, mas o turismo e a restauração também têm peso: representam 11,5% do emprego em Idanha-a-Nova e 8,6% em Penamacor.

Por depender de poucas atividades, a economia do território fica mais vulnerável. Por isso, qualquer nova oportunidade económica ganha uma importância acrescida.

O Projeto do Parque Solar Sophia pode ser uma dessas oportunidades. **Durante a construção, prevê-se a criação de cerca de 500 postos de trabalho.** Durante a exploração, estão previstos **15 postos de trabalho permanentes.** A obra vai também gerar procura de alojamento, restauração, transportes, manutenção e outros serviços locais.

Para que a população local aproveite estas oportunidades, é preciso que esteja preparada para elas. O processo de envolvimento mostrou que existe uma **necessidade significativa de requalificação e de atualização de competências da mão de obra local**, para que esta possa aceder ao emprego criado pelo setor das energias renováveis no território. Esta necessidade deu origem a uma linha de trabalho específica do Programa de Benefícios Partilhados.

O envolvimento com este grupo teve três objetivos:

- ✓ identificar fornecedores e prestadores de serviços locais;
- ✓ conhecer a capacidade de resposta das empresas da região;
- ✓ recolher as preocupações e as expectativas dos setores mais expostos ao projeto, sobretudo o turismo e a atividade agropecuária.

Foram **contactadas 9 entidades desta categoria**, entre as quais associações empresariais, operadores turísticos e cooperativas agrícolas.

O **turismo** tem uma dupla relação com o projeto. Por um lado, é um dos setores que mais preocupa as comunidades, que receiam os efeitos do parque solar na paisagem e na atratividade do território. Por outro lado, é um setor com potencial de colaboração com o projeto.

Independentemente das entidades de alto nível consultadas, **foram realizadas 40 entrevistas a entidades e empresas turísticas** (pode ser consultado no ***Anexo XII***). O objetivo foi conhecer as suas preocupações e expectativas e identificar formas de colaboração entre o Projeto e o setor. O resultado reflete-se no Programa de Benefícios Partilhados, em que o turismo é um dos setores com maior presença, com um eixo próprio.

O setor **agropecuário** foi também contactado várias vezes ao longo da reformulação do Projeto. Houve reuniões com associações de produtores pecuários e de apicultores, para os envolver no projeto de agropastorícia regenerativa incluído no Programa de Benefícios Partilhados. Esta iniciativa pode contribuir para reforçar as fileiras do queijo e do mel no território.

Instituições de ensino, investigação e formação

Esta categoria inclui as instituições que formam as pessoas do território e produzem conhecimento: estabelecimentos de ensino superior, agrupamentos de escolas, centros de formação profissional e o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).

O seu papel é decisivo. Para que a população local possa aproveitar os empregos criados pelo projeto e, de um modo geral, pela transição energética, precisa de formação e de novas competências. Por isso, o envolvimento com estas instituições procurou criar parcerias duradouras, que vão além do calendário do projeto.

✓ Ensino superior e investigação

- **Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB):** em março de 2026, foi assinado com o IPCB um **protocolo de cooperação técnico-científica**. O protocolo prevê projetos de investigação, estágios para estudantes e partilha de conhecimento. (Foi assinado um **protocolo de colaboração** que pode ser consultado no *Anexo XIII-F*).
- **Universidade da Beira Interior (UBI):** a UBI é um importante motor de desenvolvimento da Covilhã e da região, além de fazer parte da sua identidade histórica. Foram estabelecidos contactos com a universidade para criar, no futuro, redes de colaboração.

✓ Formação profissional e emprego

- O **Instituto do Emprego e da Formação Profissional (IEFP)**, em colaboração com a **PRO-MOV**, assinou um **memorando de entendimento** (que se encontra no *Anexo XIII-G*) para financiar programas de requalificação profissional na região, tal como previsto no capítulo *Partilha*.

✓ Ensino básico e secundário

- **Agrupamentos de escolas dos três municípios:** são os principais destinatários da iniciativa de **literacia energética** previsto no capítulo *Partilha*, que leva a transição energética às salas de aula e inclui um prémio para alunos em situação de vulnerabilidade.

2.3.4. Sociedade civil e opinião pública

Este grupo reúne as partes interessadas que se relacionam com o projeto não através de um interesse direto no território, mas através da **opinião pública e do debate social**. É, sobretudo, através da consulta pública e do Mecanismos de escuta e Partilha de informação que estas partes interessadas participam no processo.

Movimentos cívicos e ambientalistas

Grupos de cidadãos, formais ou informais, organizados para defender uma causa de interesse coletivo, como a proteção do ambiente, da paisagem e do património ou a qualidade de vida das populações.

Foram contactados **6 movimentos cívicos e ambientalistas** que se manifestaram sobre o Projeto do Parque Solar Sophia. Estes movimentos tiveram um papel relevante no processo de escuta: as suas contribuições foram registadas e tratadas com o mesmo rigor que as das restantes partes interessadas, seguindo a metodologia descrita, e o modo como foram consideradas na reformulação do projeto é detalhado no capítulo *Inclusão e reformulação*.

Comunicação social

Órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais (imprensa, rádio, televisão e meios digitais) que informam sobre o projeto e contribuem para o debate público.

O Projeto do Parque Solar Sophia teve uma **repercussão mediática significativa** no último ano, com uma cobertura frequente por parte de diversos órgãos de comunicação social.

Face a este interesse, a Lightsource bp assumiu um papel ativo de esclarecimento, foram prestados esclarecimentos e dados técnicos a **18 órgãos de comunicação social**, nacionais e regionais. Este trabalho teve três objetivos principais:

- corrigir informações incorretas sobre o Projeto;
- desmistificar ideias erradas, frequentes no debate público, sobre as energias renováveis em geral;
- informar sobre a evolução do processo de reformulação do Projeto, com dados rigorosos e atualizados.

Público em geral

Todos os cidadãos interessados no projeto, mesmo sem uma ligação direta ao território, que podem participar através da consulta pública e dos Mecanismos de escuta e Partilha de informação .

Este é o grupo mais amplo e menos delimitado do mapa de partes interessadas. Não se relaciona com o projeto através de reuniões ou contactos individuais, mas através dos canais de participação abertos a toda a sociedade, apresentados no capítulo *Diálogo*.

No último ano, através dos Mecanismos de escuta e Partilha de informação, foram recebidos:

- **25 formulários de opinião** preenchidos;
- **3 contactos** através de WhatsApp;
- **9 contactos** através de correio eletrónico.

Todos os contactos recebidos foram respondidos.

3. Diálogo

- **Processo de escuta ativa e esclarecimento**, iniciado em 2020 e intensificado desde 2023, para identificar e ponderar os contributos das comunidades no projeto.
- Mais de **60 organizações contactadas** e cerca de **160 reuniões realizadas** com autarquias, entidades e organizações locais, e cerca de **560 comunicações enviadas**.
- **13 sessões de recolha de opinião** (jun.–jul. 2026) e **3 sessões públicas de esclarecimento** (set. 2026), com cerca de 120 e 150 participantes, respetivamente.
- **Mecanismo de Recolha de Opinião permanente** (e-mail, WhatsApp e formulário).
- Principais **preocupações**: paisagem e identidade do território, compatibilidade com a agricultura e o turismo, ambiente e água, saúde, custos de eletricidade e transparência do processo.

3.1. Objetivos do diálogo: escuta ativa e esclarecimento

O processo de escuta ativa e esclarecimento do Projeto do Parque Solar Sophia tem como **objetivo assegurar que os pontos de vista, as preocupações e os interesses das comunidades são identificados, recebidos, compreendidos e ponderados**, tanto na conceção como na execução do Projeto.

Um objetivo permanente, desde 2020

Este objetivo orienta o processo desde o seu início, em **2020**, com uma intensificação muito acentuada a partir de **2023**. Segue o quadro metodológico da Lightsource bp para o envolvimento de comunidades, que define três linhas de trabalho permanentes:

- construir e manter um **mapa de interlocutores** para a área de influência do projeto;
- definir um **plano de ação** para o desenvolvimento de contactos, parcerias e projetos com as comunidades.
- identificar **oportunidades** geradas pelo projeto, assim como **preocupações e impactes** a gerir de forma adequada;

Um objetivo mais específico no último ano

No âmbito do processo de reformulação do projeto, este objetivo geral traduziu-se em três frentes de trabalho mais específicas:

- **adaptar o desenho do projeto**, para eliminar ou mitigar os impactes identificados;
- **melhorar os materiais de comunicação e de informação**, para garantir clareza e transparência;
- **co-criar o Programa de Benefícios Partilhados**, alinhado com as preocupações e as oportunidades identificadas no território.

3.2. Mecanismos de diálogo e partilha de informação

Os mecanismos organizam-se em três níveis, de acordo com o seu grau de proximidade e de interação:

Contacto direto e presencial

- Reuniões presenciais e contactos telefónicos;
- Sessões específicas com partes interessadas.

Mecanismo de Recolha de Opinião (canais permanentes, acessíveis a qualquer momento)

- Correio eletrónico;
- WhatsApp;
- Formulário próprio de recolha de opiniões e contributos.

Canais de divulgação de informação (comunicação num só sentido)

- Website do Projeto;
- Facebook;
- Imprensa, através de artigos e notícias nos órgãos de comunicação social.

3.3. Contactos, reuniões e eventos realizados

Esta secção detalha, para cada mecanismo, o trabalho concreto realizado ao longo do processo. No *Anexo I* é possível consultar os pormenores dos contactos estabelecidos.

3.3.1. Reuniões e contactos institucionais e locais

Foram contactadas mais de **60 organizações** e realizadas cerca de **160 reuniões**, entre as quais se destacam:

- **Reuniões presenciais com a CCDR-Centro, as câmaras municipais, as juntas de freguesia e as entidades locais.** Permitiram apresentar o projeto com apoio cartográfico, ouvir as posições institucionais, discutir o layout e acordar os passos seguintes.



Figura 4. Exercício de co-desenho do layout com presidentes de junta (relocalização de painéis, incorporação de cortinas arbóreas).



Figura 5 Reunião com a Câmara Municipal de Penamacor, novembro de 2025 (fonte: Sapo.pt).

- **Visitas ao terreno e reuniões** com a academia, associações de agricultores, associações de caçadores, entidades de investigação e desenvolvimento, IPSS e associações do setor social, associações do setor económico e do turismo, empresas, bombeiros e vizinhos. Realizam-se desde 2020, com maior intensidade a partir de 2025, e constituem o principal canal de relacionamento institucional.



Figura 6. Reunião com proprietários e agricultores, janeiro de 2026.

3.3.2. Sessões específicas com a população

Foram realizadas várias rondas de sessões específicas com a população local: sessões de recolha de opinião e sessões de esclarecimento.

Sessões de recolha de opinião (junho e julho de 2026)

Realizaram-se com o **objetivo de recolher opiniões e contributos** para melhorar o desenho do projeto e definir as iniciativas do Programa de Benefícios Partilhados.

Indicador	Valor
N.º de sessões	13
Freguesias abrangidas	5 (em 6 localizações)
Capacidade prevista	195 pessoas (15 por sessão)
Participantes	cerca de 120 pessoas

Tabela 7 Sessões de recolha de opinião (junho e julho de 2026).

- **Convocatória:** as sessões foram anunciadas em diversos canais de comunicação e através de cartazes colocados nos placares informativos das sedes das juntas de freguesia onde se realizaram. No **Anexo IV** é possível consultar o material utilizado para divulgar as sessões.

- **Formato:** As sessões de recolha de opiniões foram organizadas num formato reduzido, com um limite preferencial de 15 participantes por sessão. Este formato de proximidade permitiu um diálogo mais próximo e aprofundado com cada grupo de residentes. Em cada sessão, a Lightsource bp esteve representada por uma equipa de 5 técnicos, com o objetivo de ouvir as preocupações e opiniões, explicar o projeto sob diferentes perspetivas técnicas e de reforçar a proximidade no processo de escuta. Para chegar ao maior número possível de pessoas da comunidade, foram organizadas, no total, 13 sessões. Quem não estava inscrito e mostrou interesse em participar no próprio dia, pode fazê-lo quando existiam vagas. Foram atendidas todas as pessoas interessadas nestas sessões.
- **Materiais de apoio:** Foi ainda preparada uma apresentação em PowerPoint, com o objetivo de esclarecer dúvidas sobre a energia fotovoltaica e apresentar a proposta preliminar do Programa de Benefícios Partilhados. Para tornar a sessão mais interativa, foi utilizado um ecrã tátil de 60 polegadas, onde eram exibidos os mapas detalhados do projeto original. Este equipamento permitiu assinalar diretamente sobre os mapas as alterações sugeridas pelos participantes, tornando o processo de recolha de contributos mais visual e participativo.



Figura 7 Sessões de recolha de opinião.

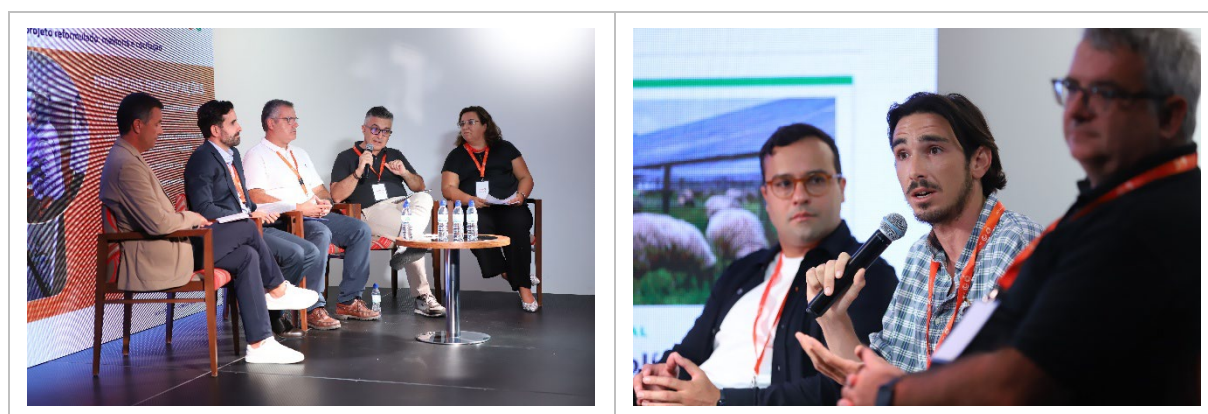
Sessões de esclarecimento sobre o projeto reformulado (setembro de 2026)

Estas sessões tiveram como **objetivo explicar o resultado do processo de escuta** e a forma como este se traduziu no **projeto reformulado** e nas iniciativas consensualizadas do Programa de Benefícios Partilhados.

Indicador	Valor
N.º de sessões	3
Municípios	3 (Penamacor, Idanha-a-Nova e Fundão)
Capacidade prevista	500 pessoas
Participantes	cerca de 150 pessoas

Tabela 8 Participação nas Sessões de Esclarecimento do Projeto Reformulado

- **Convocatória:** executivos municipais e todas as partes interessadas contactadas desde o início do processo, através de uma campanha de divulgação em canais digitais e redes sociais, com o apoio das câmaras municipais e das juntas de freguesia.
- **Formato:** mesa-redonda, com apresentação do projeto reformulado no palco por 4 técnicos da Lightsource bp responsáveis pelo processo de reformulação, e a presença de 3 parceiros, que vieram explicar algumas das medidas do Programa de Benefícios Partilhados. Para melhor aproveitar a sessão e deixar tempo suficiente para o período de perguntas e respostas, contou-se com um moderador, que facilitou o encontro. A sessão foi aberta a todos os interessados em participar, tendo sido convidadas tanto as autarquias como os órgãos de comunicação social.
- **Materiais de apoio:** folheto informativo, apresentação em PowerPoint e filme de simulação da paisagem. Estes materiais encontram-se nos **Anexos V, VI e VII**. Estão também **já disponíveis no site do projeto**, juntamente com o vídeo exibido durante as sessões.



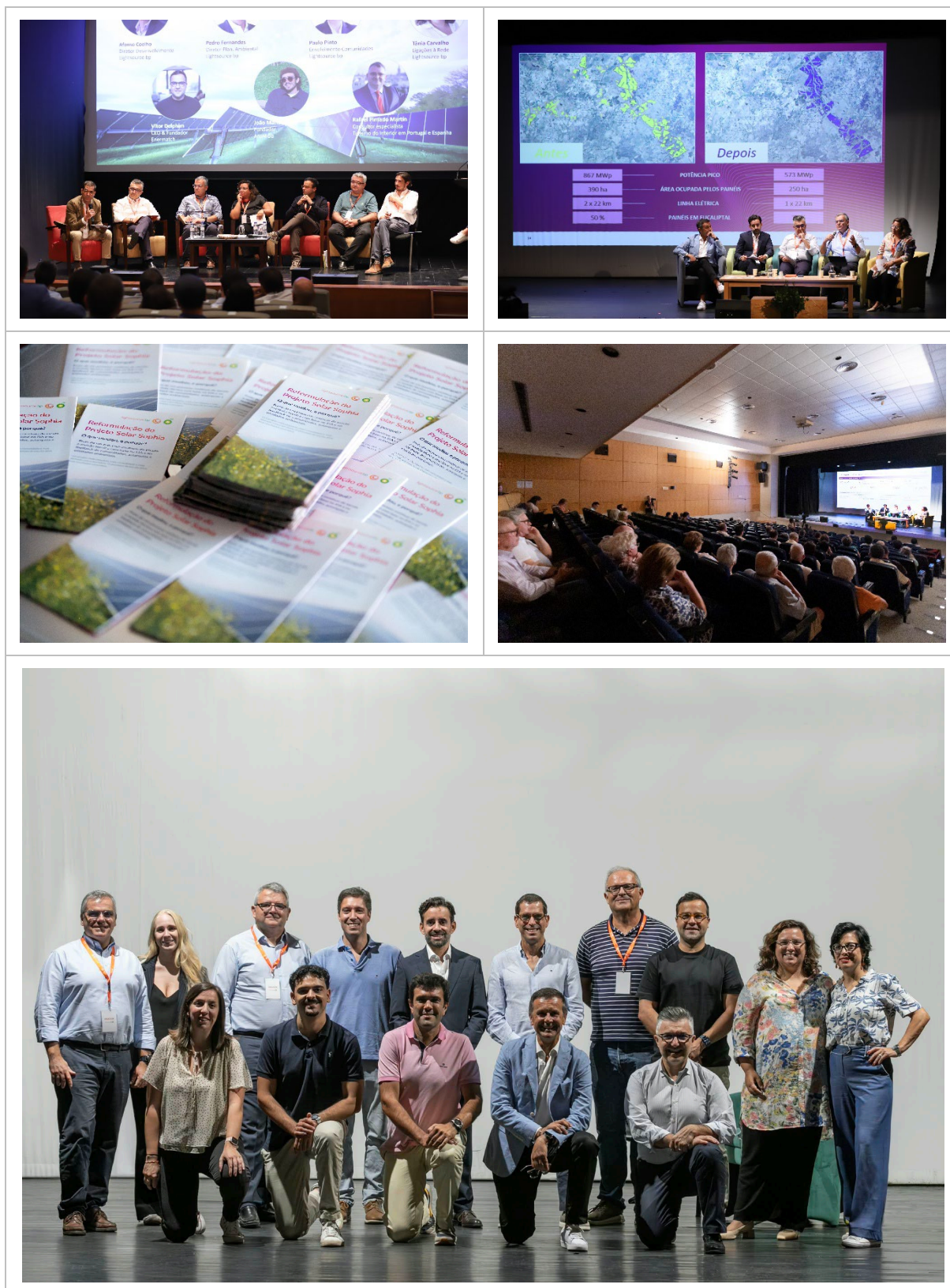


Figura 8 Algumas fotografias tiradas durante os eventos

3.3.3. Mecanismo de recolha de opinião

Correio eletrónico (info.portugal@lightsourcebp.com)

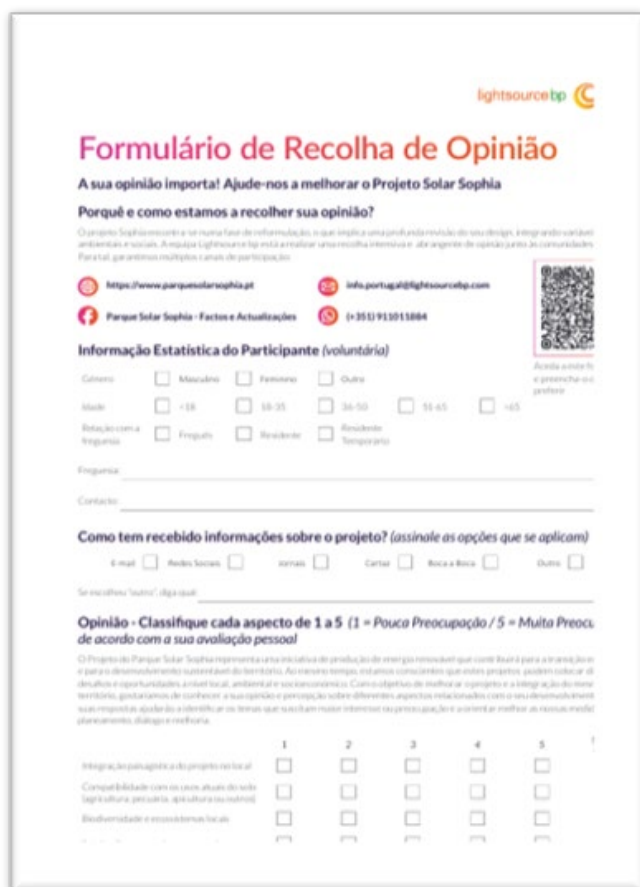
Foram ainda recebidas, por este canal, **9 comunicações** de cidadãos, todas respondidas pelo mesmo meio.

WhatsApp (+351) 911011884

Canal de acesso simples e imediato para os cidadãos a título individual, usado sobretudo para pedidos rápidos de informação. Foram recebidas **3 comunicações** de cidadãos por esta via.

Formulário de recolha de opinião (em papel e online)

Disponibilizado através do website e distribuído em papel durante as sessões de recolha de opinião. Foi complementarmente enviado por correio postal (CTT, com porte pago) a 205 agregados familiares de freguesias onde não foi possível realizar sessões presenciais: Proença-a-Velha (74 agregados) e Aldeia de Santa Margarida (131 agregados). Foram recebidos **25 formulários de opinião** preenchidos. Este formulário pode ser consultado no **Anexo III**.



The image shows a printed survey form titled 'Formulário de Recolha de Opinião' (Opinion Collection Form). At the top, it features the 'lightsource bp' logo. The form is in Portuguese and asks participants to help improve the 'Projeto Solar Sophia'. It includes contact information: a website (<https://www.parquesolar sophia.pt>), an email address (info.portugal@lightsourcebp.com), and a WhatsApp number (+351) 911011884. There is a QR code on the right side. The form is divided into several sections: 'Informação Estatística do Participante (voluntária)' (Participant Information - voluntary) with checkboxes for gender (Masculino, Feminino, Outra), age (18, 18-25, 26-35, 36-45, 46+), and residence type (Residência com a freguesia, Freguesia, Residência temporária); 'Como tem recebido informações sobre o projeto? (assinale as opções que se aplicam)' (How have you received information about the project? (mark the options that apply)); and 'Opinião - Classifique cada aspecto de 1 a 5 (1 = Pouca Preocupação / 5 = Muita Preocupação de acordo com a sua avaliação pessoal)' (Opinion - Rate each aspect from 1 to 5 (1 = Little concern / 5 = Much concern according to your personal evaluation)). The last section has a table with five columns (1, 2, 3, 4, 5) and three rows of aspects to be rated: 'Integração paisagem e do projeto no local', 'Compatibilidade com os usos atuais do solo', and 'Biodiversidade e ecossistemas locais'.

Figura 9 Inquérito de recolha de opiniões

3.3.4. Canais de divulgação de informação

A Lightsource bp dispõe de duas plataformas digitais principais dedicadas ao Projeto Sophia:

- **Website do projeto** (<https://lightsourcebp.com/pt/project/parque-solar-fotovoltaico-sophia/>), com informação atualizada sobre o desenvolvimento do projeto e acesso a documentos de interesse;
- **Página de Facebook** — Parque Solar Sophia: Factos e Atualizações, destinada à divulgação regular de informação sobre o projeto e complementar aos canais de contacto bidirecional.

Desde o seu lançamento, em março de 2026, a página de Facebook registou 84 mil visualizações e mais de 12 horas de visualização de conteúdos. Ao longo de sete meses, alcançou 141 seguidores, correspondendo a um crescimento médio mensal de 7%, acima do intervalo de referência comparável para o Facebook, situado entre 2% e 5%.

Os principais temas abordados no Facebook são:

- ✓ Atualizações sobre o projeto e ações de envolvimento da comunidade
- ✓ Parcerias e acordos celebrados com parceiros relevantes
- ✓ Respostas a perguntas frequentes sobre energia renovável, com o objetivo de esclarecer informações erradas.

Em 2026, o website do projeto recebeu 4.131 utilizadores, que acumularam mais de 68 horas de permanência. Destes, 60 chegaram através de publicações orgânicas nas redes sociais, 670 através de pesquisa orgânica e 3.000 através de campanhas digitais pagas, incluindo redes sociais, motores de pesquisa e publicidade gráfica.

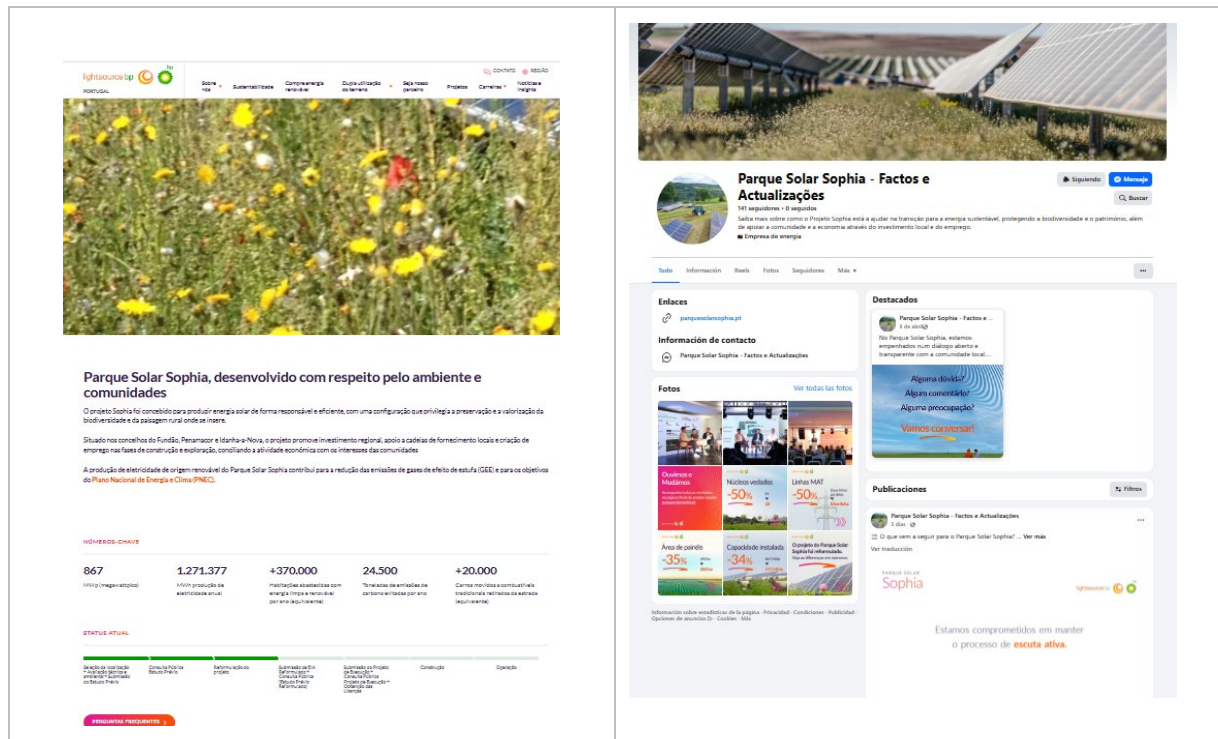


Figura 10 Website e Facebook do Projeto Sophia

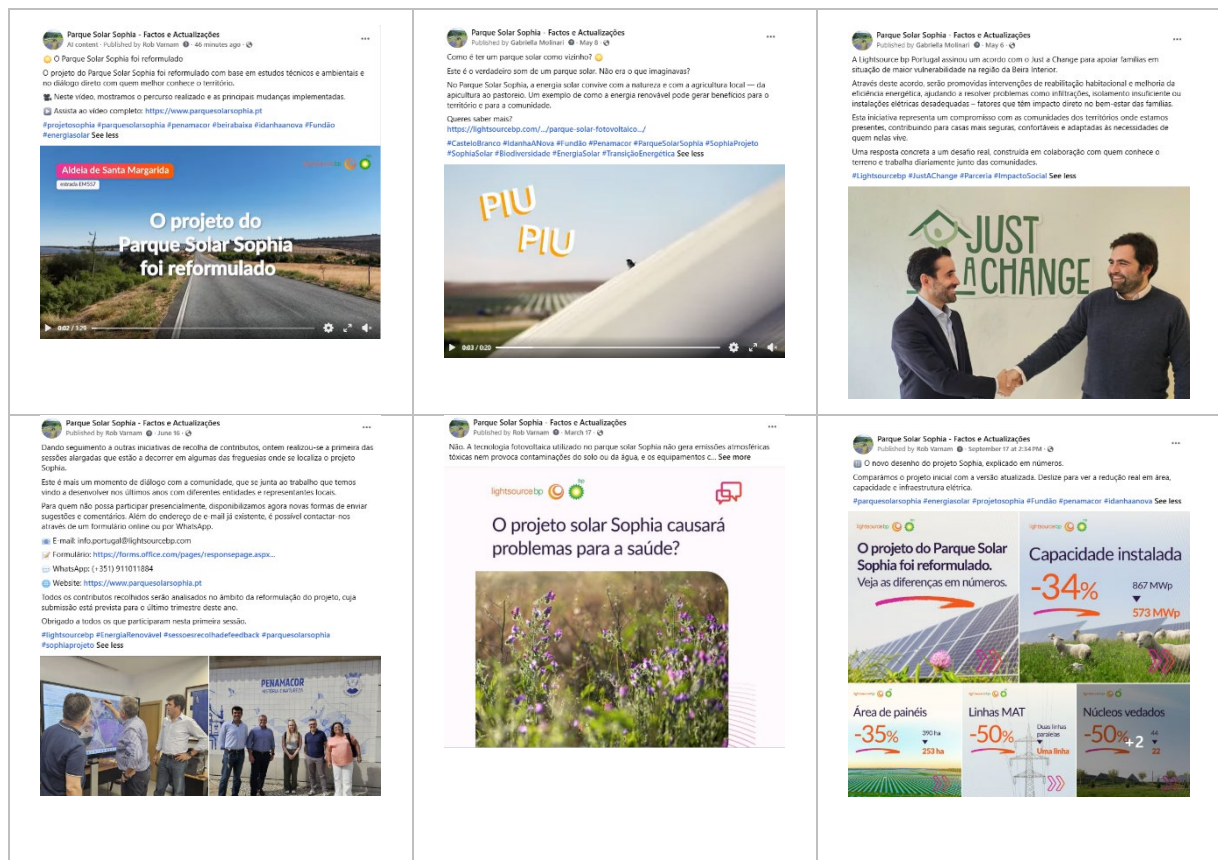


Figura 11 Exemplos de publicações no Facebook.

- **Conteúdos informativos patrocinados em jornais regionais** (5 publicados), para dar a conhecer o trabalho de escuta ativa realizado e os canais de contacto disponíveis, e para abordar temas ligados à energia solar fotovoltaica, como o uso duplo do solo nos parques solares através da agropastorícia.

Todos os conteúdos publicados podem ser consultados no **Anexo VIII**:

- Transição Energética: Ouvir Primeiro, Construir Depois (14/05/2026)
- Parque Solar Sophia: Os Contributos da Comunidade na Melhoria do Projeto (25/06/2026)
- O que Acontece Quando um Rebanho Entra num Parque Solar? (23/07/2026)
- E se a Energia Solar Produzida e Armazenada ao Lado da sua Casa Pudesse Beneficiar a Comunidade?" (27/08/2026)
- Como o Reforço do Diálogo com o Território Contribuiu para Reformular o Projeto Sophia (01/10/2026)

3.4. Preocupações e expectativas identificadas

Ao longo do processo de escuta ativa, foram identificadas preocupações recorrentes, que se podem agrupar nos seguintes temas:

Área	Preocupações identificadas
Território e paisagem	Impacte na paisagem rural e na identidade do território; dimensão do projeto; proximidade dos painéis a aldeias e a vias com maior circulação; ocupação de caminhos rurais, públicos e privados.
Atividade económica e produtiva	Compatibilidade com as atividades agrícola e pecuária; ocupação de terrenos com potencial para regadio; dúvidas e algum ceticismo quanto à conciliação entre produção solar e pecuária; efeitos no setor turístico.
Ambiente e recursos naturais	Eventual aumento da temperatura local e regional; possível competição pelo consumo de água; biodiversidade, nomeadamente o abate de azinheiras e sobreiros.
Saúde e economia doméstica	Impacte na saúde humana, sobretudo associado à linha de muito alta tensão (LMAT); custos com a energia elétrica, com a expectativa de que a energia produzida se traduzisse numa redução das faturas dos residentes.
Aspetos institucionais e processuais	Natureza e nacionalidade do capital da Lightsource bp; garantias de cumprimento dos compromissos em caso de alienação do projeto; data de apresentação pública do projeto reformulado e duração da

Área	Preocupações identificadas
	consulta pública; complexidade do processo de AIA, associada à percepção de falta de transparência e de detalhe do projeto.

Tabela 9 Resumo das principais preocupações identificadas durante o processo de auscultação

De forma transversal, muitas pessoas manifestaram o desejo de **conhecer melhor o projeto** e de compreender com maior clareza as suas diferentes etapas. Acima de tudo, esperavam um processo mais **compreensível, próximo e transparente**.

4. Inclusão e reformulação

- A **reformulação do Projeto do Parque Solar Sophia respondeu a preocupações das comunidades**, com três critérios gerais: menos dimensão, afastamento de zonas sensíveis e simplificação das infraestruturas elétricas.
- A potência instalada caiu de 867 para **573 MWp** e a área de painéis **reduziu-se 35%**; o Fundão deixa de ter painéis solares, e Penamacor e Idanha-a-Nova concentram-se sobretudo em eucaliptal.
- O projeto está **agora 100% fora** da Rede Natura 2000, RAN, REN, habitats sensíveis e povoamentos de sobreiros e azinheiras, sem abate de exemplares de grande porte.
- Reforço ambiental e paisagístico: **40.000 árvores a plantar**, mais cortinas arbóreas e corredores ecológicos, e redução de 81,5% em áreas de elevado valor visual.
- O **Programa de Benefícios Partilhados (10 iniciativas, 42 anos)** terá governação em três níveis, com relatórios públicos, auditoria e continuidade garantida em caso de alienação do projeto.

4.1. Enquadramento e princípios da reformulação

A reformulação do Projeto do Parque Solar Sophia tem um duplo objetivo: **encontrar uma solução com menor impacto global** no território e na comunidade, e **potenciar as oportunidades** que o projeto pode trazer para a comunidade local.

Um projeto diferente: o resultado da escuta

O Projeto do Parque Solar Sophia reformulado **incorpora os contributos** das pessoas e das instituições do Fundão, de Idanha-a-Nova e de Penamacor, ouvidos em reuniões, em sessões públicas e por escrito, ao longo de mais de um ano, tal como descrito no capítulo *Diálogo*.

Desses contributos resultaram **três critérios gerais** que orientaram a reformulação:

1. **Redução da dimensão do projeto**, com menos área de implantação de painéis solares e adaptação paisagística da solução adotada, através de medidas de desenho e de mitigação;

2. **Retirada das zonas agrícolas, ecológicas e habitadas mais sensíveis**, com a remoção ou a redução da área de painéis junto a aldeias, terrenos agrícolas de maior valor e áreas de proteção ecológica;
3. **Simplificação das infraestruturas elétricas**, com a redução da extensão e da faixa de servidão da linha de escoamento.

Do resultado dessa escuta emana também o Programa de Benefícios Partilhados, incluído no capítulo *Partilha*.

A concretização de todas as alterações técnicas é apresentada no Estudo de Impacte Ambiental que acompanha o projeto reformulado. No presente documento, é apresentada uma síntese das soluções de reformulação adotadas para dar resposta às preocupações levantadas durante o processo de escuta no território.

4.2. Inclusão: o que ouvimos, como respondemos e o que alterámos

Nos capítulos seguintes, são apresentadas informações sobre a forma como foram incorporadas soluções para as seguintes questões levantadas, entre outras:

N.º	Preocupação
1	Impacte na paisagem rural e na identidade do território; dimensão do projeto; proximidade dos painéis a aldeias e a estradas de maior circulação
2	Compatibilidade com usos produtivos do solo: atividade agrícola e ocupação de terrenos com potencial para regadio
3	Dúvidas e ceticismo sobre a conciliação entre produção solar e atividade pecuária
4	Efeitos negativos no setor turístico, ligados à paisagem e à identidade do território
5	Eventual aumento da temperatura local ou regional
6	Possível competição pelo consumo de água
7	Biodiversidade, nomeadamente o abate de azinheiras e sobreiros
8	Possível afetação da saúde por influência das linhas elétricas

N.º	Preocupação
9	Ausência de redução direta na fatura de eletricidade das populações vizinhas
10	Necessidade de conhecer melhor o projeto e as suas etapas; expectativa de um processo mais compreensível, próximo e transparente
11	Mecanismos de acompanhamento e governação do Plano de Envolvimento da Comunidade e do Programa de Benefícios Partilhados

Tabela 10 Principais preocupações incluídas no processo de reformulação

Ao longo deste documento, são **apresentadas simulações gráficas do "antes" e do "depois"** do Projeto, tal como foram apresentadas à população durante as sessões de esclarecimento. Estas simulações são **um guia visual para situar o leitor**, enquanto material de comunicação. Para informação técnica de detalhe sobre as alterações, recomenda-se ao leitor consultar o Estudo de Impacte Ambiental, que contém materiais técnicos mais exaustivos.

4.2.1. Preocupação 1: Impacte na paisagem rural e na identidade do território

Possível impacto do projeto na paisagem rural e com a preservação da identidade e das características próprias deste território. Nomeadamente em alguns pontos específicos, suscitava particular preocupação a proximidade dos painéis às aldeias e a estradas com maior circulação.

O que foi incorporado no projeto reformulado:

a) Estudo de visibilidade e realocação dos painéis

Foi realizado um estudo pormenorizado das áreas de elevada visibilidade do território, com o objetivo de realocar os painéis solares nas zonas onde a sua visibilidade, a partir dos pontos mais emblemáticos do território, é menor (ver **Anexo Estudo de visibilidades: análise dos cenários de sensibilidade paisagística do Relatório Ambiental**).

b) Remoção dos painéis junto às aldeias de Mata da Rainha, Orca e Martianas

Com base neste estudo, foram retirados os painéis solares nas imediações das aldeias de Mata da Rainha, Orca e Martianas.

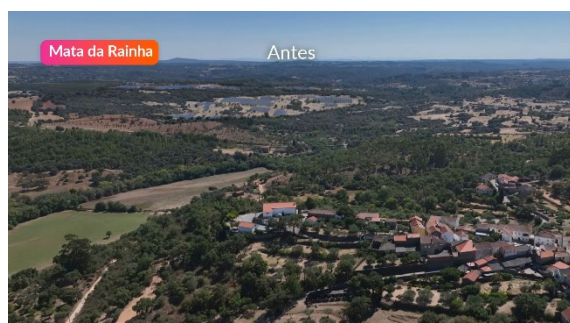
Mata da Rainha (Direção Norte) — antes



Mata da Rainha (Direção Norte) — depois



Mata da Rainha (Direção Sul) — antes



Mata da Rainha (Direção Sul) — depois



Figura 12 Mata da Rainha antes e depois da reformulação do Projeto Solar Sophia.

c) Afastamento dos painéis em Pedrógão de São Pedro e junto à EN-223

Os painéis foram afastados da aldeia de Pedrógão de São Pedro para uma distância **2,3 vezes superior** à do projeto inicial, ficando agora a **1,5 km** da aldeia. Junto à EN 223, na zona que serve Pedrógão de São Pedro e Aldeia de Santa Margarida, o afastamento aumentou **2,5 vezes**, passando os painéis a estar a **115 m** da estrada.

Nestas áreas de recuo, foram reforçadas as plantações e criada uma cortina arbórea, com o objetivo de minimizar a visibilidade do parque solar a partir da estrada.

Pedrógão de São Pedro — antes



Pedrógão de São Pedro — depois

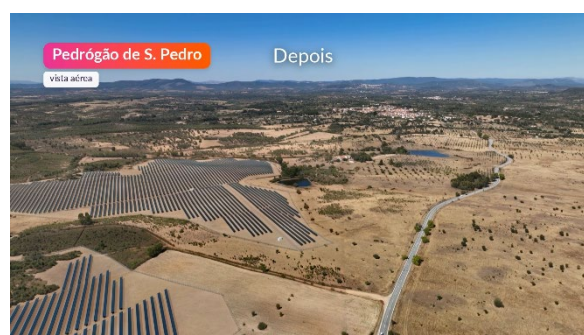


Figura 13 Pedrógão de São Pedro antes e depois da reformulação do Projeto Solar Sophia

d) Afastamento dos painéis em Aldeia de Santa Margarida

Em Aldeia de Santa Margarida, a distância entre a aldeia e o projeto mais que duplicou (2,55 vezes), passando os painéis a estar a **740 m** da aldeia.

Destaca-se que, no projeto inicial, parte da vedação do parque solar era contígua a um caminho pavimentado que circunda parcialmente a aldeia. No projeto reformulado, a vedação passa a estar a uma distância mínima de **500 m** desta via. O terreno onde inicialmente estavam previstos painéis solares passa agora a funcionar como **zona de compensação ecológica**, com o reforço de árvores e arbustos característicos da região.

Aldeia de Santa Margarida — antes



Aldeia de Santa Margarida — depois



Figura 14 Aldeia de Santa Margarida antes e depois da reformulação do Projeto Solar Sophia.

4.2.2. Preocupação 2: Compatibilidade com usos produtivos do solo

Foram levantadas questões sobre a compatibilidade do projeto com outros usos produtivos do solo, nomeadamente com as atividades agrícola e pecuária, bem como sobre a ocupação de terrenos com potencial para regadio.

O que foi incorporado no projeto reformulado:

a) Saída da envolvente da freguesia da Orca

O projeto deixou de ocupar a envolvente da freguesia da Orca, onde se localizam os terrenos identificados com potencial para regadio. Confirma-se, ainda, que o projeto **não se insere em áreas da Reserva Agrícola Nacional (RAN)** nem em solos de Elevado Potencial Agrícola.

Orca — antes



Orca — depois



Figura 15 Orca antes e depois da reformulação do Projeto Solar Sophia.

b) Priorização de áreas de eucaliptal

Foi feito um esforço significativo de localização do projeto, de forma a que **cerca de dois terços da sua área** ocupem terrenos atualmente cobertos por eucaliptal, reduzindo assim a pressão sobre solos com maior aptidão para uso agrícola ou pecuário.

4.2.3. Preocupação 3: Conciliação entre produção solar e atividade pecuária

Durante o processo de escuta, percebeu-se que existiam dúvidas — e, em alguns casos, algum ceticismo — quanto à possibilidade de conciliar a produção de energia solar com a atividade pecuária.

O que foi incorporado no projeto reformulado:

Nas sessões de recolha de contributos, a Lightsource bp apresentou já a sua experiência internacional no uso duplo do solo, através da agropastorícia em parques solares fotovoltaicos — uma das soluções conhecidas como **agrivoltaico** — e referenciou também exemplos já existentes em Portugal.

Com base nesta experiência, a Lightsource bp foi à procura das melhores práticas de agropastorícia, de forma a identificar como esta atividade pode contribuir para o desenvolvimento da pecuária na região e, simultaneamente, beneficiar o solo, através de técnicas de pastoreio agroecológico.

Nesse sentido, a Lightsource bp **estabeleceu uma parceria com a ANIMOB e a BIOINSIGHT** para o desenho de um programa de pastoreio rotativo e de empreendedorismo agropastoral. Este programa é uma das medidas do Programa de Benefícios Partilhados (detalhada no capítulo *Partilha*) e traduz-se, nesta fase do projeto, num **Plano Estratégico de Integração Agroecológica e do Pastoreio** (que pode ser consultado no *Anexo XI*) com três componentes:

- a) uma **infraestrutura partilhada de apoio à pastorícia**;
- b) um Banco de Efetivo Animal Autóctone, centrado no Merino da Beira Baixa.

- c) um **Plano de Pastoreio Holístico**, à escala da central e do território envolvente, integrando produtores locais.



Figura 16 Componentes do Plano Estratégico de Integração Agroecológica e do Pastoreio.

4.2.4. Preocupação 4: Efeitos negativos no setor turístico local

Foram identificados possíveis efeitos negativos do projeto no setor turístico da região, naturalmente muito relacionados com a questão da paisagem e com a preservação da identidade do território.

O que foi incorporado no projeto reformulado:

a) Redução do impacto paisagístico

Para além das medidas já descritas na resposta à Preocupação 1, o novo projeto foi concebido para minimizar os impactos na paisagem, através de três alterações principais:

- **Menos núcleos de painéis, mais integrados na paisagem.** O número de blocos de painéis passou de **110 para 60**, e a área máxima de painéis contínuos foi reduzida em cerca de **54,5%** (de 110 ha para 50 ha). Esta redução permite criar mais corredores ecológicos, com vegetação arbustiva e arbórea intercalada entre os núcleos.
- **Mais plantação de árvores.** Estão previstas **40.000 novas árvores**, um aumento de 48% em relação às 27.000 do projeto inicial. Estas plantações irão desenvolver-se ao longo do tempo, contribuindo para uma melhor integração do parque na paisagem.
- **Reforço das cortinas arbóreas.** As cortinas arbóreas junto a estradas e a povoações aumentaram 34%, passando de 30,3 ha para 40,5 ha.

Adicionalmente, o projeto não ocupa faixas ribeirinhas nem afloramentos rochosos.

Aldeia de Sta. Margarida — antes



Aldeia de Sta. Margarida — depois



Figura 17 Aldeia de Sta. Margarida antes e depois da reformulação do Projeto Solar Sophia.



Figura 18 Aldeia de Sta. Margarida EM557 – cortinas arbóreas depois da reformulação do Projeto Solar Sophia.

b) Estudo independente sobre o impacto no turismo

Tendo em conta a perceção de que a existência de parques solares e de outras infraestruturas de produção de energias renováveis pode afetar o turismo, a Lightsource bp encomendou um exercício de *benchmarking* (análise de projetos semelhantes) a uma empresa independente e de reconhecida credibilidade no mercado. Esta análise pode ser consultada no **Anexo II**.

Foram analisados **4 projetos renováveis em Portugal**. Em nenhum deles se verificou uma diminuição da oferta ou da procura turística após a entrada em funcionamento dos respetivos parques solares. Apresentam-se a seguir dois exemplos, referentes ao Parque Solar de

Ourique e ao Parque Solar de Moura; mais detalhes podem ser consultados no estudo acima referido.

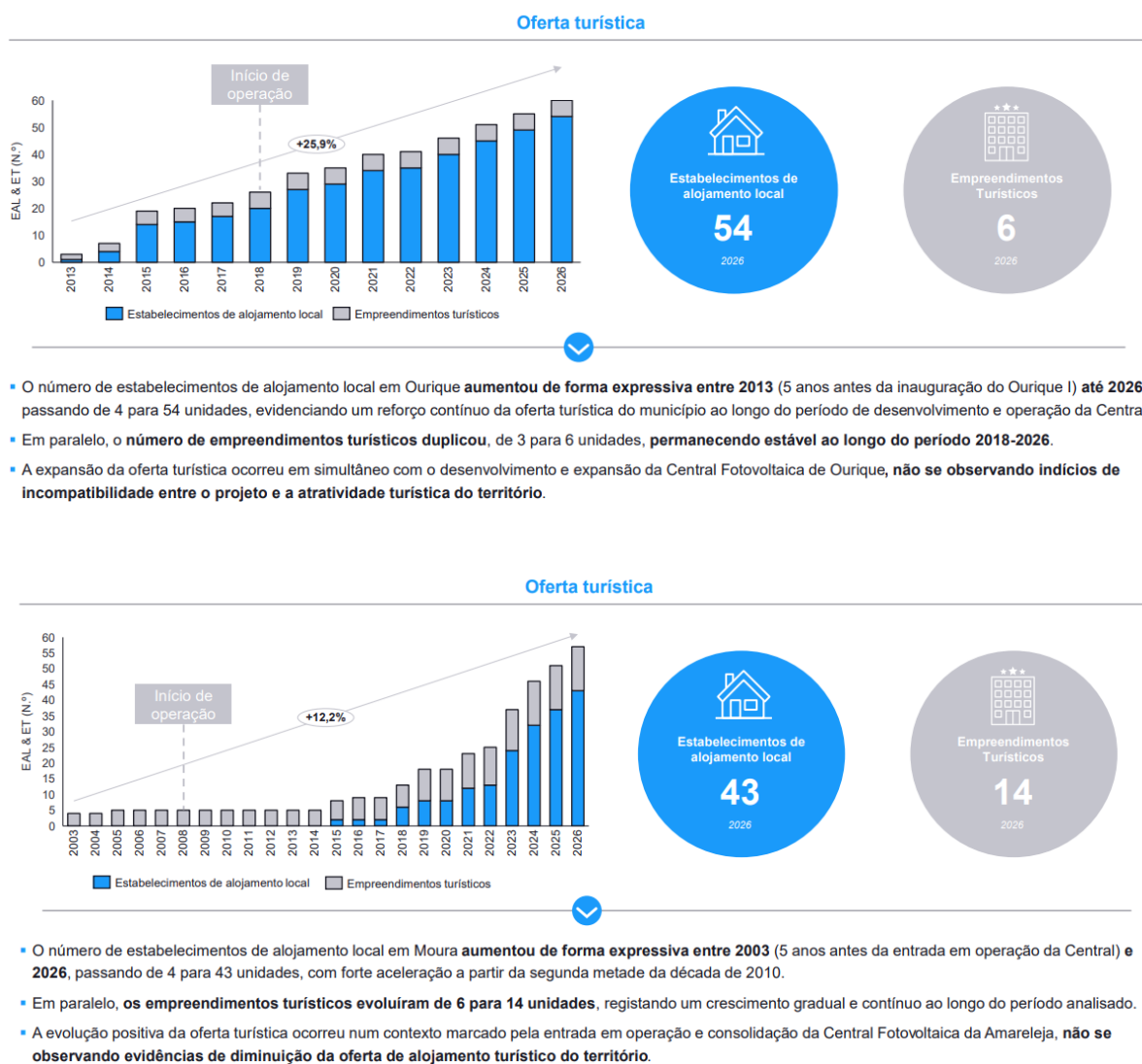


Figura 19 Comparação entre o crescimento do turismo e o aumento das instalações de energias renováveis (Fonte: Estudo Socioeconómico - EY)

c) Um eixo do Programa de Benefícios Partilhados dedicado ao Turismo

O turismo está em crescimento nos municípios de Penamacor, Idanha-a-Nova e Fundão, e é apontado pelos próprios municípios como uma prioridade para o crescimento económico do território. Por isso, a Lightsource bp propõe que um dos quatro eixos do Programa de Benefícios Partilhados seja dedicado ao Turismo, com duas medidas que pretendem dinamizar e desenvolver o turismo sustentável:

- **Programa ZERO_Destinations:** um programa turístico anual para transformar Idanha-a-Nova e Penamacor num destino de turismo de menor impacto ambiental (pegada zero) e maior retorno local, ligando o turismo à agricultura, à pecuária, ao comércio, à restauração e ao artesanato. A proposta completa pode ser consultada no *Anexo XII*.
- **INTRA_Rail Beira Baixa:** um projeto turístico anual que liga os pontos de interesse mais relevantes da Beira Baixa, financiando a participação de 25 jovens criadores de conteúdos digitais na promoção do turismo local.

Ambos os programas são detalhados no capítulo *Partilha*.

4.2.5. Preocupação 5: Eventual aumento da temperatura local ou regional

A instalação dos painéis solares suscitou preocupações quanto a um eventual aumento da temperatura a nível local e até regional. Esta preocupação foi também associada, por algumas partes interessadas, a um potencial impacto na saúde das populações, em particular num território com uma população envelhecida e com elevada prevalência de doenças crónicas, mais vulnerável a episódios de calor extremo.

O que foi incorporado no projeto reformulado:

Com base nesta preocupação, foi realizado o "Estudo de Avaliação de Impactes Microclimáticos das Centrais Fotovoltaicas", pelo Instituto de Ciência e Inovação em Engenharia Mecânica e Engenharia Industrial (INEGI), disponível no *Anexo do Relatório Ambiental* do Projeto.

O estudo teve como objetivo avaliar os potenciais impactes microclimáticos locais resultantes da instalação dos painéis, nomeadamente a forma como estes podem alterar o balanço energético à superfície e, consequentemente, influenciar variáveis meteorológicas como a temperatura do ar, a temperatura da superfície e os fluxos de calor. Combinou duas componentes: uma revisão da literatura científica internacional, para obter um enquadramento de referência, e uma análise empírica de um caso de estudo real em Portugal — a Central Fotovoltaica da Amareleja, no Alentejo.

O que diz a literatura científica:

Os efeitos térmicos associados a instalações fotovoltaicas dependem fortemente do contexto climático, do uso do solo, da configuração da central e da metodologia de análise adotada. Ainda assim, os estudos mais recentes e robustos convergem numa conclusão comum: os impactes observados resultam sobretudo de uma **redistribuição do balanço energético à superfície**, e não da formação de uma "ilha de calor".

Em concreto, a presença de módulos fotovoltaicos tende a **reduzir a radiação incidente no solo** e o armazenamento térmico superficial, promovendo, muitas vezes, um **arrefecimento da superfície** na área ocupada pelos painéis. Em simultâneo, pode ocorrer um **aquecimento moderado do ar** na proximidade imediata dos módulos, durante o dia. Este efeito é, no

entanto, **confinado a uma escala local**, de pequena magnitude, sem propagação significativa no espaço e sem persistência durante a noite.

Um estudo recente, de Xu *et al.* (2024), analisou especificamente áreas com coberto vegetal agrícola, arbustivo ou mediterrânico — com características semelhantes às da área do Projeto Sophia —, e mostrou que a presença de centrais fotovoltaicas pode originar oscilações de baixa magnitude na temperatura do ar envolvente, da ordem das **décimas de grau**, que podem traduzir-se em aumentos ou diminuições, dependendo das condições climáticas, da cobertura do solo e da configuração de cada projeto.

O que mostra o caso da Central Fotovoltaica Amareleja:

Os investigadores do INEGI compararam os dados de temperatura de dois períodos distintos — anterior e posterior à instalação da central — tanto nas proximidades da central como numa localização vizinha de referência.

Não foram encontrados indícios de alterações significativas do regime térmico global da região associadas à instalação da central. As diferenças observadas entre os dois períodos são dominadas, sobretudo, por fatores climáticos regionais, com um aumento térmico relativamente homogéneo em toda a área estudada.

O estudo sugere que a presença de uma central fotovoltaica pode estar associada a uma **modulação microclimática local — e não regional —, de pequena magnitude**, confinada à área ocupada pela central, e traduzida numa redução relativa do aquecimento diurno, com um efeito ainda menos intenso durante a noite.

Fatores do Projeto Sophia que minimizam este efeito:

A localização e a disposição dos elementos do Parque Solar Sophia incluem várias características que contribuem para minimizar eventuais efeitos de ilha de calor:

- ✓ a existência de caminhos e acessos que **fragmentam a continuidade dos blocos de painéis**, favorecendo a circulação do ar;
- ✓ a **manutenção da vegetação sob os painéis**;
- ✓ a **preservação das áreas de vegetação** existentes no interior da área vedada;
- ✓ a implementação de **cortinas arbóreas e arbustivas**.

A questão da saúde pública e das alterações climáticas:

A relação entre o calor extremo e a saúde das populações, sobretudo das mais vulneráveis — pessoas idosas, com doenças crónicas ou com maior exposição ao exterior —, é uma preocupação de saúde pública legítima e bem documentada em Portugal, que a Lightsource bp reconhece como distinta da questão específica do comportamento térmico do Parque Solar Sophia.

Em síntese:

As grandes centrais solares não alteram o clima regional. Podem gerar efeitos microclimáticos locais, mas estes são de pequena magnitude, confinados à área da própria instalação e dependentes do contexto de cada projeto. Face à evidência científica reunida e às

características específicas do Parque Solar Sophia, considera-se que este potencial impacte não assume significado para a saúde da população local.

4.2.6. Preocupação 6: Possível competição pelo consumo de água

Foi também manifestada preocupação quanto a uma possível competição pelo consumo de água na operação do parque solar, nomeadamente com os usos agrícolas locais.

O que foi incorporado no projeto reformulado:

O consumo de água na operação do parque solar é muito reduzido e não compete com os usos agrícolas locais.

A limpeza dos painéis solares é feita, na sua maioria, pela própria água da chuva. Apenas duas vezes por ano é necessária uma limpeza mais robusta, feita exclusivamente com água, sem qualquer produto químico ou aditivo.

Esta limpeza recorre a equipamentos de aspersão otimizados e extremamente eficientes, que reduzem as necessidades de água ao mínimo indispensável.



Figura 20 Limpeza de painéis com água osmótica num parque solar da Lightsource bp.

Uma perspetiva comparativa:

Para contextualizar esta reduzida necessidade de água, comparam-se, a título indicativo, os consumos anuais de diferentes usos do solo com dimensão equivalente à do parque solar:

- um **amendoal moderno irrigado** consome cerca de **100 vezes mais água** por ano;
- um **olival moderno irrigado** consome cerca de **40 vezes mais água** por ano.

Além disso, a água utilizada na limpeza dos painéis é 100% livre de químicos e de aditivos, o que elimina qualquer risco de contaminação do solo ou das linhas de água.

Origem e gestão da água:

A água pode ser captada de recursos hídricos locais, de forma controlada e dimensionada para não afetar nascentes, linhas de água ou reservas subterrâneas da região. Caso surja algum constrangimento pontual na disponibilidade local, existem soluções alternativas de abastecimento em áreas adjacentes, garantindo que a operação do parque nunca compromete o acesso à água por parte da agricultura ou de outros usos locais.

Em síntese:

Graças à eficiência da metodologia de limpeza e à gestão cuidadosa da captação de água, o parque solar não gera qualquer competição significativa com a agricultura da região pelo recurso água.

4.2.7. Preocupação 7: Biodiversidade, nomeadamente o abate de azinheiras e sobreiros

O parque fotovoltaico está localizado em zonas com azinheiras e sobreiros, pelo que é necessário abater exemplares de grande valor

O projeto foi redesenhado de forma a minimizar significativamente o impacto sobre azinheiras e sobreiros, com preservação integral de todos os povoamentos e núcleos de maior valor ecológico:

- 0 ha afetados em povoamentos de carvalho-negral, azinheiras e sobreiros, habitats sensíveis de montado (6310), afloramentos rochosos e galerias ripícolas;
- 0 exemplares abatidos em povoamentos/núcleos de interesse ecológico ou exemplares isolados de grande porte;
- Abate restrito a 1.450 exemplares isolados de menor porte (-5,9% face à versão anterior), dos quais 89% são jovens, com redução estratégica concentrada nas classes de porte intermédio (até -100% na classe 4).

Está contemplado um plano de compensação voluntário que integra:

- A plantação de ~40.000 novas azinheiras (+48% face à proposta anterior), com fator de compensação superior a 22x o habitualmente exigido;
- A plantação de uma área de novos azinhais equivalente a 103% da área de painéis;

- O reforço de povoamentos autóctones (+35%) e cortinas arbustivo-arbóreas (+34%) entre blocos, criando corredores ecológicos alargados ancorados em linhas de água, azinheiras/sobreiros existentes e a plantar;
- A conversão de eucaliptal (uso com menor valor para biodiversidade) em azinhal/prado, com 70% da área de painéis em eucaliptal (vs. 50,7% anterior), beneficiando espécies-presa (coelho-bravo, perdiz) e, por consequência, predadores como o lince e aves de rapina.

No que respeita à avifauna asseguramos:

- afastamento do dormitório de abutre-negro de 300 m para 4,4 km (15x);
- A eliminação de ~8 km de linhas aéreas de média tensão;
- A redução de 2 para 1 linha de Muito Alta Tensão;
- A definição de medidas de mitigação (sinalização anticolisão, avaliação de dispositivos antipouso/antinidificação, Área Privada de Alimentação de Aves Necrófagas com ICNF e Vulture Conservation Foundation).

Em síntese, o projeto reformulado assegura um impacte residual muito reduzido e amplamente compensado, com ganho líquido de biodiversidade a médio/longo prazo.

4.2.8. Preocupação 8: Possível afetação da saúde por influência das linhas elétricas

A instalação de linhas de muito alta tensão (LMAT) suscitou preocupações quanto a uma possível afetação da saúde das populações por exposição a campos eletromagnéticos.

O que foi incorporado no projeto reformulado:

a) Redução do número de linhas e afastamento das populações

O projeto reformulado reduz a ligação elétrica à Rede Elétrica de Serviço Público (RESP) de **2 (duas) Linhas de Muito Alta Tensão para 1 (uma) Linha de Muito Alta Tensão**. O corredor preferencial (Norte) distancia-se das populações e acompanha, em **70% do seu percurso**, uma outra linha elétrica já existente. A eliminação de uma das linhas elétricas contribui, por si só, para minimizar os impactes percecionados pela população.

b) Reavaliação técnica dos campos eletromagnéticos

Em resposta às preocupações manifestadas pela Comissão de Avaliação (CA) e por outras partes interessadas do território, procedeu-se a uma reavaliação dos potenciais efeitos associados aos campos eletromagnéticos.

Da análise efetuada aos campos eletromagnéticos, conclui-se que a **reformulação do projeto não altera as conclusões do EIA consolidado**: mantém-se o cumprimento dos limites legais de exposição a campos eletromagnéticos, e não são expectáveis impactes significativos na saúde humana.

A linha de Muito Alta Tensão, a **400 kV**, origina campos elétricos e magnéticos de frequência extremamente baixa. A avaliação técnica realizada demonstra que os valores previstos se encontram **abaixo dos limites de exposição aplicáveis à população em geral**:

Tipo de campo	Valor de referência	Valor máximo previsto (cenário mais desfavorável)	Valor a 40 m do eixo da linha
Campo elétrico	5 kV/m	3,93 kV/m ao nível do solo; 4,03 kV/m a 1,8 m de altura (a cerca de 14 m do eixo da linha)	0,68 kV/m
Campo magnético	100 μ T	38,85 μ T a 1,8 m de altura (a 6 m do eixo da linha)	6,94 μ T

Tabela 11 Limites de exposição aplicáveis à população em geral.

Em ambos os casos, os valores decrescem significativamente com o afastamento ao eixo da linha, como mostra a tabela.

Em síntese:

Embora a presença de uma linha de Muito Alta Tensão possa gerar preocupação junto das populações, os resultados obtidos indicam o cumprimento dos valores de referência estabelecidos para a proteção da saúde humana. Nas condições avaliadas, não são, portanto, expectáveis efeitos negativos para a saúde decorrentes da exposição aos campos eletromagnéticos produzidos pela linha.

4.2.9. Preocupação 9: redução direta na fatura de eletricidade

Os vizinhos do Projeto do Parque Solar Sophia lamentaram que a energia produzida pelo projeto não se traduzisse diretamente numa redução das suas faturas de eletricidade.

O que foi incorporado no projeto reformulado:

Tendo em conta esta preocupação, a Lightsource bp dedicou um dos quatro eixos do Programa de Benefícios Partilhados à Energia, através da implementação de duas medidas concretas.

LUZ partilhada

Os residentes, associações do setor social ou de outra natureza, empresas e edifícios públicos localizados nas freguesias de **Penamacor, Aldeia de Santa Margarida, Proença-a-Velha; Medelim**, União de Freguesias de **Pedrógão de São Pedro e Bemposta e Monsanto e Idanha-a-Velha**, e ainda nas localidades da **Mata da Rainha e Fatela** podem ter acesso a um desconto significativo na sua fatura de energia elétrica, através da adesão voluntária ao Programa LUZ partilhada.

Este modelo baseia-se no **autoconsumo coletivo**: a produção é centralizada em pequenas centrais fotovoltaicas próximas dos membros consumidores e partilhada através da rede, o que permite **poupanças até 45% na fatura**, sem exigir investimento nem telhado próprio por parte dos beneficiários. A iniciativa é desenvolvida com a **ENERMATCH** como parceiro e já está em fase de arranque de **funcionamento**.

Banco de Energia

As famílias vulneráveis identificadas podem ainda ter acesso a descontos adicionais na fatura ou integrar programas de requalificação de habitações, com o objetivo de combater a pobreza energética e habitacional.

Esta medida é desenvolvida com a **Just a Change** (gestora do Banco de Energia) e, ao nível de aconselhamento técnico, com a **Fundación Energía Responsable**, entidade espanhola com experiência na criação de bancos de energia.

Ambas as medidas são detalhadas no capítulo **Partilha**.

4.2.10. Preocupação 10: processo mais compreensível, próximo e transparente

Ao longo do processo de escuta, muitas pessoas manifestaram o desejo de conhecer melhor o projeto e de compreender com maior clareza as diferentes etapas do seu desenvolvimento. Acima de tudo, expressaram a expectativa de que todo o processo fosse mais compreensível, próximo e transparente.

O que foi incorporado no projeto reformulado:

Em resposta a esta preocupação, a Lightsource bp desenhou um **Plano de Envolvimento com as Comunidades** orientado por um objetivo claro: assegurar que os pontos de vista, as preocupações e os interesses das comunidades fossem identificados, recebidos, compreendidos e ponderados, tanto na conceção como na execução do projeto (capítulo **Diálogo**).

Este compromisso não nasceu com o processo de reformulação. Orienta o envolvimento com o território desde **2020**, com uma intensificação muito acentuada a partir de **2023**, quando o objetivo se tornou mais específico: adaptar o desenho do projeto, melhorar os materiais de comunicação e de informação, e co-criar o Programa de Benefícios Partilhados.

Um leque amplo de canais de diálogo:

Para dar resposta a esta preocupação, o Plano combinou três níveis de mecanismos, complementares entre si:

- **Contacto direto e presencial:** reuniões, contactos telefónicos e sessões específicas com partes interessadas. Desde 2020, foram contactadas mais de **60 organizações** e realizadas cerca de **160 reuniões**, com a CCDR-Centro, as câmaras municipais, as juntas de freguesia e entidades locais, além de visitas ao terreno.

- **Mecanismo de Recolha de Opinião:** canais permanentes e acessíveis a qualquer pessoa, a qualquer momento — correio eletrónico, WhatsApp e formulário próprio —, através dos quais foram recebidos, no último ano, 25 formulários de opinião, 9 comunicações por correio eletrónico e 3 por WhatsApp, todos respondidos;
- **Canais de divulgação de informação:** website do projeto, página de Facebook e imprensa, para manter o território informado sobre a evolução do projeto.

Foram ainda organizadas duas rondas de sessões abertas à população: as **sessões de recolha de opinião** (junho e julho de 2026), com 13 sessões em 5 freguesias e cerca de 120 participantes, e as **sessões de esclarecimento sobre o projeto reformulado** (setembro de 2026), com 3 sessões públicas — uma em cada município — e cerca de 150 participantes.

Um compromisso para a fase seguinte:

Esta preocupação com a clareza e a proximidade não se esgota com a apresentação deste documento. A Lightsource bp compromete-se a manter ativos os canais de diálogo já criados e a criar a **Comissão de Acompanhamento do Projeto Sophia**, um fórum oficial de auscultação e diálogo transparente com as câmaras municipais e as juntas de freguesia, que se reunirá com regularidade ao longo de toda a vida útil do projeto (capítulo *Governança, Compromissos e Próximos Passos*).

4.2.11. Preocupação 11: Garantia de Aplicação e Governança de Programa de Benefícios partilhados

Falta de especificidade relativamente aos mecanismos de acompanhamento e governação do Plano de Envolvimento da Comunidade e do Programa de Benefícios Partilhados

O que foi incorporado no projeto reformulado:

O Programa de Benefícios Partilhados do Parque Solar Sophia acompanha os **42 anos** de construção e exploração do projeto, com **10 iniciativas organizadas em quatro eixos**. Para garantir a sua aplicação, a Lightsource bp propõe um **modelo de governação transparente e partilhado com o território**, organizado em três níveis:

- **Comissão de Acompanhamento.** Reúne os municípios, as juntas de freguesia, a sociedade civil e a Lightsource bp. Define a estratégia, e aprova os planos e os relatórios do Programa;
- **Secretariado Técnico Independente.** Consolida o reporte de todas as iniciativas;
- **Órgão de gestão de cada iniciativa.** Cada iniciativa tem o seu próprio órgão de gestão, seguindo um princípio simples: quem beneficia de um apoio não decide sobre a sua atribuição.

Este modelo assenta em quatro garantias de transparência e de continuidade:

- as atas, o relatório anual e os apoios concedidos são **públicos**;
- as contas são **auditadas**;

- o impacto do Programa é **avaliado a cada 5 anos**;
- um **protocolo vinculativo** obriga qualquer futuro titular do parque a manter o Programa, garantindo a sua continuidade independentemente de alterações na titularidade do projeto.

Dada a diferente maturidade das iniciativas, este modelo de governação ainda está em construção e será aprofundado com o projeto de execução do Parque Solar Sophia. O capítulo **Governança, Compromissos e Próximos Passos** detalha os princípios que orientam este modelo, tanto a nível geral como de cada iniciativa em particular.

4.3. Síntese da nova configuração do projeto: Principais alterações em relação à configuração anterior

O Projeto do Parque Solar de Sophia sofreu grandes alterações na sua reformulação, tanto em extensão como em distribuição territorial. Trata-se de um projeto mais pequeno, mais consolidado e mais alinhado com o território. Foi realizada uma reformulação de fundo, resultado direto de um processo de escuta ativa que teve resultados concretos e mensuráveis.

Em termos de dimensão, a mudança mais visível é a diminuição da potência instalada para pouco mais de metade (de 867 para 573 MWp). Isso reflete-se numa redução da área de painéis em 35%, passando-se de 390 ha para 250 ha. Simplificou-se ainda a solução de ligação à rede, passando a ter uma única linha, 70% paralela à linha existente SE Nave da Mata – SE Fundão.

Territorialmente, esta redução não foi uniforme, porque respondeu às características específicas de cada concelho. No Fundão, retirou-se por completo a implantação de painéis, devido ao futuro Aproveitamento Hidroagrícola da Gardunha Sul e à proximidade a populações. Em Penamacor e em Idanha-a-Nova, manteve-se a presença, contudo com uma redução significativa, privilegiando áreas atualmente ocupadas por eucaliptos, que representa 70% da área ocupada pelos painéis.

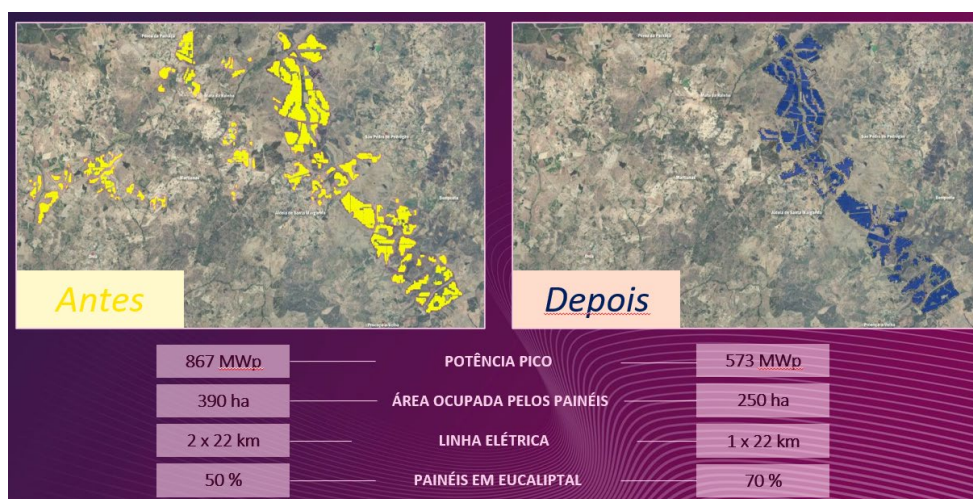


Figura 21 Principais alterações em relação à configuração anterior.

Estas alterações estão alinhadas com preocupações concretas sobre biodiversidade, sobre paisagem, sobre compatibilidade com a agricultura e a pastorícia.

O projeto reformulado está agora:

- ✓ 100% fora de Rede Natura 2000
- ✓ 100% fora de Reserva Agrícola Nacional
- ✓ 100% fora de habitats sensíveis
- ✓ 100% fora de Reserva Ecológica Nacional
- ✓ 100% fora de povoamento de sobreiros e azinheiras
- ✓ 100% fora de solos com elevado potencial agrícola



Figura 22 Números-chave da proteção ambiental.

Além disso

- ✓ Não existirá abate de qualquer sobreiro, azinheira ou carvalho-negral de grande porte.
- ✓ Não se ocuparão faixas ribeirinhas ou afloramentos rochosos.
- ✓ Aumentou-se a plantação compensatória para 40 mil árvores locais, mais 44% do que no projeto original a desenvolver em articulação com o ICNF e autoridades locais, com monitorização e implementação obrigatórias
- ✓ Afastou-se a central do dormitório de abutre-preto de cerca de 290 metros para aproximadamente 4,4 km, cerca de 15 vezes mais.

A **integração paisagística** combina:

- ✓ Redesenho do layout;
- ✓ Criação de corredores ecológicos;
- ✓ Implementação de barreiras de árvores com espécies locais nas áreas identificadas como as mais expostas, nomeadamente na proximidade das estradas aumento de 34% de cortinas de árvores locais e arbustos a constituir

- ✓ Aumento da distância a habitações.

Quanto às distâncias a pontos de referência duplicou-se a distância a Castelo Novo — de 9 para 18 km.

A área de painéis visível a partir de Monsanto reduz-se cerca de 30%.

O número de pontos de interesse localizados a menos de um quilómetro dos painéis reduz-se de 12 para 3 (-75%).

A ocupação de áreas de valores visuais de qualidade muito elevada reduz-se em 81,5%.

As propostas de integração paisagística são reforçadas, com mais 35% de áreas previstas para plantação e reforço de azinhais e mais 34% de cortinas de árvores locais e arbustos a constituir. A representatividade da área de painéis situada em zonas de eucaliptal aumenta cerca de 19 pontos percentuais (de cerca de 51% para cerca de 70%).

Do lado do solo, eliminou-se 100% a ocupação de solos de elevada aptidão agrícola e a sobreposição com o Aproveitamento Hidroagrícola da Gardunha Sul, e eliminou-se também a interceção com a Reserva Ecológica Nacional.

O projeto ficou mais concentrado em áreas de eucaliptal já existentes (cerca de 70%), em vez de solo agrícola ou de pastagem, que continuam a manter esse uso, inclusive com programas agrivoltaicos de pastorícia de ovelhas sob os painéis, que é uma das medidas de de Benefício partilhado que será desenvolvida no capítulo *Partilha*.

A delimitação da área de influência do Projeto do Parque Solar Sophia altera-se, significativamente nos três municípios:

- ✓ O Fundão deixa de ser afetado pela produção fotovoltaica, mantendo apenas a presença associada à infraestrutura elétrica de escoamento, com extensão e faixa de servidão reduzidas em 50%.
- ✓ Em Penamacor, a área de painéis solares é reduzida, com a saída total da Estrutura Ecológica Municipal.
- ✓ Em Idanha-a-Nova, redução da área coberta pelos painéis e a sua remoção total em Medelim; a intersecção com a REN foi reduzida em 100%.

	Potência Instalada		Área de Painéis		Comprimento da linha	
	ANTES	DEPOIS	ANTES	DEPOIS	ANTES	DEPOIS
Fundão	188 MWp	0 MWp -100%	80,7 ha	0 ha -100%	2x17 km	17 km -50%
Penamacor	381 MWp	294 MWp -23%	173,1ha	129,6 ha -25%	2x5 km	5 km -50%
Idanha-a-Nova	298 MWp	280 MWp -6%	136,3 ha	123,3 ha -9%	0 km	0 km

Figura 23 Números chave por Município

5. Compromisso

- A legislação portuguesa prevê mecanismos para que os municípios que acolhem centrais renováveis recebam benefícios diretos. Assim, reforça-se a coesão territorial e parte do valor gerado fica no território.
- **Compensações no Projeto do Parque Solar Sophia:** um total de 6.300.000 € para os dois municípios onde ficam as infraestruturas de produção, correspondentes a 420 MVA:
 - **Idanha-a-Nova:** 205 MVA, 3.075.000 €;
 - **Penamacor:** 215 MVA, 3.225.000 €.
- **Para além da lei:** a Lightsource bp vê este compromisso como um ponto de partida, e não como um limite. O Programa de Benefícios Partilhados acrescenta iniciativas voluntárias, definidas a partir da escuta das comunidades (capítulo *Partilha*).

5.1. Enquadramento legal e medidas-padrão

A legislação portuguesa prevê vários mecanismos para que os municípios onde se instalam centros electroprodutores de fontes renováveis recebam **benefícios diretos** da presença destes projetos no seu território. O objetivo é reforçar a coesão territorial e garantir que parte do valor gerado fica nas comunidades que acolhem as infraestruturas.

O presente **Plano de Envolvimento das Comunidades e Programa de Benefícios Partilhados** tem como base este enquadramento legal. Os principais diplomas aplicáveis são o Decreto-Lei n.º 30-A/2022 e o Decreto-Lei n.º 15/2022, complementados por orientações da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e da Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG).

Decreto-Lei n.º 30-A/2022, de 18 de abril

Este diploma aprova medidas excecionais para simplificar os procedimentos de produção de energia a partir de fontes renováveis. Foi retificado pela Declaração de Retificação n.º 14-A/2022, de 26 de abril, e alterado pelos Decretos-Leis n.º 72/2022, de 19 de outubro, e n.º 11/2023, de 10 de fevereiro (e respetivas retificações). Em matéria de benefícios para o território, estabelece dois mecanismos complementares:

- **Artigo 4.º-B: Compensação aos municípios.** *Prevê uma compensação financeira aos municípios onde são instaladas infraestruturas de produção ou de armazenamento de energia renovável, com o apoio do Fundo Ambiental. O valor é de 13.500 € por cada MVA de potência instalada.*
- **Artigo 6.º: Projeto de envolvimento das comunidades locais.** *Os projetos renováveis com potência superior a 20 MW têm de apresentar um plano de envolvimento das comunidades locais. Este plano deve incluir medidas-padrão como:*

- *emprego local;*
- *uso partilhado do espaço;*
- *promoção da biodiversidade;*
- *pastorícia e apicultura;*
- *hortas comunitárias;*
- *coinvestimento das comunidades no projeto;*
- *fornecimento de eletricidade à população local.*

Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro

Este diploma estabelece a organização e o funcionamento do Sistema Elétrico Nacional (SEN) e transpõe a Diretiva (UE) 2019/944. Define também uma forma adicional de compensação aos municípios:

- **Artigo 49.º: Cedências.** O promotor pode compensar o município de uma de duas formas:
 - **cedendo ao município uma unidade de produção para autoconsumo (UPAC);**
ou
 - **pagando 1 500 € por cada MVA de potência instalada.**

O presente Plano de Envolvimento das Comunidades cumpre integralmente estas disposições legais. No entanto, a Lightsource bp entende-as como um **ponto de partida, e não como um limite**. O Programa de Benefícios Partilhados junta às obrigações legais um conjunto de iniciativas voluntárias, definidas a partir do processo de escuta das comunidades. Estas iniciativas são apresentadas no capítulo **Partilha**.

5.2. Compensações financeiras aos municípios

No Projeto do Parque Solar Sophia, e em cumprimento do enquadramento legal descrito acima, os municípios de Idanha-a-Nova e Penamacor, onde são instaladas as infraestruturas de produção de energia renovável, receberão as seguintes compensações financeiras:

Município	Potência instalada (MVA)	Fundo ambiental [DL 30-A/2022]	Cedência (Lightsource bp) [DL 15/2022]	Total
Idanha-a-Nova	205	2.767.500 €	307.500 €	3.075.000 €
Penamacor	215	2.902.500 €	322.500 €	3.225.000 €
Total	420	5.670.000 €	630.000 €	6.300.000 €

Tabela 12 Compensações financeiras aos municípios previstas na lei.

O município do Fundão não é abrangido por estas compensações, uma vez que no seu território não são instaladas infraestruturas de produção de energia, mas apenas a linha

elétrica de ligação à RESP. O Fundão integra, no entanto, o Programa de Benefícios Partilhados, apresentado no capítulo *Partilha*.

5.3. Benefícios de escala territorial e macrobenefícios

À escala territorial mais ampla, o Projeto do Parque Solar Sophia deverá gerar, em média, 61,5 milhões de euros de Valor Bruto de Produção (VBP) e 46,8 milhões de euros de Valor Acrescentado Bruto (VAB) por ano, considerando os impactos diretos, indiretos e induzidos. Na Beira Baixa, os valores correspondem a 47,5 milhões de euros de VBP e 40,3 milhões de euros de VAB por ano. O estudo indica que a Beira Baixa deverá concentrar cerca de 77% do volume de negócios e 86% do VAB gerados pela operação. No cenário de 573 MWp, o VAB bruto anual gerado pela operação equivale a cerca de 2,20% do PIB da Beira Baixa.

A operação deverá sustentar, em média, 132 equivalentes a tempo completo (ETC) por ano, pagar 3,5 milhões de euros em remunerações e gerar 6,1 milhões de euros de receita fiscal anual. Um ETC corresponde a um volume de trabalho equivalente ao trabalho de uma pessoa a tempo completo durante um ano. Dos 132 ETC, 15 correspondem a impactos diretos, 57 a impactos indiretos e 60 a impactos induzidos. Na Beira Baixa, a operação deverá sustentar 33 ETC, correspondentes a cerca de 25% do emprego total gerado.

Considerando os custos de oportunidade associados à utilização agrícola atual, o impacto económico líquido médio anual do Projeto do Parque Solar Sophia é de 60,6 milhões de euros de VBP, 46,4 milhões de euros de VAB, 113 ETC, 3,3 milhões de euros em remunerações e 6,1 milhões de euros de receita fiscal. Na Beira Baixa, os impactos correspondem a 47,0 milhões de euros de VBP, 40,1 milhões de euros de VAB, 19 ETC, 0,9 milhões de euros em remunerações e 0,7 milhões de euros de receita fiscal.

No cenário alternativo de agricultura intensiva, o impacto líquido médio anual do Projeto do Parque Solar Sophia é de 49,2 milhões de euros de VBP, 42,1 milhões de euros de VAB, 21 ETC, 3,0 milhões de euros em remunerações e 5,4 milhões de euros de receita fiscal. Na Beira Baixa, os valores correspondem a 42,5 milhões de euros de VBP, 38,3 milhões de euros de VAB, 12 ETC, 0,8 milhões de euros em remunerações e 0,7 milhões de euros de receita fiscal.

Além disso, e tal como será abordado mais adiante no capítulo *Partilha*, com a incorporação do Programa de Benefício Partilhado, o impacto total líquido anual do Projeto do Parque Solar Sophia é estimado em 61,3 milhões de euros de volume de negócios, 46,7 milhões de euros de VAB, 120 ETC, 3,4 milhões de euros em remunerações e 6,2 milhões de euros de receita fiscal. Na Beira Baixa, os impactos correspondem a 47,3 milhões de euros de volume de negócios, 40,2 milhões de euros de VAB, 22 ETC, 1,0 milhão de euros em remunerações e 1,2 milhões de euros de receita fiscal.

O Programa de Benefício Partilhado representa, isoladamente, um acréscimo anual de 0,70 milhões de euros de volume de negócios, 0,37 milhões de euros de VAB, 8 ETC, 0,10 milhões de euros em remunerações e 0,18 milhões de euros de receita fiscal. Na Beira Baixa, o acréscimo corresponde a 0,23 milhões de euros de volume de negócios, 0,13 milhões de euros de VAB, 3 ETC e 0,07 milhões de euros de receita fiscal.

Para mais informações sobre este impacto, consulte o *Anexo II*.

6. Partilha

- O **Programa de Benefícios Partilhados** representa um investimento voluntário de **20.360.400 €**, ao longo de **42 anos**, organizado em **4 eixos e 10 iniciativas**, para além das compensações legais já previstas.
- O **Eixo Energia**, a **LUZ Partilhada** (já em funcionamento em parceria com a ENERMATCH) e o **Banco de Energia** (Just A Change) respondem diretamente à preocupação das comunidades sobre a fatura de eletricidade e a pobreza energética.
- O **Eixo "Comunidade e Território"** concentra o maior investimento (58,7%), com o **Fundo de Investimento Social Local** (8,4 M€, 41% do total) como maior compromisso individual, seguido do **apoio aos bombeiros** e da prevenção de incêndios.
- O **Eixo Produtividade e Qualificação** reúne a agropastorícia (parceria com a ANIMOB), a promoção do emprego verde (PRO_MOV/IEFP) e a literacia energética (ADENE).
- O **Eixo Turismo** aposta no turismo sustentável e de baixo carbono, com o **ZERO_Destinations** e o **INTRA_Rail Beira Baixa** (parceria com a Movijovem).
- Cada iniciativa tem um parceiro especializado associado, com protocolos já assinados (Enermatch, Just a Change, ANIMOB, PRO_MOV, ADENE, IPCB, Movijovem) e outras parcerias ainda em desenvolvimento (entidades sociais do Fundo, bombeiros de Idanha-a-Nova, ZERO_Destinations).
- O impacto socioeconómico estimado traduz-se num reforço anual de cerca de **700.000 € de volume de negócios**, **370.000 € de VAB** e **+ 8 empregos equivalentes a tempo completo**, com benefícios adicionais em coesão social, resiliência territorial e qualificação da população.

6.1. Programa de Benefícios Partilhados (PBP): Enquadramento e objetivos

O **Programa de Benefícios Partilhados** é a resposta da Lightsource bp ao compromisso de partilhar com o território o valor gerado pelo **Projeto do Parque Solar Sophia**. Tem como base as medidas-padrão previstas no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 30-A/2022, mas vai além das obrigações legais: junta às compensações previstas na lei um conjunto de iniciativas voluntárias, pensadas para este território e para as suas pessoas.

O Programa não foi desenhado a partir de um gabinete. **Nasceu do território**. As iniciativas que o compõem resultam do processo de escuta descrito nos capítulos anteriores e do diálogo com entidades, organizações e agentes locais, que ajudaram a identificar necessidades, ideias e oportunidades. Estão hoje num nível de desenvolvimento avançado, embora com graus de maturidade diferentes. Uma delas já está em funcionamento.

O Programa acompanhará **toda a vida útil do projeto**, com um esforço especial nos primeiros anos, para que as medidas possam ser postas em prática e produzir resultados o mais cedo possível. No total, representa um **investimento superior a 20 milhões de euros**.

Objetivos

Com o Programa, a Lightsource bp quer que o Parque Solar Sophia deixe no território um contributo **concreto, positivo e duradouro**, que vá muito além da produção de energia renovável. Em concreto, o Programa pretende:

- **apoiar as comunidades** da envolvente do projeto e melhorar a sua qualidade de vida;
- **reforçar a prevenção e a resiliência** do território, sobretudo face aos incêndios rurais;
- **criar oportunidades de qualificação e emprego**, em particular na economia verde;
- **aproximar a população da energia**, combatendo a pobreza energética e promovendo a literacia energética;
- **valorizar os recursos e o potencial turístico** da região, com base na sua identidade.

Linhas de trabalho

O Programa organiza-se em **quatro eixos**, que reúnem **dez iniciativas** com elevado potencial de impacto social. O investimento total voluntario é de **20.360.400 €**.



Figura 24 Quatro eixos de impacto local.

Síntese por eixo

Eixo	N.º de iniciativas	Investimento	% do total
1. Energia	2	2.492.400 €	12,2%
2. Comunidade e Território	3	11.945.000 €	58,7%
3. Produtividade e Qualificação	3	3.248.000 €	16,0%
4. Turismo local	2	2.675.000 €	13,1%
Total	10	20.360.400 €	100%

Tabela 13 Síntese de Investimento por eixo.

Eixo 1: Energia

Pretende que a população local beneficie diretamente da energia produzida no território, pagando menos pela eletricidade e vivendo em casas mais eficientes.

Iniciativa	Descrição	Parceiro	Investimento
Autoconsumo coletivo: LUZ Partilhada	Eletricidade mais barata para as comunidades locais, produzida em pequenos parques solares com baterias. Permite poupanças até 45% na fatura e destina-se a residentes, pequenos negócios e instituições sociais locais. Iniciativa encontra-se em fase de arranque.	ENERMATCH	1.000.000 €
Banco de Energia	Fundo anual de combate à pobreza energética, que reabilita habitações e reduz a fatura energética das famílias que mais precisam.	Just a Change	1.492.400 €
Subtotal	2.492.400 €		

Tabela 14 Eixo 1: Investimento Energia

Eixo 2: Comunidade e Território

É o eixo com maior peso no Programa. Reúne iniciativas centradas na qualidade de vida das populações da envolvente do projeto e na segurança do território.

Iniciativa	Descrição	Parceiro	Investimento
Fundo de Investimento Social Local	Fundo anual para financiar organizações e iniciativas de apoio social local. É gerido de forma independente e com governação partilhada.	Associações de solidariedade Social	8 400 000 €

Iniciativa	Descrição	Parceiro	Investimento
Apoio aos bombeiros	Reforço do equipamento e da formação para o combate a incêndios e apoio ao transporte de doentes.	Associações de Bombeiros Voluntários	2 520 000 €
Prevenção de incêndios (gestão florestal)	Apoio à limpeza de bermas e dos perímetros das aldeias, através de equipas próprias ou de um fundo anual gerido de forma independente.	Proteção Civil e Juntas de Freguesia	1 025 000 €
Subtotal			11 945 000 €

Tabela 15 Eixo 2: Investimento Comunidade e Território.

Eixo 3: Produtividade e Qualificação

Pretende reforçar as atividades económicas tradicionais e preparar as pessoas para as novas oportunidades de emprego.

Iniciativa	Descrição	Parceiro	Investimento
Agropastorícia e fileira do queijo	Plano que liga a exploração do parque solar ao desenvolvimento rural e à fileira do queijo. Tem três componentes: • um parque de maneio para mais de 500 animais; • um modelo de negócio para jovens agricultores; • pastoreio planeado para mais de 2.000 cabeças no Parque Solar Sophia.	ANIMOB	1.800.000 €
Promoção da empregabilidade (energia e turismo)	40 bolsas de formação durante a construção e 10 bolsas anuais durante a exploração, para formação e emprego nos setores das renováveis e do turismo.	PRO-MOV e IEFP	792.000 €
Literacia energética	Programa educativo com: • sessões sobre a transição energética; • um prémio para alunos em situação de vulnerabilidade; • um balcão municipal de apoio à eficiência energética; • apoio a famílias e microempresas no acesso ao Fundo Social para o Clima.	ADENE	656.000 €
Subtotal			3.248.000 €

Tabela 16 Eixo 3: Investimento Produtividade e Qualificação.

Eixo 4: Turismo local

Liga a identidade do território às oportunidades criadas pelo Parque Solar Sophia, para atrair visitantes e aumentar o retorno económico local.

Iniciativa	Descrição	Parceiro	Investimento
Turismo sustentável: ZERO_Destinations	Programa turístico anual para transformar Idanha-a-Nova e Penamacor num destino de turismo de menor impacto e maior retorno local . Liga o turismo à agricultura, à pecuária, ao comércio, à restauração e ao artesanato.	Associações e operadores turísticos	1.750.000 €
Promoção do destino turístico: INTRA_Rail	Projeto turístico anual que liga os pontos de interesse mais relevantes da Beira Baixa. Financia a participação de 25 jovens criadores de conteúdos digitais na promoção do turismo local (2 X por ano = 50 jovens)	MOVIJOVEM	925.000 €
Subtotal			2.675.000 €

Tabela 17 Eixo 4: Investimento Turismo local

6.2. Programa de Benefícios Partilhados (PBP): iniciativas de proximidade

6.2.1. LUZ Partilhada: Poupança na fatura de eletricidade

Iniciativa	LUZ partilhada — Autoconsumo coletivo
Eixo	Energia
Parceiro(s)	Enermatch Portugal, Lda.
Âmbito geográfico	Freguesias de Penamacor, Aldeia de Santa Margarida, Proença-a-Velha, Medelim, Fatela (localidade) e Mata Rainha(localidade), e Uniões de Freguesias de Pedrógão de São Pedro e Bemposta e de Monsanto e Idanha-a-Velha (concelhos de Penamacor, Idanha-a-Nova e Fundão)
Duração total	42 anos
Investimento total	1.000.000 €
Dotação média anual	Execução concentrada: 1.000.000 € a partir da entrada em construção do Projeto Sophia

Tabela 18 Ficha números chave da iniciativa LUZ PARTILHADA.



Figura 25 Website LUZ partilhada.

Em que consiste?

A LUZ partilhada é uma iniciativa de partilha de energia renovável produzida nas proximidades dos membros autoconsumidores, por meio de autoconsumos coletivos, promovida pela Lightsource bp em parceria com a Enermatch, no território que acolhe o Projeto Sophia.

A energia é produzida em pequenas centrais solares com armazenamento, localizadas nas freguesias abrangidas pelo Projeto Sophia, e partilhada através da rede pública de distribuição com famílias, negócios, associações, IPSS e edifícios públicos, sem qualquer instalação ou investimento por parte dos membros.

Os materiais de divulgação relativos a este programa constam dos *Anexos IX e X*.

Componentes:

- **Infraestrutura de produção e armazenamento.** 2 a 3 centrais fotovoltaicas com armazenamento (BESS), num total de cerca de **1,5 MWp e 3 MWh**, ligadas à rede de distribuição (E-REDES). O dimensionamento final das centrais e dos sistemas de baterias depende do consumo agregado dos membros que aderirem à iniciativa.
- **Membros (autoconsumidores).** Consumidores com ponto de consumo nas freguesias abrangidas. Mantêm o seu comercializador e o seu contador, e passam a receber uma segunda fatura, relativa à energia partilhada, sendo a soma das duas inferior à fatura atual.
- **Programa de promoção e angariação.** Canal digital de adesão (luzpartilhada.pt), atendimento por WhatsApp e e-mail, Encontros LUZ Partilhada, promotores locais e embaixadores, materiais e campanhas de divulgação, *outdoors*, presença nos mercados municipais com espaços informativos e campanhas pagas de publicidade em canais digitais, financiados pela Lightsource bp (50.000 €).
- **Mecanismo de redução tarifária.** Contribuição da Lightsource bp (1.000.000 €) para reduzir a tarifa dos membros a partir da entrada em construção do Projeto Sophia (Fase 2).

Fase	Início	Tarifa (custos de rede incluídos, sem IVA)	Poupança estimada
1	Entrada em operação das centrais (agosto de 2027, sujeito a licenciamento)	0,125 €/kWh	Até 37% no kWh partilhado; até 25% no total da fatura
2	Entrada em construção do Projeto Sophia	0,06 €/kWh	Até 70% no kWh partilhado; até 45% no total da fatura

Pressupostos: tarifa média atual de 0,20 €/kWh e cobertura de 65% do consumo pela energia partilhada. Sem custos de adesão nem fidelização; desistência a qualquer momento.

Oferta de lançamento: três meses sem custo para os primeiros 100 aderentes (máximo 100 € por aderente).

Tabela 19 Fases da iniciativa LUZ PARTILHADA.

Objetivo geral:

Fazer chegar benefícios diretos e mensuráveis da transição energética às populações do território que acolhe o Projeto Sophia, através do acesso a energia renovável produzida localmente a preço inferior ao de mercado.

Objetivos específicos:

- Constituir e colocar em operação autoconsumos coletivos com cerca de 1,5 MWp de capacidade fotovoltaica e 3 MWh de baterias nas freguesias abrangidas;
- Reduzir o custo da eletricidade dos membros em até 25% (Fase 1) e até 45% (Fase 2) do total da fatura, sem investimento dos aderentes;
- Demonstrar um modelo replicável de parceria entre um promotor de grandes projetos renováveis e um promotor de soluções locais de energia partilhada.

Metas e indicadores de acompanhamento

As metas dependem da adesão das populações locais à iniciativa. O dimensionamento final das centrais fotovoltaicas e das baterias é definido com base no consumo dos membros que aderirem. Os indicadores são apurados pela Enermatch e reportados mensalmente à Lightsource bp:

Indicador	Meta	Fonte
Potência fotovoltaica instalada (MWp) e capacidade de armazenamento (MWh)	≈ 1,5 MWp / 3 MWh	Projeto licenciado
Energia partilhada com os membros (MWh/ano)	2.250 MWh/ano	Medição E-REDES
N.º de pedidos de adesão e de contratos assinados, por segmento	Domésticos: 744; Comércio a retalho: 5; Alojamento local/TER: 8; Restauração: 6; Pequena indústria: 2 (nota 1)	Plataforma de adesão e gestão
Poupança agregada (€/ano) e poupança média por membro (% da fatura)	Fase 1: 169.000 €/ano; 25% da fatura Fase 2: 315.000 €/ano; 45% da fatura (nota 2)	Faturação do autoconsumo coletivo

Nota 1: as metas por segmento foram definidas com base nas seguintes premissas: os clientes domésticos consumirão 1.730 MWh/ano e as pessoas coletivas 520 MWh/ano,

Indicador	Meta	Fonte
<i>tendo por base o número de agregados familiares e de pessoas coletivas nas localidades abrangidas. Não existe qualquer garantia de que estas metas sejam atingidas, uma vez que a adesão é voluntária. As capacidades instaladas das centrais fotovoltaicas e das baterias e, consequentemente, a energia produzida e fornecida aos membros dependerão do nível de adesão.</i>		
<i>Nota 2: estimativa de poupança calculada com base numa tarifa média fora de vazio de 0,20 €/kWh e considerando que a LUZ Partilhada fornece 65% do consumo.</i>		

Tabela 20 Metas e indicadores de acompanhamento LUZ PARTILHADA.

Porquê esta iniciativa?

Os grandes projetos renováveis são construídos, em regra, em territórios do interior, como os concelhos de Penamacor, Idanha-a-Nova e Fundão. A energia produzida é injetada na rede e beneficia o país como um todo, mas raramente se traduz em vantagens diretas para quem vive e trabalha nesses territórios. A LUZ Partilhada acrescenta essa dimensão à relação entre o Projeto Sophia e as populações abrangidas.

Tipicamente, o acesso individual ao autoconsumo está limitado a quem dispõe de telhado adequado, habitação própria e capacidade de investimento; quem vive em apartamento ou em casa arrendada, ou não pode investir em painéis e baterias, fica excluído. O autoconsumo coletivo remove estas barreiras — a produção é centralizada em centrais fotovoltaicas próximas dos membros consumidores e partilhada através da rede — tornando o acesso à energia renovável local mais amplo e equitativo, com impacto direto no orçamento das famílias, dos pequenos negócios e das instituições locais. O quadro regulatório português e a maturidade das tecnologias fotovoltaica e de armazenamento permitem hoje implementar este modelo com previsibilidade técnica e económica.

Esta medida vem dar resposta a uma das principais preocupação das comunidades locais lamentaram que a energia produzida pelo projeto não se traduzisse diretamente numa redução das suas faturas de eletricidade.

A quem se destina?

Consumidores de eletricidade com ponto de consumo nas freguesias abrangidas: agregados familiares, negócios, associações, IPSS e entidades públicas. A elegibilidade depende essencialmente da localização do ponto de consumo, conforme os critérios de proximidade do autoconsumo coletivo — no caso da LUZ Partilhada, até **8 km** de distância entre as Unidades de Produção para Autoconsumo (UPAC) e os membros autoconsumidores. Não é necessário telhado, habitação própria ou capacidade de investimento.

Acesso: o contrato é assinado pelo titular da fatura de eletricidade. A adesão faz-se: (1) *online*, em cerca de cinco minutos, em luzpartilhada.pt; (2) pelo envio da fatura por WhatsApp ou e-mail, com posterior contacto pela equipa da LUZ Partilhada para concluir o processo; ou (3) de forma presencial, pelos promotores locais, nos Encontros LUZ Partilhada e em ações de divulgação nos mercados municipais das freguesias. Não há obras, alterações no contador

nem mudança de comercializador; não há custos de adesão nem fidelização. As adesões são aceites por ordem de chegada.

Como será implementada?

Entidade	Papel
Lightsource bp	Promotor do Projeto Sophia e da iniciativa. Financia a redução tarifária da Fase 2 (1.000.000 €), acompanha a execução através dos mecanismos contratuais de governação, integra a LUZ Partilhada no plano de envolvimento das comunidades e apoia a divulgação, nomeadamente auxiliando os contactos com autoridades e lideranças locais de instituições de solidariedade social
Enermatch Portugal	Parceiro técnico da Lightsource bp e copromotora da iniciativa. Responsável pelo desenvolvimento, promoção e operação do autoconsumo coletivo: definição técnica (dimensionamento PV e BESS, terrenos), licenciamento na DGEG, ligação à rede com a E-REDES, contratação EPC, financiamento e construção; angariação e contratação dos membros; gestão operacional (partilha de energia, faturação, apoio aos membros) durante a exploração; reporte periódico à Lightsource bp
Câmaras Municipais de Penamacor, Idanha-a-Nova e Fundão, e Juntas de Freguesia	Apoio à divulgação local (cartazes, cedência de espaços para os Encontros, convocação da população e das instituições); podem aderir como membros com os seus edifícios
Instituições de solidariedade social e negócios	Podem aderir à iniciativa como membros beneficiários; os que assim o desejarem podem também atuar como embaixadores junto das respetivas comunidades

Tabela 21 Entidades envolvidas LUZ PARTILHADA.

Governação:

A relação entre a Lightsource bp e a Enermatch está regulada por contrato, celebrado em agosto de 2026, que fixa um calendário de marcos de desenvolvimento (angariação, definição técnica, licenciamento, ligação à rede, financiamento, construção e entrada em operação), com evidência documental para cada marco. O contrato confere à Lightsource bp visibilidade integral sobre a execução e a possibilidade de intervir em caso de desvio, incluindo direitos de opção em caso de incumprimento de marcos críticos. O acompanhamento é feito em reuniões semanais entre as equipas, complementadas por um relatório mensal escrito sobre marcos atingidos, marcos em risco, adesões e ajustamentos ao plano.

Haverá também um modelo que linhas base estão detalhadas no capítulo 7.3 para avaliar o impacto desta medida na comunidade.

Gestão dos fundos:

A contribuição para a redução tarifária (1.000.000 €) é canalizada para os membros através da tarifa da Fase 2 aplicada na fatura da LUZ Partilhada.

Quando e quanto?

Orçamento:

Contribuição da Lightsource bp de 1.000.000 € para redução da tarifa dos membros, a partir da entrada em construção do Projeto Sophia.

Calendário:

Marco	Data prevista
Início da iniciativa	Agosto de 2026
Angariação de membros (contratos e cartas de intenção) e definição técnica do projeto	Até janeiro de 2027
Financiamento e pedido de aprovação do autoconsumo coletivo à DGEG	Até fevereiro de 2027
Aprovação da DGEG e acordo de ligação à rede com a E-REDES	Até março de 2027
Contrato EPC, fecho financeiro e início da construção	Março de 2027
Conclusão da instalação PV e BESS, comissionamento e testes	Agosto–dezembro de 2027
Entrada em operação comercial — início da Fase 1	Dezembro de 2027 (data-limite contratual: junho de 2028)
Início da Fase 2 (tarifa reduzida)	Entrada em construção do Projeto Sophia
Fase de exploração	40 anos a partir da entrada em operação

Datas indicativas, dependentes de decisões de terceiros (DGEG, E-REDES, autarquias, financiadores); o calendário contratual prevê extensões para atrasos não imputáveis às partes.

Tabela 22 Calendário da iniciativa LUZ PARTILHADA

Que riscos se preveem?

Risco	Medidas de mitigação
Atraso no licenciamento (DGEG) ou na ligação à rede (E-REDES)	Submissão antecipada dos pedidos e articulação prévia com a E-REDES; dimensionamento calibrado ao consumo contratado; folga contratual entre a data-alvo (agosto–dezembro de 2027) e a data-limite (junho de 2028); acompanhamento mensal dos marcos em risco
Adesão de membros abaixo do previsto	Divulgação multicanal: luzpartilhada.pt com adesão em cinco minutos; WhatsApp e e-mail; folhetos porta-a-porta (CTT) e cartazes nas Juntas; Encontros LUZ Partilhada nas freguesias, incluindo sessões para negócios e IPSS; apresentação nas sessões públicas do Projeto Sophia; promotores locais e embaixadores; meios e redes sociais regionais, campanhas digitais pagas e <i>outdoors</i> ; oferta de lançamento; articulação permanente com câmaras, juntas e instituições locais; presença nos mercados municipais. O dimensionamento final das centrais é ajustado ao consumo efetivamente contratado
Não avanço ou atraso do Projeto Sophia	A Fase 1 é independente: as centrais são próprias e avançam com a tarifa de 0,125 €/kWh e poupança até 25%. A Fase 2 é condicional, e comunicada como tal a todos os interessados
Capacidade limitada de promoção local	Contratação de promotores em regime parcial; rede de embaixadores; mobilização de juntas, câmaras e IPSS na identificação de candidatos; reforço dos canais digitais e do atendimento remoto pela Enermatch
Disponibilidade de terrenos adequados	Várias localizações alternativas; centrais de pequena dimensão, com menores requisitos de área; contratos de terrenos assegurados na definição técnica, antes do licenciamento

Tabela 23 Riscos e medidas LUZ PARTILHADA.

6.2.2. Banco de Energia: combate a pobreza energética

Iniciativa	Banco de Energia
Eixo	Comunidade e Território
Parceiro(s)	Just a Change ONG / Fundación Energía Responsable
Âmbito geográfico	Municípios do Fundão, Idanha-a-Nova e Penamacor
Duração total	42 anos
Investimento total	1.492.400 €
Dotação média anual	36.400 €

Tabela 24 Ficha números chave da iniciativa Banco de Energia.

Em que consiste?

O Banco de Energia combina duas respostas complementares à vulnerabilidade das famílias do território: a **reabilitação de habitações** degradadas e a **redistribuição de ajudas** para combater a pobreza energética, com base na dotação financeira anual disponibilizada pela Lightsource bp e nos fundos e recursos que a Just a Change possa, adicionalmente, mobilizar para complementar as necessidades.

Objetivo geral:

Combater a pobreza habitacional e energética no território de influência do Projeto do Parque Solar Sophia.

Objetivos específicos:

- Reabilitar habitações de famílias vulneráveis, devolvendo-lhes condições de segurança, salubridade e conforto térmico;
- Reduzir os custos energéticos e a exposição à pobreza energética, através de ajudas diretas (cobertura de faturas, equipamento de aquecimento/arrefecimento, medidas de eficiência energética);
- Garantir um processo de identificação de beneficiários transparente, em articulação com os municípios e as entidades sociais locais.

Metas quantificadas:

- Até 5 habitações reabilitadas por ano.

- Como referência do impacto da *Just a Change* a nível nacional: **87% dos riscos para a saúde eliminados, 92% dos riscos para a segurança eliminados e 82% dos beneficiários afirmam que a intervenção melhorou muito a sua vida**

Porquê esta iniciativa?

A pobreza habitacional afeta mais de **625 mil pessoas em Portugal**, e mais de **165 mil pessoas** não têm capacidade financeira para manter a casa adequadamente quente. Portugal regista ainda um excesso de mortes no inverno de **25%**, significativamente superior a outros países europeus. No distrito de Castelo Branco, o índice de pobreza habitacional situa-se em **2,59** (numa escala de 1 a 5).

Este contexto cruza-se com o perfil do território do Projeto do Parque Solar Sophia: um território envelhecido, com respostas sociais já orientadas para populações idosas dependentes.

A origem desta iniciativa liga-se também diretamente ao processo de escuta: durante as sessões, os residentes lamentaram que a energia produzida pelo projeto não se traduzisse numa redução das suas faturas de eletricidade. Se a **LUZ Partilhada** responde a essa preocupação através do autoconsumo coletivo, o **Banco de Energia** cobre os casos mais graves de vulnerabilidade, incluindo situações estruturais de pobreza habitacional que a redução da fatura, por si só, não resolve.

A quem se destina?

- ✓ indivíduos e famílias identificados pelos serviços sociais municipais ou por organizações de bem-estar local como vulneráveis ou em situação de pobreza energética;
- ✓ consumidores coletivos, como edifícios municipais, centros comunitários, associações sem fins lucrativos e outras organizações locais;
- ✓ projetos sociais de elevado impacto, como instituições de acolhimento, lares e residências, escolas e abrigos que servem grupos desfavorecidos;
- ✓ pessoas com vulnerabilidades específicas: crianças, idosos dependentes, pessoas com deficiência ou doença crónica.

O acesso faz-se através da **sinalização** por parceiros locais — câmaras municipais, juntas de freguesia, serviços sociais e IPSS — segundo critérios claros e mensuráveis, validados pela Lightsource bp e Just a Change.

Como será implementada?

Partes envolvidas:

Entidade	Papel
Lightsource bp	Financia a doação anual; define as linhas estratégicas (critérios de Política, Impacto e Necessidades); aprova o Plano Anual.

Entidade	Papel
Just a Change	Implementa a iniciativa: sinaliza, mobiliza recursos, reabilita habitações e acompanha os resultados; prepara o Plano Anual, o relatório anual e o certificado de doação.
Fundación Energía Responsable	Fundação sem fins lucrativos, que atuará como consultora técnica com vasta experiência na implementação deste tipo de medidas.
Municípios, juntas de freguesia e IPSS locais	Identificam e sinalizam beneficiários; asseguram a articulação territorial e, sempre que possível, o co-investimento local.

Tabela 25 Partes envolvidas na iniciativa Banco de Energia.

Os protocolos de colaboração com os parceiros podem ser consultados nos **Anexos XIII-A e XIII-B**.

Quando e quanto?

Orçamento:

Contribuição da Lightsource bp: ≈ 1,49 milhões €; 36.400 €/ano

Calendário:

A implementação tem início no início da construção e prolonga-se ao longo de toda a vida útil do projeto Sophia. No total, 42 anos.

Ciclo de trabalho anual:

Período	Ação
Outubro–novembro	A Just a Change prepara o Plano Anual; Fundación Energía Responsable revisa; a Lightsource bp aprova-o
Dezembro–janeiro	A Lightsource bp liberta a doação anual; a Just a Change entrega o relatório do ano anterior e o certificado de doação
Janeiro–dezembro	Execução do Plano Anual pela Just a Change

Tabela 26 Ciclo trabalho anual da iniciativa Banco de Energia.

Que riscos se preveem?

- ✓ **Dependência de terceiros:** a eficácia da iniciativa depende da colaboração ativa dos municípios e das IPSS na identificação de beneficiários.
- ✓ **Transparência na seleção:** é necessário assegurar, e comunicar, que os critérios de seleção de beneficiários são objetivos e imparciais.

6.2.3. Fundo de Investimento Social Local

Iniciativa	Fundo de Investimento Social Local
Eixo	Comunidade e Território
Parceiro(s)	Gestor Independente do Fundo e (entidade especializada na área social, a contratar) e as seguintes organizações do setor social: Santa Casa Misericórdia Penamacor, Lar. D. Bárbara, Instituto Social Cristão Pina Ferraz , Liga dos Amigos de Pedrógão de São Pedro, Centro de Dia de Proença-a-Velha , Liga dos Amigos de Aldeia de Santa Margarida.
Âmbito geográfico	Juntas de Freguesia de Aldeia de Santa Margarida e Proença-a-Velha (Concelho de Penamacor); Junta de Freguesia de Penamacor e União de Freguesias de Pedrógão de São Pedro (Concelho de Penamacor) que correspondem à área de implantação dos painéis do Parque Solar Sophia
Duração total	42 anos, a partir do arranque da construção
Investimento total	8.400.000 €
Dotação média anual	200.000 €/ano

Tabela 27 Ficha números chave da iniciativa Fundo de Investimento Social.

Em que consiste?

O Fundo de Investimento Social Local realiza, todos os anos, investimentos em organizações do setor social que prestam serviços de apoio social Juntas de Freguesia de Aldeia de Santa Margarida e Proença-a-Velha (Concelho de Penamacor); Junta de Freguesia de Penamacor e União de Freguesias de Pedrógão de São Pedro (Concelho de Penamacor) que correspondem à área de implantação dos painéis do Parque Solar Sophia.

É o maior compromisso do Programa de Benefícios Partilhados: 200.000 € por ano durante 42 anos, o que corresponde a 41% do investimento total.

O Fundo apoia as IPSS e associações do setor social que existem no território, através de um protocolo com cada entidade. A sua governação é acordada entre as organizações sociais locais o promotor do Parque Solar de Sophia e uma entidade externa especialista que também assegura a gestão do fundo e avalia os indicadores e o impacto de cada investimento.

A iniciativa tem três componentes:

- **Investimento anual nas entidades protocoladas:** por exemplo, equipamentos, requalificação de instalações, viaturas, reforço de respostas existentes ou criação de novas respostas.
- **Gestão independente:** uma entidade especializada co-cria com as organizações o regulamento, a governação e a metodologia de medição de impacto, e acompanha a execução.
- **Medição de impacto:** cada investimento tem objetivos e indicadores próprios; o impacto global do Fundo é avaliado por uma entidade externa, no mínimo a cada 5 anos.

Objetivo geral:

Reforçar, de forma estável e previsível durante 42 anos, a capacidade das organizações sociais locais para responder às necessidades da população, em especial dos idosos e das pessoas em situação de vulnerabilidade.

Objetivos específicos:

1. Financiar investimentos que melhorem a qualidade e a capacidade das respostas sociais existentes.
2. Apoiar novas respostas sempre que o diagnóstico social identifique necessidades não cobertas.
3. Reforçar a gestão e a medição de impacto das organizações sociais do território.

Metas e indicadores

Meta	Indicador de acompanhamento
200.000 € investidos por ano; 8.400.000 € em 42 anos	Montante investido por ano, por entidade e por área de intervenção
100% das entidades protocoladas com plano de investimento e KPI aprovados	6 de entidades com plano e KPI a serem desenvolvidos
Taxa de execução anual igual ou superior a 90%	Taxa de execução do investimento
N.º de beneficiários a definir no ano 1, com base no diagnóstico social	N.º de pessoas apoiadas pelas entidades financiadas
8 avaliações de impacto externas ao longo dos 42 anos (uma a cada 5 anos)	Relatórios de avaliação publicados

Tabela 28 Metas e indicadores da iniciativa Fundo de Investimento Social.

Porquê esta iniciativa?

Idanha-a-Nova e Penamacor são concelhos de baixa densidade, com uma população muito envelhecida e em perda.

Os dois municípios apresentam índices de envelhecimento acentuados, refletindo um perfil demográfico marcadamente envelhecido face aos referencial nacional e das próprias sub-regiões Idanha-a-Nova e Penamacor apresentam índices superiores ao da Beira Baixa, embora com uma tendência de redução desde 2021.

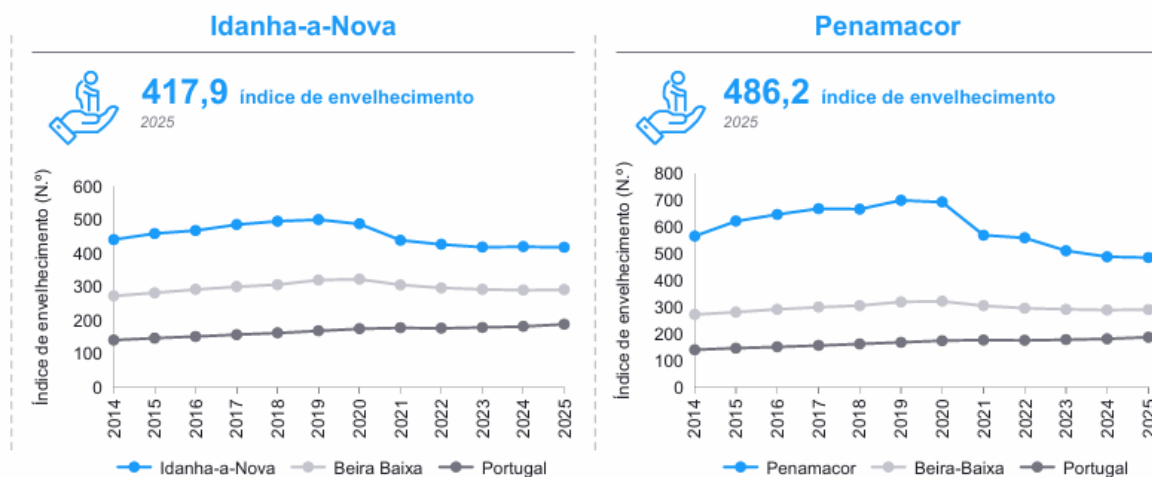


Figura 26 Estimativas anuais da população residente (Fonte: INE).

Neste contexto, as IPSS e associações locais são a principal rede de resposta de proximidade para idosos isolados, pessoas com deficiência e famílias em dificuldade. Têm, no entanto, pouca capacidade de investimento e dependem de financiamentos anuais e incertos. Um fundo estável durante 42 anos permite-lhes planear a longo prazo e investir onde é mais necessário.

Algo que foi confirmado pelas reuniões tidas com todas as organizações sociais, municípios e juntas de freguesia durante o período de escuta ativa.

A quem se destina?

Destina-se às IPSS, associações do setor social com sede e atividade nas Juntas de Freguesia de Aldeia de Santa Margarida e Proença-a-Velha (Concelho de Penamacor); Junta de Freguesia de Penamacor e União de Freguesias de Pedrógão de São Pedro (Concelho de Penamacor) que correspondem à área de implantação dos painéis do Parque Solar Sophia Os beneficiários finais são as pessoas apoiadas por estas organizações, em especial idosos, pessoas com deficiência, crianças e famílias em situação de vulnerabilidade.

Como aceder:

Cada entidade celebra um protocolo com o Fundo e apresenta, todos os anos, as suas necessidades de investimento, com objetivos de impacto e indicadores. A repartição anual dá prioridade às respostas dirigidas às pessoas mais vulneráveis, de acordo com o diagnóstico social dos dois concelhos.

Entrada e saída de entidades ao longo dos 42 anos.

A lista de entidades não é fechada: podem surgir novas associações e outras podem deixar de existir. O regulamento do Fundo define:

- **Condições de entrada:** entidade legalmente constituída, com sede e atividade num dos dois concelhos, situação contributiva e contas regularizadas, e uma resposta social que não duplique as já apoiadas.
- **Processo de entrada:** pedido ao Gestor Independente, parecer técnico e aprovação pela Comissão de Acompanhamento. A nova entidade assina o protocolo e entra no plano anual seguinte.
- **Motivos de saída:** extinção, fusão, perda do estatuto, fim da atividade no território ou incumprimento reiterado do protocolo.
- **Destino das verbas:** a quota de uma entidade que sai é redistribuída pelas restantes ou pelas novas entidades, no plano anual seguinte.
- **Estabilidade:** uma entrada ou saída nunca altera os montantes já protocolados para o ano em curso.
- **Revisão periódica:** a lista de entidades é revista a cada 5 anos, na revisão estrutural do Programa.

Como será implementada?

Entidade	Papel
Lightsource bp	Financia o Fundo (200.000 €/ano) através de uma conta dedicada; integra a governação do Fundo e acorda a dotação anual.
Gestor Independente do Fundo	Co-cria com as organizações a governação, o regulamento e a metodologia de impacto; propõe a repartição anual; gere protocolos, pagamentos e acompanhamento; avalia os KPI.
IPSS, associações	Apresentam as necessidades de investimento e os KPI; executam os investimentos; reportam semestralmente.
Municípios	Contribuem com o diagnóstico social das Redes Sociais; participam na governação do Fundo e na Comissão de Acompanhamento.
Juntas de Freguesia	Sinalizam necessidades no terreno; integram a Comissão de Acompanhamento.
Comissão de Acompanhamento	Aprova o plano anual do Fundo, a entrada e saída de entidades e o relatório anual.

Entidade	Papel
Secretariado Técnico Independente	Consolida o reporte do Fundo no relatório anual do Programa e publica a lista de apoios.

Tabela 29 Modelo de implementação da iniciativa Fundo de Investimento Social.

Como são tomadas as decisões e geridos os fundos:

1. Cada entidade apresenta as suas necessidades de investimento, com objetivos de impacto e KPI.
2. O Gestor Independente propõe a repartição anual com base no diagnóstico social, na capacidade económica e no número de beneficiários de cada entidade, evitando duplicações.
3. A Comissão de Acompanhamento aprova o plano anual do Fundo. Nenhum membro vota em matérias que envolvam uma entidade que dirija, integre ou da qual receba apoio.
4. Os pagamentos são feitos por tranches, contra execução, a partir de uma conta dedicada, separada das contas da Lightsource bp.
5. Cada entidade reporta semestralmente; o Gestor Independente verifica por amostragem no terreno e consolida os resultados.

Salvaguardas:

reserva territorial mínima por concelho; devolução das verbas em caso de incumprimento; lista pública de todos os apoios concedidos; verbas não executadas transitam para o ano seguinte e, ao fim de 2 anos, a Comissão decide a sua realocação.

Quando e quanto?

Fase	Período	Dotação anual	Total
Construção e exploração	42 anos	200.000 €	8.400.000 €

Tabela 30 Quando e quanto da iniciativa Fundo de Investimento Social.

Os montantes poderão ser atualizados ao longo do tempo (inflação e/ou produção do parque), conforme previsto no modelo de governação do Programa.

Principais marcos:

- 2029: contratação do Gestor Independente; co-criação do regulamento com as organizações; medição da situação de partida.
- 2029: primeiros protocolos e primeiro plano anual, com o arranque da construção.
- Todos os anos: plano anual aprovado em novembro; relatório anual aprovado em abril.

- A cada 5 anos (2034, 2039, ...): avaliação de impacto externa e revisão da lista de entidades.
- 2070: fim do Programa; destino dos ativos e de eventuais saldos definido no protocolo.

Que riscos se prevêem?

Risco	Mitigação
Dispersão dos apoios em montantes pequenos, com pouco impacto	Plano anual com prioridades e KPI; possibilidade de apoios plurianuais para investimentos maiores
Conflitos de interesse na repartição	Gestão independente; regras de impedimento de voto; lista pública de apoios
Extinção, fusão ou criação de entidades ao longo dos 42 anos	Regras de entrada e saída; redistribuição da quota no plano seguinte
Baixa capacidade de execução de algumas entidades	Apoio técnico do Gestor Independente; transição de verbas não executadas até 2 anos
Perda de valor real dos montantes	Atualização prevista no modelo de governação

Tabela 31 Riscos Identificados e Medidas de Mitigação.

6.2.4. Apoio a bombeiros: combate a incêndios e transporte de doentes

Iniciativa	Apoio aos Bombeiros: combate a incêndios e transporte de doentes
Eixo	Comunidade e Território
Parceiro(s)	Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários de Penamacor e Idanha-a-Nova
Âmbito geográfico	Áreas de atuação dos corpos de bombeiros de Penamacor, Idanha-a-Nova
Duração total	Fase de desenvolvimento (até 2028) e 42 anos a partir do arranque da construção (2029–2070)
Investimento total	2.520.000 € (2029–2070)
Dotação média anual	60.000 €/ano (6.000 € na fase de desenvolvimento: 2026-2028)

Tabela 32 Ficha números chave da iniciativa Apoio a Bombeiros

Em que consiste?

O promotor atribui um donativo anual às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários de Penamacor e Idanha-a-Nova para apoiar o combate a incêndios e o transporte de doentes.

O apoio começa já na fase de desenvolvimento do projeto, com 6.000 € por ano até 2028, e passa a 60.000 € por ano com o arranque da construção do Parque Solar Sophia, durante 42 anos.

O apoio é formalizado num acordo de donativo com cada corporação, que inclui formações anuais conjuntas entre as equipas técnicas do Parque Solar Sophia e os bombeiros.

A iniciativa tem três componentes:

- **Donativo anual:** para equipamento de combate a incêndios, equipamento de proteção individual, formação e meios de transporte de doentes, de acordo com um plano de investimento de cada corporação.
- **Formação conjunta anual:** conhecimento das instalações do Parque, dos seus riscos específicos, dos acessos e dos procedimentos de emergência, para uma resposta rápida e segura.
- **Acordo de donativo de longa duração:** define metas, reporte e regras de utilização do apoio durante os 42 anos do Programa.

Objetivo geral:

Reforçar a capacidade de resposta dos bombeiros voluntários do território no combate a incêndios e no transporte de doentes.

Objetivos específicos:

- Melhorar os equipamentos e meios das três corporações.
- Preparar uma resposta coordenada e segura a emergências no Parque Solar Sophia e na sua envolvente.
- Apoiar o transporte de doentes numa população envelhecida e dispersa.

Metas e indicadores:

Meta	Indicador de acompanhamento
2 acordos de donativo assinados até 2027	N.º de acordos assinados
1 formação conjunta por ano com cada corporação (126 formações em 42 anos)	N.º de formações realizadas e de operacionais formados
100% do donativo anual aplicado segundo o plano validado	Taxa de execução do plano a 3 anos
Meta a definir com as corporações	Equipamento adquirido, por tipo e por corporação
Meta a definir com as corporações	N.º de serviços de transporte de doentes apoiados

Tabela 33 Metas e indicadores (metas indicativas, a validar com as corporações):

Porquê esta iniciativa?

As reuniões tidas com as duas corporações de bombeiros confirmaram que o território tem um risco de incêndio elevado.

Em julho de 2025, um incêndio iniciado em Penamacor alastrou a freguesias de Idanha-a-Nova e consumiu cerca de 3.000 hectares, segundo o presidente da Câmara Municipal de Penamacor (Lusa), com prejuízos avultados na agricultura e na floresta. Foi um dos três maiores incêndios do país nesse mês (ICNF).

Os bombeiros voluntários asseguram também grande parte do transporte de doentes, um serviço essencial numa população muito envelhecida e dispersa.

Os dois municípios apresentam índices de envelhecimento acentuados, refletindo um perfil demográfico marcadamente envelhecido face aos referencial nacional e das próprias sub-

regiões Idanha-a-Nova e Penamacor apresentam índices superiores ao da Beira Baixa, embora com uma tendência de redução desde 2021.

A presença do Parque Solar Sophia acrescenta uma nova infraestrutura ao território. A formação conjunta garante que os bombeiros conhecem as instalações e que as equipas do Parque sabem articular-se com eles em caso de emergência.

A quem se destina?

Os beneficiários diretos são as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários de Penamacor e Idanha-a-Nova. Os beneficiários finais são as populações servidas por estas corporações, em especial os doentes que necessitam de transporte e as aldeias expostas ao risco de incêndio.

Como aceder:

Cada corporação assina um acordo de donativo e apresenta um plano de investimento a 3 anos, que é validado tecnicamente antes de cada ciclo.

Como será implementada?

Entidade	Papel
Lightsource bp	Atribui o donativo anual; organiza a formação conjunta com as equipas técnicas do Parque; facilita o acesso às instalações para formação.
Associações de bombeiros	Apresentam o plano de investimento a 3 anos; executam as aquisições; participam na formação; reportam semestralmente.
Serviços Municipais de Proteção Civil	Validam a adequação técnica dos planos e a não duplicação com outros financiamentos; articulam a formação com o planeamento municipal.
Estrutura regional de proteção civil	Participa como consultor técnico do Comité.
Comissão de Acompanhamento e Secretariado	Acompanham a execução no relatório anual do Programa.

Tabela 34 Atores envolvidos.

O protocolo de colaboração com os parceiros podem ser consultados nos **Anexos XIII-H**.

Governança:

A medida é gerida pelo Comité Técnico de Proteção e Socorro, composto pelos Serviços Municipais de Proteção Civil de Idanha-a-Nova e Penamacor, por 1 representante de cada associação de bombeiros e pela Lightsource bp.

Como são tomadas as decisões:

- A repartição do donativo entre as três corporações segue uma fórmula pública (por exemplo, área servida, população e ocorrências), fixada por períodos de 5 anos.
- Dentro da sua quota, cada corporação apresenta um plano de investimento a 3 anos: equipamento, formação e transporte de doentes.
- O Comité valida a adequação técnica e a não duplicação com outros financiamentos.
- Cada corporação assina um acordo de donativo para os 42 anos do Programa, com metas e reporte, concretizado nos planos a 3 anos.

Salvaguardas:

Equipamento inscrito no património com afetação obrigatória ao território (em caso de venda ou extinção da associação, reverte para o Programa); aquisições com pelo menos três orçamentos; o apoio não substitui financiamento público já contratado para o mesmo fim.

Quando e quanto?

Fase	Período	Dotação anual	Total
Desenvolvimento	Até 2028	6.000 €	18.000 € (2026–2028)
Construção e exploração	2029–2070 (42 anos)	60.000 €	2.520.000 €
Total			2.538.000 €

Tabela 35 Quando e quanto

Principais marcos:

- 2026-2027: assinatura dos acordos de donativo e início do apoio na fase de desenvolvimento.
- 2029: aumento do donativo para 60.000 €/ano; primeiro plano de investimento a 3 anos de cada corporação.
- Todos os anos: formação conjunta, antes do período crítico de incêndios e, na primeira vez, antes da entrada em exploração do Parque.
- A cada 3 anos: novo plano de investimento por corporação. A cada 5 anos: revisão da fórmula de repartição.

Que riscos se prevêem?

Risco	Mitigação
Divergência entre corporações sobre a repartição	Fórmula pública e objetiva, fixada por 5 anos
Duplicação com financiamento público	Validação prévia pelo Comité; declaração de outros apoios no plano
Alterações futuras na organização dos bombeiros e da proteção civil	Acordos de donativo com cláusula de revisão

Tabela 36 Riscos Identificados e Medidas de Mitigação.

6.2.5. Prevenção de incêndios: limpeza de bermas

Iniciativa	Prevenção de Incêndios
Eixo	2. Comunidade e Território
Parceiro(s)	Proteção Civil municipal ou Juntas de Freguesia (em avaliação); E entidade externa gestora do fundo, se for essa a modalidade escolhida
Âmbito geográfico	Aldeias e estradas dos concelhos de Idanha-a-Nova e Penamacor na envolvente do Parque Solar Sophia
Duração total	42 anos (2029–2070), a partir do arranque da construção
Investimento total	1.050.000 €
Dotação média anual	25.000 €

Tabela 37 Ficha números chave da iniciativa Prevenção de incêndios.

Em que consiste?

A iniciativa apoia a limpeza de bermas de estradas e dos perímetros das aldeias, para reduzir o risco de incêndio junto das populações. Está ainda em maturação e pode assumir uma de duas modalidades, a decidir na fase de Projeto de Execução:

- **Equipas e meios de limpeza associadas à limpeza do Parque Solar de Sophia:** disponibilizados à Proteção Civil ou às Juntas de Freguesia para a limpeza de bermas e perímetros das aldeias.
- **Fundo anual:** um fundo gerido por uma entidade externa, com medição de indicadores, que financia as intervenções de limpeza.

A modalidade pode também ser escolhida freguesia a freguesia, consoante a capacidade de cada Junta.

Objetivo geral:

Reduzir o risco de incêndio junto das aldeias e das vias de acesso na envolvente do Parque Solar Sophia.

Objetivos específicos:

- Garantir a limpeza anual dos perímetros das aldeias de maior risco, antes do período crítico de incêndios.
- Manter limpas as bermas das estradas que servem as aldeias e são vias de evacuação e de acesso dos meios de socorro.

- Articular as intervenções com o planeamento municipal de gestão de fogos rurais, evitando duplicações.

Metas e indicadores:

Meta	Indicador de acompanhamento
N.º de aldeias com perímetro limpo por ano	N.º de aldeias intervencionadas
N.º de km de bermas limpas por ano	km de bermas intervencionados
100% das intervenções concluídas antes do período crítico	Percentagem executada antes do período crítico
100% das intervenções verificadas no terreno	Registos georreferenciados e fotografias antes e depois
Custo-alvo a definir após o primeiro ano	Custo por hectare ou por quilómetro

Tabela 38 Metas e indicadores (metas indicativas, a definir com os Municípios e as Juntas de Freguesia)

Porquê esta iniciativa?

Nas reuniões tidas com os municípios e juntas de freguesia, bombeiros e população local duante as sessões de recolha de feedback, foi referido que o envelhecimento da população e o abandono de terrenos dificultam a limpeza regular dos espaços em torno das aldeias.

Apoiar essa limpeza protege as pessoas, as casas e as atividades agrícolas.

A quem se destina?

Os beneficiários finais são as populações das aldeias da envolvente do Parque Solar de Sophia, em especial as de maior risco e com população mais idosa. Os beneficiários diretos são a Proteção Civil municipal ou as Juntas de Freguesia, que recebem os meios ou o financiamento (em definição).

Prioridades:

As aldeias são priorizadas com base no planeamento municipal de gestão de fogos rurais, dando preferência às de maior risco e às que têm mais população idosa ou isolada.

Como será implementada?

Entidade	Papel
Lightsource bp	Financia a medida (25.000 €/ano); integra o Núcleo de Prevenção.

Entidade	Papel
Proteção Civil municipal	Planeia as intervenções em articulação com o planeamento municipal de gestão de fogos rurais; executa, se for essa a modalidade.
Juntas de Freguesia	Identificam as necessidades locais
Entidade externa gestora	Gere o fundo anual e mede os KPI (se for essa a modalidade).
Técnico florestal independente	Verifica as intervenções no terreno antes de cada pagamento.
Comissão de Acompanhamento e Secretariado	Aprovam o plano anual e acompanham a execução.

Tabela 39 Partes envolvidas

Governança:

A medida é gerida pelo Núcleo de Prevenção (indicada no Plano de Governança), composto pelos técnicos municipais de proteção civil e floresta de cada concelho, pelas Juntas de Freguesia abrangidas, por 1 técnico florestal independente e pelo promotor.

Como são tomadas as decisões e geridos os fundos:

- Todos os anos, antes do período crítico, o Núcleo aprova um plano de intervenção por freguesia, alinhado com o planeamento municipal de gestão de fogos rurais.
- Para cada freguesia escolhe a modalidade: equipa própria do promotor, ou financiamento gerido por uma entidade independente.
- O pagamento só é feito após verificação no terreno, com registo georreferenciado e fotografias antes e depois.
- A execução é reportada semestralmente ao Secretariado Técnico Independente.

Salvaguardas:

A medida exclui a gestão de combustível à volta do próprio Parque e das linhas elétricas, que é obrigação legal da Lightsource bp; só apoia intervenções que não aconteceriam sem o Programa; não substitui obrigações legais de outras entidades.

Quando e quanto?

Fase	Período	Dotação anual	Total
Construção e exploração	2029–2070 (42 anos)	25.000 €	1.050.000 €

Tabela 40 Quando e quanto

Principais marcos:

- Projeto de Execução: escolha da modalidade e definição das freguesias abrangidas.
- 2028: primeiro plano de intervenção e identificação das aldeias prioritárias.
- 2029: primeiras intervenções, antes do período crítico.
- Todos os anos: plano aprovado antes do período crítico; verificação e pagamento após a execução.
- A cada 5 anos: revisão da modalidade e das aldeias prioritárias.

Que riscos se prevêem?

Risco	Mitigação
Modelo ainda não definido (medida em maturação)	Decisão da modalidade no Projeto de Execução; revisão a cada 5 anos
Dotação reduzida face às necessidades do território	Concentração nas aldeias de maior risco; articulação com outros financiamentos
Sobreposição com obrigações legais de proprietários, municípios ou do promotor	Validação da adicionalidade pelo planeamento municipal; exclusão explícita das obrigações do Parque
Intervenções não executadas a tempo	Plano aprovado antes do período crítico; pagamento só após verificação

Tabela 41 Riscos Identificados e Medidas de Mitigação

6.2.6. Integração Agroecológica e do Pastoreio

Iniciativa	Plano Estratégico de Integração Agroecológica e do Pastoreio (PEIAP), Valorização Funcional das Raças Autóctones e Empreendedorismo Rural
Eixo	Produtividade e Qualificação
Parceiro(s)	ANIMOB; Bioinsight & Ecoa; produtores pecuários locais; jovens agricultores; criadores de raças autóctones; proprietários; municípios e juntas de freguesia
Âmbito geográfico	Parque Solar Sophia e território envolvente nos municípios do Fundão, Penamacor e Idanha-a-Nova
Duração total	42 anos
Investimento total	1.800.000 €
Dotação média anual	300.000 €s nos dois primeiros anos e uma dotação média anual de 37.500 € durante os 40 anos de funcionamento do Sophia.

Tabela 42 Ficha números chave da iniciativa Plano Estratégico de Integração Agroecológica e do Pastoreio (PEIAP)

Em que consiste?

A iniciativa integra, numa única frente de ação, o **Plano Estratégico de Integração Agroecológica e do Pastoreio (PEIAP)**, a criação de **parques de manejo multifuncionais**, a **valorização funcional das raças autóctones** e a **estruturação de empreendedorismo rural**, associados à futura gestão do Parque Solar Sophia.

O estudo completo pode ser consultado no **Anexo XI**.

Objetivo geral:

Criar um sistema de gestão agroecológica do Parque Solar Sophia que compatibilize produção energética, gestão da vegetação, proteção do solo, biodiversidade funcional, uso agropecuário e valorização rural ao longo da fase de exploração.

Objetivos específicos:

- Assegurar a integração agroecológica do Parque Solar Sophia, articulando infraestrutura energética, solo, vegetação, água, biodiversidade, operação e pastoreio;
- Implementar um modelo de pastoreio planeado, ajustado à biomassa disponível e ao estado do coberto vegetal;
- Estruturar meios operacionais de contenção, abeberamento, circulação e manejo;

- Construir infraestruturas de apoio à operação pecuária, formação e demonstração técnica;
- Valorizar funcionalmente as raças autóctones, com destaque para o **Merino da Beira Baixa**;
- Integrar jovens agricultores, reforçando a continuidade geracional e a capacidade empresarial local.

A ideia central é transformar a gestão da vegetação da central — normalmente vista apenas como um encargo de manutenção — num recurso funcional: alimento para os rebanhos, controlo de biomassa, proteção do solo, suporte de biodiversidade e criação de valor rural.

Metas e indicadores de acompanhamento:

Indicador	Valor de referência	Leitura operacional
Área útil de prado/pastoreio	900 ha	Base forrageira do Cenário Agroecológico 2
Efetivo integrado no modelo	2.250 animais	Escala de operação para produtores/rebanhos
Permanência em pastoreio	165–177 dias/produtor/rebanho	~5,5 a 6 meses de utilização forrageira
Poupança potencial em suplementação	78.750 €/ano	Redução da aquisição de fardos, fenos e palhas nos meses críticos
Impacto económico estimado	5,97 M€ em 42 anos	Poupança alimentar + remuneração do serviço + dinamização rural
Injeção direta na economia rural	2,66 M€ em 42 anos	Fluxo económico direto, no Cenário Agroecológico 2

Tabela 43 . Metas e indicadores da iniciativa

Porquê esta iniciativa?

O Parque Solar Sophia insere-se num território rural de baixa densidade, com desafios de gestão do solo, continuidade da atividade agropecuária, fragmentação territorial, risco de abandono e necessidade de valorização dos recursos locais.

A fase de exploração da central exige uma gestão regular do coberto vegetal numa área vedada de grande escala. Isto cria uma oportunidade: transformar uma obrigação de manutenção num sistema produtivo, ecológico e monitorizável, em vez de a tratar apenas como um custo.

Do ponto de vista rural, o acesso dos produtores à área do Parque Solar Sophia durante cerca de seis meses por ano permite reduzir a pressão sobre os seus próprios terrenos, que podem

descansar ou passar a produzir forragem para a época mais crítica. Isto reduz a dependência de alimentação animal adquirida externamente e reforça a viabilidade da pecuária extensiva local.

A iniciativa responde ainda a um risco identificado: a disponibilidade futura de efetivo autóctone pode ser insuficiente para o pastoreio à escala necessária. A criação antecipada de um **banco de efetivo** transforma a valorização da raça — até agora vista sobretudo como património genético a conservar — numa verdadeira infraestrutura biológica necessária ao funcionamento do modelo.

Esta iniciativa nasceu diretamente do processo de escuta ativa: respondeu ao ceticismo das comunidades sobre a compatibilidade entre produção solar e atividade pecuária, e concretizou-se através da parceria com a **ANIMOB** e a **BIOINSIGHT**.

A quem se destina?

Beneficiário	Forma de benefício
Produtores pecuários locais	Acesso a base alimentar, redução de custos de suplementação, melhores condições logísticas, possibilidade de prestar serviço de gestão territorial
Jovens agricultores	Condições de entrada na atividade, ativos de arranque, capacitação e estruturação empresarial ligada ao banco de efetivo
Criadores de raças autóctones	Valorização funcional de animais adaptados à Beira Baixa e reforço da procura por efetivo autóctone
Proprietários, municípios e comunidades locais	Dinamização da economia rural, manutenção ativa do território, uso dual do solo
ANIMOB, Bioinsight & Ecoa e parceiros técnicos	Plataforma para aplicar e monitorizar modelos de integração agroecológica em projetos solares de grande escala

Tabela 44 Atores chave da iniciativa

Como será implementada?

A implementação é **faseada e adaptativa**, acompanhando a construção da central e a entrada gradual em exploração:

Fase	Conteúdo	Responsabilidades principais
1. Estruturação técnica e espacial	Definição de áreas funcionais, parcelas, pontos de água, acessos e regras de compatibilidade	Lightsource bp enquadra no projeto; ANIMOB e Bioinsight & Ecoa dão suporte técnico; municípios e

Fase	Conteúdo	Responsabilidades principais
	com a operação do Parque Solar Sophia	proprietários apoiam a articulação territorial
2. Parques de manejo multifuncionais	Criação de infraestruturas de receção, separação, pesagem, tratamentos sanitários, com potencial para tosquia e formação	Lightsource bp assegura enquadramento e investimento; parceiros técnicos apoiam o desenho; produtores utilizam a infraestrutura
3. Criação da base operacional	Instalação de postes, sistemas de contenção, eletrificadores, depósitos e soluções de abastecimento de água	Lightsource bp disponibiliza as condições materiais; parceiros técnicos definem especificações; produtores validam no terreno
4. Banco de efetivo e empreendedorismo rural	Arranque com 100 ovelhas Merino da Beira Baixa e 2 carneiros , retenção de fêmeas selecionadas, estruturação de sociedade agrícola por jovens agricultores	Jovens agricultores gerem a exploração; ANIMOB e Bioinsight & Ecoa apoiam a estruturação
5. Operação adaptativa em exploração	Entrada dos rebanhos de acordo com a biomassa, o estado do coberto, a humidade do solo e a sanidade animal	Produtores executam a gestão pecuária; equipa técnica acompanha, monitoriza e ajusta a operação

Tabela 45 Fases da iniciativa

Durante a exploração, a carga animal, o tempo de permanência e a sequência de utilização das parcelas são ajustados através de monitorização e revisão contínua, protegendo o rebrote e distribuindo melhor o impacto do rebanho.

Quando e quanto?

A iniciativa acompanha os **42 anos** de vida útil do Parque Solar Sophia. A execução financeira concentra-se na fase inicial e de estruturação, enquanto os benefícios económicos e territoriais se prolongam ao longo da exploração.

Investimento total: 1.800.000 € → 300.000 €s nos dois primeiros anos e um dotação média anual de 37.500 € durante os 40 anos de funcionamento do Sophia.

Governança Prevista?

No capítulo 7.3.7 é detalhada o desenho prévio da Governança que está previsto para que esta medida seja implementada e gere impacto. Esta Governança será melhorada depois de envolvidos os vários parceiros com quem se pretende desenvolver esta medida.

Que riscos se preveem?

Risco	Mitigação prevista
Layout final, acessos e localização das infraestruturas	Validar parques de maneoio, parcelas e pontos de água em fase de projeto de execução
Disponibilidade de água e logística de abeberamento	Integrar soluções fixas e móveis de armazenamento e distribuição
Resposta insuficiente do coberto vegetal	Monitorizar e ajustar carga animal e tempo de permanência; ativar sementeiras se necessário
Insuficiência de efetivo autóctone disponível	Arrancar antecipadamente o banco de efetivo e reter fêmeas selecionadas
Entrada difícil de jovens agricultores	Reduzir a barreira de capital com ativos, financiamento temporário e acompanhamento técnico
Risco sanitário e reprodutivo	Testes, quarentena, acompanhamento veterinário e renovação genética do núcleo
Conflitos operacionais com o Parque Solar Sophia	Definir regras de circulação, segurança e coordenação com a operação e manutenção
Complexidade de governação	Clarificar responsabilidades entre promotor, parceiros técnicos, produtores e entidades locais

Tabela 46 Riscos Identificados e Medidas de Mitigação

6.2.7. Promoção do emprego verde qualificado

Iniciativa	Promoção do Emprego Verde Qualificado
Eixo	Produtividade e Qualificação
Parceiro(s)	PRO_MOV (Projeto liderado pelo IEFPP); Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB)
Âmbito geográfico	Municípios Idanha-a-Nova e Penamacor
Duração total	42 anos
Investimento total	800.000 €
Dotação média anual	72.000 € durante a fase de construção, seguidos de um financiamento anual de 18.000 €/ano durante a exploração

Tabela 47 Ficha números chave da iniciativa Promoção do Emprego Verde Qualificado

Em que consiste?

A iniciativa disponibiliza **30 a 40 bolsas de formação** durante a fase de construção do Projeto do Parque Solar Sophia e **10 bolsas anuais** durante a fase de exploração, dirigidas à formação e ao emprego no setor das energias renováveis e no setor turístico.

O protocolo de colaboração com a PRO_MOV pode ser consultado no **Anexo XIII-G**.

Objetivo geral:

Formar e melhorar as competências das pessoas da comunidade local, com especial ênfase no setor das energias renováveis e áreas afins, bem como no setor do turismo, facilitando o acesso a emprego sustentável.

Objetivos específicos:

- Melhorar as competências técnicas e profissionais da população local, com especial atenção a jovens, desempregados e grupos vulneráveis;
- Promover a inclusão e o empoderamento de grupos sociais vulneráveis;
- Estimular a colaboração entre entidades formadoras, empresas locais e cadeias de fornecimento;
- Apoiar a criação de emprego nos setores das energias renováveis e do turismo, fortalecendo a economia local.

Porquê esta iniciativa?

O território do Projeto do Parque Solar Sophia enfrenta desafios de emprego e de qualificação: uma população envelhecida, uma base económica pouco diversificada em Idanha-a-Nova e Penamacor, e a necessidade de preparar a mão de obra local para os empregos que a transição energética pode criar.

Este diagnóstico foi confirmado durante o processo de escuta ativa: o envolvimento com os agentes económicos locais revelou uma necessidade significativa de requalificação e de atualização de competências, para que a população local possa aceder ao emprego criado pelo setor das energias renováveis e pelo setor turístico. Esta necessidade deu origem a esta linha de trabalho do Programa de Benefícios Partilhados.

A quem se destina?

Destina-se, em particular, a pessoas da comunidade local, com prioridade para:

- ✓ Pessoas desempregadas;
- ✓ Jovens e mulheres;
- ✓ Grupos socialmente vulneráveis.

Como será implementada?

Todos os anos é publicada uma **convocatória de bolsas de formação**, para que as pessoas interessadas se possam inscrever. Após verificação dos critérios de prioridade e dos requisitos formativos exigidos por cada percurso, a inscrição é feita diretamente no programa PRO_MOV (pro-mov.pt).

Formação	Duração total	Componente teórico-prática (em sala, IEFP)	Formação em Contexto de Trabalho (FCT)
Instalador/a de Sistemas Solares Fotovoltaicos	7 meses / 975h	575h	420h
Eletricista de Instalações Sustentáveis	9 meses / ~1.100h	650h	450h

Tabela 48 Exemplo de percursos formativos

Entidade	Papel
IEFP, I.P. e Subscritoras do PRO_MOV	Definem a governação, os princípios e a estrutura geral do PRO_MOV, através do respetivo órgão de decisão. O IEFP é responsável pela componente teórica, em sala

Entidade	Papel
Lightsource bp	Cofinancia as bolsas de formação e financia a Formação em Contexto de Trabalho, incluindo os encargos com os formandos, garantindo as condições de segurança e saúde no trabalho
Outras empresas locais parceiras	Acolhem a Formação em Contexto de Trabalho
Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB)	Parceiro institucional e académico

Tabela 49 Atores envolvidos

Quando e quanto?

- ✓ **Bolsas na fase de construção:** 30 a 40 bolsas de formação;
- ✓ **Bolsas na fase de exploração:** 10 bolsas anuais;
- ✓ **Dotação média anual:** 72.000 € durante a fase de construção, seguidos de 18.000 €/ano durante a fase de exploração;
- ✓ **Investimento total (ao longo de 42 anos):** 800.000 €.

Que riscos se preveem?

- **Dependência da procura:** o sucesso da iniciativa depende de haver candidatos interessados e elegíveis no território, num contexto de população envelhecida;
- **Absorção pelo mercado de trabalho local:** é importante assegurar que as pessoas formadas encontram, de facto, emprego no território (no projeto ou noutras empresas do setor), para que a formação não fique sem seguimento.

6.2.8. Literacia energética

Iniciativa	Literacia Energética
Eixo	Produtividade e Qualificação
Parceiro(s)	ADENE — Agência para a Energia
Âmbito geográfico	Municípios do Fundão, Idanha-a-Nova e Penamacor
Duração total	42 anos
Investimento total	656.000 €
Dotação média anual	16.000 €/ano

Tabela 50 Ficha números chave da iniciativa Literacia Energética

Em que consiste?

A iniciativa combina a parceria institucional com a ADENE com quatro medidas concretas de literacia energética no território:

1. **Programa Rota da Energia — sessões nas escolas.** Sessões dirigidas aos alunos do **6.º ao 12.º ano**, para sensibilizar sobre a transição e a literacia energética;
2. **Prémio Anual Lightsource bp.** Destinado ao(s) melhor(es) aluno(s) em situação socioeconómica vulnerável;
3. **Balcão/Espaço de Energia no Município.** Um espaço de apoio personalizado aos cidadãos na adoção de medidas de eficiência energética nas suas casas;
4. **Apoio direto a famílias vulneráveis e microempresas** na realização de candidaturas ao **Fundo Social para o Clima**.

Objetivo geral:

Aumentar a literacia energética da população do território, com particular atenção às gerações mais jovens e aos agregados familiares e microempresas em maior vulnerabilidade energética.

Objetivos específicos:

- Sensibilizar a comunidade escolar para a transição energética e para o papel dos cidadãos na construção de um sistema energético mais sustentável;
- Reconhecer e apoiar o mérito escolar em contexto de vulnerabilidade socioeconómica;
- Facilitar o acesso da população local a aconselhamento técnico em eficiência energética, através de um ponto de contacto físico e próximo;

- Apoiar as famílias e as microempresas vulneráveis no acesso a apoios públicos existentes (Fundo Social para o Clima), reduzindo barreiras administrativas.

Porquê esta iniciativa?

O território do Projeto Sophia apresenta um perfil demográfico envelhecido, mas também comunidades escolares que beneficiam de uma introdução precoce aos temas da transição energética. Ao mesmo tempo, o processo de escuta identificou uma expectativa de que a energia produzida no território se traduzisse em benefícios tangíveis para a população, incluindo o acesso a informação e a apoio prático em eficiência energética.

A quem se destina?

Componente	Destinatários
Sessões Rota da Energia	Alunos do 6.º ao 12.º ano, das escolas dos municípios abrangidos
Prémio Anual Lightsource bp	Aluno(s) em situação socioeconómica vulnerável, com melhor desempenho
Balcão/Espaço de Energia	Qualquer cidadão do município, com atendimento personalizado
Apoio a candidaturas ao Fundo Social para o Clima	Famílias vulneráveis e microempresas

Tabela 51 Beneficiarios da iniciativa

Acesso:

As sessões nas escolas são organizadas em articulação com os agrupamentos de escolas dos três municípios. O acesso ao Balcão de Energia e ao apoio a candidaturas faz-se presencialmente, no espaço a criar no município. Os critérios de seleção do Prémio e de identificação das famílias/microempresas vulneráveis estão ainda por definir.

Como será implementada?

A colaboração assenta num **Protocolo de Colaboração** entre a Lightsource bp e a ADENE, com o seguinte modelo de trabalho:

Entidade	Papel
ADENE	Disponibiliza conteúdos aos formadores da Lightsource bp; forma, se necessário, esses formadores; realiza as sessões da Rota da Energia dirigidas aos cidadãos, incluindo a logística; identifica sinergias com o "Roteiro Indústria em Ação" e outras iniciativas; presta apoio técnico especializado; colabora na organização de eventos e na divulgação do Protocolo

Entidade	Papel
Lightsource bp	Promove a literacia energética partilhando conteúdos sobre energias renováveis, armazenamento, segurança e transição energéticas; realiza ações de sensibilização junto das comunidades locais; participa em eventos da ADENE; partilha experiências de projetos de sucesso; presta apoio técnico especializado; colabora na organização de eventos e na divulgação do Protocolo

Tabela 52 Atores envolvidos

A parceria com a ADENE — entidade pública de utilidade pública com a missão legal de sensibilizar e informar o público em matéria de energia (Decreto-Lei n.º 223/2000) — permite à Lightsource bp apoiar-se numa estrutura já testada a nível nacional: o programa **Rota da Energia**, que a ADENE já implementa em escolas e junto de cidadãos, empresas e técnicos municipais. O protocolo de colaboração com a PRO_MOV pode ser consultado no **Anexo XIII-E**.

Quando e quanto?

- **Investimento de referência:** 656.000 € em 42 anos.
- A Rota da Energia irá visitar anualmente várias escolas da área de influência do Projeto Solar Sophia. O calendário será definido em conjunta com a ADENE e as escolas locais.

Que riscos se preveem?

Risco	Mitigação prevista
Falta de interesse por parte das escolas locais	Envolvimento prévio dos agrupamentos de escolas dos três municípios na definição do calendário e dos conteúdos das sessões; articulação com as direções escolares e, se necessário, com as autarquias, para integrar a Rota da Energia na oferta educativa local (por exemplo, em atividades de Cidadania e Desenvolvimento); divulgação do Prémio Anual Lightsource bp como incentivo adicional à participação das escolas
Falta de recursos, em tempo e forma, por parte da ADENE	Definição clara, no Plano de Ação Anual, do calendário e da logística das sessões, acordado entre as Partes através do Grupo de Trabalho; acompanhamento regular da execução nas reuniões de avaliação previstas no Protocolo (mínimo de duas por ano); previsão, se necessário, de formação de formadores da própria Lightsource bp, para reduzir a dependência exclusiva da disponibilidade da ADENE na realização das sessões

Tabela 53 Riscos Identificados e Medidas de Mitigação

6.2.9. Programa ZERO_Destinations: turismo sustentável

Iniciativa	Programa ZERO_Destinations: turismo sustentável
Eixo	Turismo sustentável
Parceiro(s)	Horizonte Gótico, Lda., com o apoio da AITI (Associação Ibérica de Turismo de Interior)
Âmbito geográfico	Idanha-a-Nova e Penamacor
Duração total	42 anos (2 anos de arranque + 40 de continuidade)
Investimento total	1.750.000 €
Dotação por fases	200.000 € nos anos 1 e 2; 38.750 €/ano do ano 3 ao ano 42

Tabela 54 Ficha números chave da iniciativa Programa ZERO_Destinations: turismo sustentável

Em que consiste?

O Programa **ZERO_Destinations** propõe que descobrir Idanha-a-Nova e Penamacor seja uma experiência que, além de dar a conhecer a sua natureza, património e gastronomia, contribua para cuidar do ambiente e gerar atividade para as empresas e para a população local

O programa liga alojamentos, restaurantes, guias, empresas de atividades e produtores locais, ajudando-os a conhecer e a reduzir o seu impacto ambiental, a criar experiências conjuntas e a apresentá-las ao visitante de forma simples, com opções de consulta e reserva. A promoção do destino e o contacto com agências e operadores europeus aproximam esta oferta de novos.

A proposta completa elaborada pela *Horizonte Gótico* pode ser consultada no **Anexo XII**.

Objetivo geral:

Transformar Idanha-a-Nova e Penamacor num destino de turismo de baixo carbono, em que o visitante escolhe alojamentos, experiências e serviços em função da sua pegada ecológica, favorecendo os produtos com menor impacto ambiental e maior retorno para o território.

Objetivos específicos:

- Criar uma rede verificável de empresas turísticas, com dados sobre a sua pegada de carbono;
- Desenvolver produtos turísticos comercializáveis, ligados à natureza, ao património, à gastronomia e aos produtores locais;

- Dar às empresas ferramentas concretas para reduzir, compensar e comunicar o seu impacto ambiental.

Metas e indicadores de acompanhamento:

O programa prevê um **Observatório e acompanhamento** próprio, que reúne e compara, ano a ano, indicadores como:

- número de empresas participantes;
- número de experiências publicadas;
- pedidos de informação e reservas;
- consumos e emissões de carbono das empresas participantes.

Porquê esta iniciativa?

Existe uma tendência crescente no turismo internacional, o chamado *carbon-conscious travel* (turismo consciente da pegada de carbono). Segundo dados da Comissão Europeia citados pelo consultor, **82% dos cidadãos da UE** estão dispostos a alterar hábitos para um turismo mais sustentável, apontando medidas como consumir produtos locais (55%), usar transportes mais ecológicos (36%), pagar mais para proteger o ambiente (35%) e contribuir para as comunidades locais (33%).

O Parque Solar Sophia contribui para reduzir as emissões de CO₂ e, com as cerca de **40.000 árvores** a plantar no âmbito da reformulação do projeto, cria um importante sumidouro de carbono no território para além da possibilidade de ter como fornecedor de energia renovável a **Luz Partilha**. A iniciativa nasce para transformar esta oportunidade numa forma de posicionar internacionalmente o território como exemplo de turismo responsável e sustentável.

A paisagem e a identidade local são parte do valor turístico de Idanha-a-Nova e de Penamacor. Face às transformações associadas ao Parque Solar Sophia, propõe-se um investimento que reforce esse valor e deixe benefícios duradouros no território, aumentando a parte das despesas dos visitantes que fica junto de negócios e produtores locais.

Esta iniciativa responde diretamente à preocupação sobre os efeitos do projeto no setor turístico, identificada no processo de escuta.

A quem se destina?

Participam voluntariamente **empresas turísticas** de Idanha-a-Nova e Penamacor, juntamente com produtores que recebem visitantes e outros agentes que possam contribuir para as experiências — por exemplo, um alojamento pode colaborar com um guia e uma queijaria para oferecer uma estadia com passeio interpretativo e degustação.

Beneficiam também:

- os **visitantes**, que passam a encontrar propostas mais fáceis de conhecer e reservar;
- os setores da **agricultura, pecuária, artesanato, comércio e serviços**, que podem aceder a novas relações comerciais

O programa pretende contribuir para o emprego e para a dinamização local, com resultados a medir através do Observatório.

Como será implementada?

A implementação organiza-se em **oito linhas de trabalho**, desenvolvidas de forma coordenada:

Linha	Conteúdo
1. Visitas e diagnóstico	Visita a cada empresa para analisar consumos de energia e água, resíduos, mobilidade e compras, e estimar emissões de carbono. Cada empresa recebe uma ficha com recomendações concretas
2. Criação de experiências	Apoio para transformar os recursos do território em produtos turísticos comercializáveis (estadias, percursos, visitas, experiências gastronómicas), promovendo a colaboração entre negócios
3. Plataforma e reservas	Catálogo digital com as empresas e experiências, incluindo informação ambiental compreensível e sistema de reserva ou pedido de informação
4. Comercialização na Europa	Apresentação da oferta a operadores turísticos, grossistas e agências europeias, com preparação de propostas comerciais e acompanhamento de contactos
5. Feiras internacionais	Participação seletiva em feiras de turismo, com objetivos e acompanhamento de resultados (contactos, propostas, acordos)
6. Promoção do destino	Campanhas, redes sociais, materiais promocionais e visitas de jornalistas e criadores de conteúdos
7. Formação e embaixadores	Capacitação das empresas e envolvimento de pessoas do território como embaixadores locais, transmitindo memória e tradições
8. Observatório e acompanhamento	Sistema de recolha e comparação de resultados (empresas, experiências, reservas, emissões), para ajustar as ações a cada ano

Tabela 55 Linhas trabalho da iniciativa

Quando e quanto?

O investimento previsto é de **1.750.000 €** (sem IVA), ao longo de 42 anos

Período	Investimento	Distribuição
Anos 1 e 2 (arranque)	200.000 € no total	120.000 € para a criação da rede e das suas ferramentas; 80.000 € para o plano de feiras e promoção internacional
Anos 3 a 42 (continuidade)	38.750 €/ano	20.000 €/ano para gestão, integração de empresas, manutenção da plataforma, promoção digital e observatório; 18.750 €/ano para feiras e promoção internacional Do 3.º ao 7.º ano, o orçamento poderá ser reforçado por contrapartida dos anos posteriores

Tabela 56 Orçamento da iniciativa

Que riscos se preveem?

Risco	Mitigação prevista
Falta de participação ou de disponibilidade das empresas para fornecer dados e atualizar os seus serviços	Mobilização direta, ferramentas simples e acompanhamento continuado
Ações que não produzem os resultados esperados	Acompanhamento contínuo de pedidos de informação, reservas e contactos comerciais, com correção anual das ações
Perda de credibilidade ambiental (compensação de carbono confundida com solução total)	Abordagem em três passos — medir, reduzir e só depois compensar de forma verificável as emissões residuais; a informação ao visitante deve refletir apenas progressos comprovados

Tabela 57 Riscos Identificados e Medidas de Mitigação

6.2.10. INTRA_Rail: Beira Baixa experience

Iniciativa	INTRA_RAIL Live Trip “Beira Baixa Experience”
Eixo	Turismo sustentável
Parceiro(s)	Movijovem; CP – Comboios de Portugal; operadores de animação turística locais; Lightsource bp; Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa; Municípios de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penamacor e Fundão; Naturtejo Geopark; Aldeias Históricas de Portugal; produtores e restaurantes regionais; instituições de ensino superior; organizações juvenis e associações ambientais/de voluntariado.
Âmbito geográfico	Beira Baixa, com foco nos Municípios de Idanha-a-Nova, Penamacor; programa-piloto com chegada e regresso a partir do Entroncamento.
Duração total	Horizonte inicial de 42 anos, incluindo estruturação, lançamento, teste e consolidação do produto turístico. Programa anual: 3 dias / 2 noites – 25 participantes (2 vezes por ano – 50 jovens)
Investimento total	925.000 €
Dotação média anual	Durante a fase de construção, será financiado um projeto-piloto com um investimento de 25.000 €. Posteriormente, será atribuído um financiamento de 22.500 € por ano durante toda a vida útil do projeto

Tabela 58 Ficha números chave da iniciativa INTRA_RAIL Live Trip “Beira Baixa Experience”

Em que consiste?

O INTRA_RAIL Live Trip “Beira Baixa Experience” é uma iniciativa de turismo jovem sustentável que pretende transformar a Beira Baixa num território de descoberta, aprendizagem e participação, combinando mobilidade ferroviária, natureza, património, energia renovável e envolvimento dos jovens.

A iniciativa assenta num **programa anual de 3 dias e 2 noites, para 25 jovens**, com partida e regresso ao Entroncamento, utilizando a Linha da Beira Baixa como eixo de mobilidade e tendo Castelo Branco como principal base de operação. O programa integra alojamento em Pousada de Juventude, alimentação, experiências no território, acompanhamento técnico e seguro.

O programa será financiado para a realização de 2 grupos de 25 jovens por ano, ou seja um total de 50 jovens.

A experiência está organizada em **quatro dimensões complementares**:

- **Viajar** – utilização da mobilidade ferroviária como forma de deslocação sustentável pela Linha da Beira Baixa;
- **Descobrir** – contacto com o Geopark Naturtejo, património cultural, Aldeias Históricas, biodiversidade e comunidades locais;
- **Aprender** – sessões sobre energia renovável, transição energética, alterações climáticas e sustentabilidade, complementadas por metodologias de educação não formal;
- **Agir** – participação dos jovens numa ação concreta de impacto ambiental e na criação de propostas para um turismo mais sustentável.

O programa culmina com a atribuição do Certificado Digital INTRA_RAIL Explorer, reconhecendo a participação dos jovens na experiência.

A iniciativa pretende ainda criar um produto turístico estruturado e replicável, através da criação de itinerários, rede de parceiros, protocolos com fornecedores, manual operacional, storytelling e plano de comunicação. Prevê-se uma fase inicial de desenvolvimento de três anos e uma duração total de 42 anos.

Os protocolos de colaboração com a MOVIOJovem podem ser consultados nos **Anexos XIII-C e XIII-D**,

Objetivo geral

Criar e consolidar um produto de turismo jovem sustentável na Beira Baixa, capaz de atrair novos públicos jovens ao território através da mobilidade ferroviária, valorizar os seus recursos naturais, culturais e energéticos e gerar maior envolvimento dos visitantes com as comunidades e a economia local.

Objetivos específicos

1. **Atrair jovens para a Beira Baixa**, proporcionando uma experiência turística integrada que combine mobilidade ferroviária, natureza, património, cultura e sustentabilidade.
2. **Promover o conhecimento e a valorização do território**, envolvendo os jovens em experiências no Geopark Naturtejo, Aldeias Históricas, património local e atividades de educação ambiental e energética.
3. **Criar um produto turístico sustentável, replicável e com impacto territorial**, consolidando uma rede de parceiros dos municípios de Idanha-a-Nova, Penamacor e Fundão, operadores turísticos, produtores, restauração, entidades de natureza e património e organizações juvenis.

Metas quantificadas e indicadores de acompanhamento

Meta	Indicador de acompanhamento
50 jovens participantes no programa anual	Nº de participantes efetivos
3 dias / 2 noites de experiência turística	Duração efetiva por programa
2 experiência de mobilidade ferroviária na Linha da Beira Baixa	Nº de participantes que realizam a deslocação ferroviária
2 programa de experiências no Geopark Naturtejo	Nº de participantes / atividades realizadas
2 experiências de património e cultura	Nº de visitas/experiências realizadas
2 ação de impacto ambiental	Nº de ações realizadas e nº de participantes envolvidos
2 workshop participativo sobre turismo sustentável	Nº de participantes e propostas produzidas
2 visita a projeto de energia renovável	Nº de participantes
50 Certificados Digitais INTRA_RAIL Explorer	Nº de certificados emitidos
1 rede territorial de parceiros	Nº de entidades envolvidas/formalizadas
1 produto turístico estruturado para integração no catálogo INTRA_RAIL	Produto desenvolvido e validado
1 manual operacional e plano de comunicação	Documentos produzidos
1 modelo replicável para outros territórios/geoparques	Modelo de produto validado e plano de replicação elaborado

Tabela 59 Metas e indicadores da iniciativa

Porquê esta iniciativa?

A Beira Baixa reúne um conjunto excecional de recursos naturais, culturais e paisagísticos, mas enfrenta o desafio de transformar esse património numa maior capacidade de atração e retenção de públicos jovens, criando experiências turísticas adequadas às novas formas de viajar e capazes de gerar valor para as comunidades e empresas locais.

A oportunidade está em articular recursos que atualmente podem ser experienciados de forma mais fragmentada (mobilidade ferroviária, natureza, património, gastronomia, turismo

de baixa densidade e transição energética) num único produto turístico dirigido aos jovens e assente numa lógica de sustentabilidade.

A Linha da Beira Baixa constitui, neste contexto, um elemento estruturante. A sua utilização como eixo de mobilidade permite associar a descoberta do território a uma forma de deslocação de menor impacto ambiental e transformar a própria viagem numa componente da experiência turística. O projeto propõe, assim, uma ligação entre mobilidade sustentável e valorização territorial, tendo Castelo Branco como principal base operacional e envolvendo os municípios de Idanha-a-Nova, Penamacor e Fundão.

A região dispõe ainda de ativos com forte capacidade de diferenciação, nomeadamente o Geopark Naturtejo, as Aldeias Históricas, a biodiversidade, o património histórico e cultural e a produção e gastronomia regional. O projeto pretende aproximar estes recursos de uma nova geração de visitantes, através de experiências participativas e de educação não formal, em vez de uma lógica exclusivamente contemplativa.

A iniciativa responde também à crescente importância da transição energética e da sustentabilidade na escolha e experiência dos destinos turísticos. A integração de sessões sobre energia renovável, alterações climáticas e desenvolvimento sustentável, bem como a possibilidade de contacto direto com projetos de produção de energia renovável, permite estabelecer uma ponte entre a identidade do território e os desafios da transição energética.

Mais do que criar uma viagem, pretende-se criar um mecanismo de aproximação dos jovens à Beira Baixa, incentivando-os a conhecer o território, consumir e contactar com produtos e serviços locais, valorizar os seus recursos, participar em ações de impacto e tornar-se potenciais divulgadores e futuros visitantes da região.

Neste sentido, a iniciativa procura contribuir para uma maior dinamização da economia local, através do envolvimento de alojamentos, restauração, produtores, operadores de animação turística, guias e outras entidades do território, criando uma experiência em que o valor gerado pelo turismo é distribuído por uma rede mais alargada de parceiros locais. A própria estruturação do produto prevê a criação de uma rede territorial envolvendo municípios, Geopark Naturtejo, Aldeias Históricas, operadores turísticos, produtores, restaurantes, instituições de ensino superior e organizações juvenis.

A sua conceção parte da experiência da Movijovem na promoção da mobilidade jovem, turismo juvenil e utilização da rede de Pousadas de Juventude, procurando evoluir o conceito INTRA_RAIL de uma solução de mobilidade para um produto turístico experiencial, sustentável e com impacto territorial.

A estruturação da iniciativa prevê desde logo uma abordagem de construção participada com o território, através da constituição de uma rede de parceiros que deverá envolver, para além da Movijovem e da Lightsource bp:

- CP – Comboios de Portugal;
- Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa;
- Municípios de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penamacor e Fundão;

- Geopark Naturtejo;
- Aldeias Históricas de Portugal;
- associações ambientais e de voluntariado;
- operadores de animação turística locais;
- produtores e restaurantes regionais;
- instituições de ensino superior;
- organizações juvenis.

Esta lógica deverá ser concretizada na fase de desenvolvimento do produto, através da angariação e formalização de parcerias territoriais, construção dos itinerários e experiências, criação da rede de fornecedores e elaboração do manual operacional.

O próprio programa foi desenhado para incorporar momentos de escuta e participação dos jovens, nomeadamente através do World Café e Design Thinking, no qual os participantes serão convidados a responder à questão *“Como tornar o turismo mais sustentável?”*, produzindo propostas e apresentando os seus resultados.

A dimensão de Inclusão concretiza-se ainda na abertura da experiência a jovens enquanto participantes ativos do território, não apenas como consumidores turísticos: percorrem o território de comboio, conhecem as comunidades e os produtores locais, participam numa ação de impacto ambiental e contribuem para pensar soluções para um turismo mais sustentável.

A quem se destina?

A iniciativa destina-se prioritariamente a jovens, enquanto público central do programa INTRA_RAIL, procurando aproximá-los da Beira Baixa através de uma experiência turística sustentável, participativa e de aprendizagem.

O programa anual prevê a participação de 25 jovens, num programa de 3 dias e 2 noites, com partida e regresso ao Entroncamento. A experiência inclui transporte ferroviário, alojamento em Pousada de Juventude, alimentação, atividades, acompanhamento técnico e seguro.

Beneficiários diretos

São beneficiários diretos:

- 25 jovens participantes no programa-piloto, que terão acesso a uma experiência integrada de turismo sustentável;
- jovens que pretendam conhecer a Beira Baixa através de uma abordagem que combina mobilidade ferroviária, natureza, património, cultura, sustentabilidade e participação;
- os participantes terão ainda oportunidade de desenvolver conhecimentos sobre transição energética, alterações climáticas e sustentabilidade, participar numa ação de impacto ambiental e contribuir para a criação de propostas para um turismo mais sustentável.

A iniciativa pretende que os jovens assumam um papel ativo, não apenas enquanto turistas, mas também enquanto participantes, aprendizes e potenciais embaixadores do território.

O acesso à iniciativa será efetuado através de um processo de inscrição/candidatura a definir pela Movijovem, condicionado à existência de vagas e aos critérios de participação que vierem a ser estabelecidos para o programa. A seleção deverá privilegiar o interesse e a disponibilidade dos jovens para participar numa experiência de turismo sustentável, aprendizagem e envolvimento territorial.

Como será implementada?

A implementação do INTRA_RAIL Live Trip “Beira Baixa Experience” será coordenada pela Movijovem, enquanto entidade promotora e responsável pelo programa INTRA_RAIL, em articulação com a Lightsource bp e com uma rede de parceiros territoriais dos municípios de Idanha-a-Nova, Penamacor e Fundão.

O modelo de implementação está estruturado em duas fases: desenvolvimento e estruturação do produto e execução do programa-piloto, criando posteriormente condições para a sua integração como produto permanente do catálogo INTRA_RAIL.

Quem faz o quê?

Movijovem

- Assume a **coordenação geral e gestão operacional** da iniciativa;
- desenvolve e estrutura o produto turístico INTRA_RAIL Live Trip;
- constrói os itinerários e experiências;
- assegura a articulação com a rede de fornecedores e parceiros;
- coordena o programa-piloto e o acompanhamento dos participantes;
- assegura a componente de mobilidade, alojamento, alimentação, atividades, seguros e acompanhamento técnico;
- desenvolve o manual operacional, conteúdos e plano de comunicação;
- avalia os resultados do piloto e prepara a eventual integração do produto no catálogo permanente INTRA_RAIL.

Lightsource bp

- Assume o papel de **parceiro estratégico e financiador do lançamento da iniciativa**;
- apoia o desenvolvimento do conceito associado à sustentabilidade, transição energética e valorização territorial;
- participa na programação de conteúdos sobre energia renovável, alterações climáticas, juventude e desenvolvimento de territórios de baixa densidade;
- poderá proporcionar o contacto com projetos de energia renovável, mediante validação;

- participa no desenvolvimento do storytelling ESG e dos conteúdos associados à parceria.

Municípios de Idanha-a-Nova, Penamacor e Fundão

- Participam na **construção e valorização da oferta territorial**;
- colaboram na identificação e mobilização de recursos, experiências e parceiros locais;
- facilitam a articulação com agentes económicos, culturais, ambientais e turísticos;
- contribuem para a integração do produto nas estratégias de promoção e valorização turística do território;
- poderão apoiar a identificação de locais e iniciativas adequados às experiências previstas.

Parceiros territoriais e setoriais

A iniciativa prevê uma rede que inclui a CIM da Beira Baixa, Geopark Naturtejo, Aldeias Históricas de Portugal, associações ambientais e de voluntariado, operadores de animação turística, produtores, restaurantes, instituições de ensino superior e organizações juvenis. Estes parceiros asseguram, de acordo com a sua área de intervenção, experiências, conhecimento especializado, mobilidade, serviços turísticos, educação e ligação às comunidades.

Juntas de Freguesia

Poderão vir a ser envolvidas, quando relevante, na ligação às comunidades locais, identificação de recursos e iniciativas de interesse, apoio à realização de ações de impacto local e mobilização de agentes e associações da freguesia, mediante acordo com os respetivos municípios.

Quando e quanto?

O investimento total previsto é de 925.000 €, assegurado pela Lightsource bp, destinado à criação, estruturação e lançamento do produto, aplicado em duas componentes:

1. Desenvolvimento do produto turístico

A fase de desenvolvimento contempla a conceção do produto, construção dos itinerários e experiências, angariação e formalização de parceiros, criação da rede de fornecedores, manual operacional, storytelling ESG, plano de comunicação e coordenação técnica.

2. Programa anual – 22.500 €/ano

Realização de uma experiência de 3 dias e 2 noites para 25 jovens (duas vezes por ano), com partida e regresso no Entroncamento, em regime de tudo incluído (transporte ferroviário, transfers locais, duas noites de alojamento, refeições, coffee-breaks e snacks, acompanhamento técnico, visitas guiadas, atividades no Geopark Naturtejo, uma ação de impacto ambiental, seguros, kits de participante, produção audiovisual e coordenação geral da Movijovem).

A Movijovem será responsável pela execução e gestão operacional do investimento, garantindo que os recursos são aplicados nas componentes previstas e assegurando a coordenação dos fornecedores e parceiros necessários à execução.

A definição final dos mecanismos de acompanhamento, reporte e validação entre a Movijovem e a Lightsource bp será estabelecida no protocolo/acordo de parceria e financiamento.

Os principais marcos são:

- estruturação do produto e da rede de parceiros;
- preparação logística e operacional;
- realização do programa-piloto;
- avaliação dos resultados e aperfeiçoamento da experiência;
- preparação da integração do produto no catálogo permanente INTRA_RAIL.

O piloto constitui o momento de teste e validação do produto, permitindo avaliar a experiência e consolidar a rede de parceiros antes da sua eventual integração como produto permanente do catálogo INTRA_RAIL. O projeto prevê ainda que o modelo possa ser posteriormente replicado noutros territórios e geoparques de Portugal.

Que riscos se prevêem?

Os principais riscos identificados estão associados à natureza piloto da iniciativa e à necessidade de articular diferentes entidades, serviços e experiências num produto turístico integrado. Destacam-se a eventual adesão insuficiente de participantes, dificuldades de articulação entre parceiros, alterações na operação ferroviária, condições meteorológicas adversas, atrasos na estruturação do produto, aumento dos custos de execução e dificuldade em assegurar a continuidade após a fase-piloto.

As principais medidas de mitigação passam pela preparação e formalização antecipada da rede de parceiros e fornecedores, definição clara de responsabilidades, planeamento logístico detalhado, articulação prévia com a CP e entidades territoriais, existência de alternativas para atividades condicionadas pelas condições meteorológicas, acompanhamento do orçamento e avaliação estruturada do programa-piloto.

A criação de um manual operacional e a avaliação da experiência deverão permitir corrigir constrangimentos identificados e preparar a transformação do projeto num produto permanente e replicável do catálogo INTRA_RAIL.

6.3. Parcerias estratégicas e protocolos assinados

O Programa de Benefícios Partilhados não é executado apenas pela Lightsource bp. Cada iniciativa conta com parceiros especializados, escolhidos pela experiência na respetiva área e pela ligação ao território. Estas parcerias trazem conhecimento técnico, capacidade de execução e proximidade às comunidades. Também garantem que as medidas são postas em prática por quem melhor conhece cada realidade.

Algumas parcerias já estão formalizadas em protocolos ou memorandos de entendimento. As restan

6.3.1. Os parceiros e o seu papel

- **ENERMATCH** (<https://www.enermatch.com/>)

A ENERMATCH desenvolve e gere comunidades de energia e soluções de autoconsumo coletivo. Trata do licenciamento, da operação das instalações e da relação com os participantes.

Parceria com a Lightsource bp: desenvolvimento da **LUZ Partilhada**. Graças a esta iniciativa, famílias, empresas e instituições elegíveis da Beira Baixa podem usar energia renovável produzida localmente, a uma tarifa reduzida. Não têm de fazer nenhum investimento inicial nem de instalar painéis solares ou baterias nos seus imóveis.

Para mais informações, consulte os *Anexos IX e X*.

- **Just a Change** (<https://justachange.pt/>)

A Just a Change é uma associação sem fins lucrativos fundada em 2010. Com a ajuda de milhares de voluntários, já reabilitou em Portugal **mais de 670 casas e 280 instituições**. O seu trabalho centra-se na reabilitação e reconstrução das casas de famílias em situação de pobreza habitacional.

Parceria com a Lightsource bp: reabilitação de habitações em situação de pobreza habitacional, para melhorar o conforto térmico, a segurança e a eficiência energética.

Para mais informações, consulte os *Anexos XIII-A e XIII-B*.

- **ANIMOB** (<https://www.animob.pt/>)

A ANIMOB é uma plataforma que liga produtores pecuários e proprietários de terrenos. Apoia modelos de pastoreio planeado e a gestão sustentável do território.

Parceria com a Lightsource bp: desenvolvimento, em conjunto com a **Bioinsight** e a **ECOIA**, de um Plano Estratégico de Integração Agroecológica e Pastoreio para o Projeto do Parque Solar Sophia.

Para mais informações, consulte o *Anexo XI*.

- **PRO_MOV** (<https://pro-mov.pt/>)

O PRO_MOV (*by Reskilling 4 Employment*) é um programa nacional de requalificação profissional e de integração no mercado de trabalho. Prepara trabalhadores para os empregos do futuro.

Parceria com a Lightsource bp, em articulação com o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).

- apoio aos custos de formação e às bolsas dos formandos;
- formação prática em contexto de trabalho, nos projetos em construção e em operação;
- criação de oportunidades de qualificação e emprego em áreas ligadas à transição energética.

Para mais informações, consulte o *Anexo XIII-G*.

- **ADENE (<https://www.adene.pt/>)**

A ADENE é a agência de energia portuguesa, dedicada à eficiência energética e à promoção das energias renováveis.

Parceria com a Lightsource bp: protocolo de colaboração para realizar em conjunto ações de informação, formação e sensibilização sobre eficiência energética, renováveis, armazenamento e descarbonização. Estas ações dirigem-se a comunidades, escolas, indústria e outros públicos.

Para mais informações, consulte o *Anexo XIII-E*.

- **Instituto Politécnico de Castelo Branco – IPCB (<https://www.ipcb.pt/>)**

O Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB) é uma instituição pública de ensino superior de referência na região, com forte ligação à formação técnica e de engenharia.

Parceria com a Lightsource bp: protocolo de cooperação técnico-científica, **assinado em março de 2026**. Prevê projetos de investigação, estágios para estudantes e partilha de conhecimento. O primeiro passo foi dado na **XIV Semana de Engenharia do IPCB**.

Para mais informações, consulte o *Anexo XIII-F*.

- **Movijovem (<https://www.movijovem.pt/>)**

A Movijovem é a organização portuguesa responsável pelas Pousadas de Juventude e pelo Cartão Jovem. Há décadas que promove a mobilidade e o turismo jovem em Portugal.

Parceria com a Lightsource bp: memorando de entendimento para o **INTRA_RAIL Beira Baixa experience**, um programa de turismo jovem sustentável que liga a mobilidade ferroviária à natureza, ao património e às comunidades locais de **Idanha-a-Nova, Penamacor e Fundão**.

Para mais informações, consulte o *Anexo XIII-C* e o *Anexo XIII-D*.

6.3.2. Parcerias em desenvolvimento

Algumas iniciativas ainda estão em fase de consolidação. Em todos os casos, porém, já existem contactos relevantes com as entidades que poderão vir a ser parceiras.

- **Fundo de Investimento Social Local:** foram contactadas as seguintes organizações, que manifestaram interesse em ser parceiras desta medida:
 - Santa Casa Misericórdia Penamacor
 - Lar. D. Bárbara
 - Instituto Social Cristão Pina Ferraz
 - Liga dos Amigos de Pedrógão de São Pedro
 - Centro de Dia de Proença-a-Velha
 - Liga dos Amigos de Aldeia de Santa Margarida
- **Apoio aos bombeiros:** esta iniciativa depende da participação das **Associações de Bombeiros Voluntários de Penamacor e de Idanha-a-Nova**. Com os Bombeiros Voluntários de Penamacor já foi assinado um protocolo de colaboração. Com os Bombeiros Voluntários de Idanha-a-Nova, a colaboração ainda está a ser consolidada.
- **Prevenção de incêndios:** a medida está a ser trabalhada sobretudo com os **Serviços Municipais de Proteção Civil** e com as **juntas de freguesia**, podendo envolver outras entidades.
- **ZERO_Destinations:** a iniciativa será gerida em conjunto com as **autarquias**, as **associações** e os **operadores turísticos locais**, bem como a **Associação Ibérica de Turismo Interior (AITI)** e com outras entidades gestoras que ainda estão por definir.

Nas próximas fases, os parceiros serão identificados e as parcerias formalizadas, conforme descrito no capítulo **Governança, Compromissos e Próximos Passos**.

6.4. Impacto socioeconómico do Programa de Benefícios Partilhados

O Programa de Benefícios Partilhados do Parque Solar Sophia visa assegurar que uma parte do valor gerado pelo projeto se traduza em benefícios concretos e duradouros para as comunidades locais. Com um horizonte de implementação de 42 anos, correspondente às fases de construção e exploração do Parque, **o Programa prevê um investimento total de aproximadamente 20,4 milhões de euros, dos quais cerca de 2,2 milhões serão aplicados durante a construção e 18,2 milhões ao longo da exploração.**

A dimensão social assume um papel central no Programa. **O Fundo Social**, com uma dotação de 8,4 milhões de euros, representa 41% do investimento previsto e destina-se ao apoio continuado a organizações sociais e iniciativas de desenvolvimento local. A medida abrangerá IPSS, associações e outras entidades com intervenção nas freguesias de Proença-a-Velha,

Aldeia de Santa Margarida, Pedrógão de São Pedro e Bemposta e Penamacor. Prevê-se a aplicação de **400 mil euros durante a construção e de 200 mil euros por ano ao longo da fase de exploração.**

Na vertente energética, o projeto “**LUZ Partilhada**” e o Banco de Energia procuram reduzir os encargos das famílias com a eletricidade e contribuir para o combate à pobreza energética. O Banco de Energia poderá apoiar entre 36 e 73 famílias por ano através de descontos na fatura e contribuir para a reabilitação energética de duas a cinco habitações anualmente. Em conjunto, estas medidas poderão representar uma injeção anual estimada entre **205 mil e 351 mil euros no território durante a respetiva fase de implementação.** Estes apoios correspondem a transferências dirigidas às famílias beneficiárias e não a uma alteração geral do preço da eletricidade.

O Programa contempla igualmente o reforço dos serviços públicos e da resiliência territorial. As medidas de apoio aos **bombeiros** e de prevenção de incêndios e gestão florestal representam, conjuntamente, um investimento superior a **3,5 milhões de euros.** Estas iniciativas destinam-se a reforçar os meios e equipamentos disponíveis, apoiar o combate a incêndios e o transporte de doentes e melhorar a capacidade de prevenção e resposta a situações de emergência.

Na dimensão do **emprego e da qualificação, está prevista uma medida de promoção da empregabilidade nos setores da energia e do turismo,** com um investimento total de **792 mil euros.** A iniciativa contempla programas de formação e requalificação profissional dirigidos à população local, desenvolvidos em parceria com o Instituto do Emprego e Formação Profissional, através do programa PRO_MOV, e com o Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB). Durante a fase de construção, prevê-se a constituição de duas turmas de 30 a 40 formandos, bem como a sua integração em contexto de trabalho. Na fase de exploração, está prevista a integração anual de quatro formandos numa componente prática.

A medida de **uso duplo do solo procura assegurar a coexistência entre a produção de energia solar e as atividades agropecuárias.** Com uma dotação de **1,8 milhões de euros,** prevê a implementação de pastagens biodiversas, pastoreio rotativo, gestão sustentável da vegetação, infraestruturas de apoio ao manejo animal, valorização de raças autóctones e desenvolvimento da apicultura. Estima-se que possa abranger cerca de 900 hectares de pastoreio e beneficiar aproximadamente **2.000 cabeças de gado.** O uso duplo do solo poderá gerar entre 114 mil e 191 mil euros por ano na atividade pecuária e entre 50 mil e 77 mil euros em serviços de gestão da vegetação, bem como uma poupança anual próxima de 79 mil euros em alimentação animal. O Valor Acrescentado Bruto diretamente associado à medida é estimado entre 102 mil e 159 mil euros por ano, podendo ser criados ou sustentados entre seis e sete postos de trabalho, quatro dos quais diretos. Os benefícios poderão estender-se à produção ovina, à apicultura, aos serviços veterinários, ao manejo de pastagens, ao apoio agrícola e às fileiras regionais do Borrego da Beira Baixa IGP, do queijo e do mel.

Na área do turismo, o Programa procura valorizar o património, a natureza, a paisagem e a identidade da Beira Baixa, contribuindo para aumentar a procura turística, prolongar a permanência dos visitantes e gerar oportunidades para os operadores locais. O programa “**ZERO_Destinations**”, com um investimento de **1,75 milhões de euros,** prevê ações de

comunicação, produção de conteúdos, apoio à certificação sustentável e participação em eventos nacionais e internacionais. **Estima-se que possa gerar entre 420 e 1.250 dormidas adicionais por ano na Beira Baixa, das quais entre 170 e 875 poderão ser retidas no território, correspondendo a um volume de negócios local adicional estimado entre 17,9 mil e 91,9 mil euros anuais.**

O projeto “INTRA_Rail” com uma dotação de 925 mil euros, prevê o desenvolvimento de uma experiência turística que articule a Linha da Beira Baixa com os principais pontos de interesse da região, com especial incidência no turismo jovem. Num cenário de expansão da iniciativa, estima-se que possa gerar entre 125 e 225 dormidas por ano e um volume de negócios territorial entre 16,9 mil e 23,6 mil euros anuais. Os principais setores beneficiários serão o alojamento, a restauração, a animação turística e cultural, o comércio, os produtores locais e os serviços de transporte.

Em termos agregados, o estudo estima-se que o Programa de Benefícios Partilhados poderá reforçar o impacto económico líquido anual da operação do Parque Solar Sophia em cerca de 700 mil euros de volume de negócios, 370 mil euros de Valor Acrescentado Bruto, 100 mil euros de remunerações e 180 mil euros de receita fiscal. Estima-se ainda um acréscimo de oito empregos equivalentes a tempo completo a nível nacional. . Na Beira Baixa, o contributo anual estimado corresponde a 230 mil euros de volume de negócios, 130 mil euros de Valor Acrescentado Bruto, 70 mil euros de receita fiscal e três empregos equivalentes a tempo completo.

Para além dos impactos económicos quantificáveis, o Programa poderá gerar benefícios mais amplos, incluindo o reforço da coesão social, a redução da vulnerabilidade energética, a melhoria da capacidade de resposta a emergências, a valorização das atividades agropecuárias, a qualificação da população e a promoção dos recursos turísticos e identitários da região.

Para mais informações, consulte o *Anexo II*.

7. Governação, Compromissos e Próximos Passos

- Cria-se a Comissão de Acompanhamento do Projeto Sophia (câmaras, juntas de freguesia e Lightsource bp), com reuniões trimestrais até ao 1.º ano de exploração.
- Fundo de Investimento Social Local terá uma entidade gestora independente, ainda a identificar.
- Plano é revisto em cada reunião da Comissão e acompanhado por um relatório anual de prestação de contas.
- Próximos passos: ratificar o Programa com os parceiros e detalhar o sistema de indicadores, até à submissão do Projeto de Execução

7.1. Enquadramento do modelo de governação

O presente Plano de Envolvimento das Comunidades e Programa de Benefícios Partilhados não fecha um processo. Fixa o ponto de partida da fase seguinte, na qual a Lightsource bp continuará a prestar contas às comunidades que acolhem o projeto.

Este capítulo explica como a Lightsource bp garante o cumprimento dos compromissos assumidos ao longo de toda a vida útil do projeto: quem acompanha a sua execução, com que instrumentos, com que periodicidade e que passos se seguem a partir de agora.

O modelo de governação aqui apresentado corresponde à fase de Estudo Prévio do Parque Solar Sophia. Define as linhas mestras da governação do Programa, que serão detalhadas na fase de Projeto de Execução.

As 10 medidas do Programa têm graus de maturação diferentes, pelo que a governação de cada uma também está em fases diferentes. Cada modelo será aprofundado à medida que forem fechadas as parcerias e os protocolos correspondentes.

O Programa, que abrange os concelhos de Idanha-a-Nova, Penamacor e Fundão, tem uma duração de 42 anos e organiza-se em 4 eixos e 10 medidas, com um investimento voluntário de 20.360.400 €.

Eixo	Medidas	Investimento	%
1. Energia	LUZ Partilhada; Banco de Energia	2.492.400 €	12,2%
2. Comunidade e Território	Fundo de Investimento Social Local; Apoio aos bombeiros; Prevenção de incêndios	11.945.000 €	58,7%
3. Produtividade e Qualificação	Agropastorícia; Promoção da empregabilidade; Literacia energética	3.248.000 €	16,0%
4. Turismo local	ZERO_Destinations; INTRA_Rail	2.675.000 €	13,1%

Eixo	Medidas	Investimento	%
Total	10 medidas	20.360.400 €	100%

Tabela 60 Iniciativas do Programa de Benefícios Partilhados

A governação organiza-se em três níveis:

- **Comissão de Acompanhamento:** nível estratégico.
- **Secretariado Técnico Independente:** nível de coordenação e reporte.
- **Órgão de gestão próprio de cada medida:** nível operacional.

O modelo assenta em cinco princípios:

- **Independência na decisão:** quem beneficia de um apoio não decide sobre esse apoio.
- **Proporcionalidade:** a exigência de cada órgão cresce com o valor e com o grau de decisão da medida.
- **Adicionalidade:** o Programa não paga obrigações legais do promotor nem substitui responsabilidades de entidades públicas.
- **Transparência:** os critérios, as decisões e os montantes por medida e por território são públicos.
- **Continuidade:** as regras mantêm-se perante mudanças de executivo autárquico, de parceiro ou de proprietário do parque.

7.2. Arquitetura de governação

A **Comissão de Acompanhamento** define a estratégia, o **Secretariado Técnico Independente** coordena e consolida a informação, e cada medida é gerida pelo seu **próprio órgão**. A informação sobe através do reporte; as decisões e orientações descem da Comissão.



Figura 27 Arquitetura de governação do Programa: três níveis e 10 medidas.

A exigência de cada órgão de gestão é proporcional ao montante e ao tipo de decisão da medida. As medidas que atribuem apoios a terceiros têm regras de seleção e de impedimento mais exigentes do que as medidas executadas por um parceiro técnico com um plano fechado.

7.2.1. Comissão de Acompanhamento

A Comissão define a estratégia, aprova os planos e os relatórios e corrige o rumo do Programa. Não decide apoios individuais, que cabem aos órgãos de gestão de cada medida.

Membro	Lugares	Voto	Como é designado
Município de Idanha-a-Nova	1	Sim	Presidente da Câmara ou vereador delegado
Município de Penamacor	1	Sim	Presidente da Câmara ou vereador delegado
Juntas de Freguesia beneficiárias	1 por Junta, até 6; acima disso, 2 por concelho	Sim	Se houver mais de 6 Juntas, são eleitas entre as Juntas de cada concelho, com rotação em cada mandato autárquico
Sociedade civil	2 (1 por concelho)	Sim	Eleitos em assembleia aberta às associações locais; mandato de 4 anos, desfasado do ciclo autárquico
Promotor	1	Sim	Representante da empresa titular do parque
Parceiros executores	Conforme a agenda	Não	Convidados para os pontos relativos à sua medida
CIM Beira Baixa	1	Não	Observador convidado
Secretariado Técnico Independente	—	Não	Assegura o secretariado das reuniões e elabora o parecer técnico anual

Tabela 61 Comissão de Acompanhamento

A presidência roda a cada 2 anos entre os dois Municípios; o Município que não preside assume a vice-presidência. Os mandatos da sociedade civil são desfasados do ciclo autárquico, para que a Comissão nunca mude toda ao mesmo tempo.

Competências

- Aprovar o regulamento interno e as suas alterações.
- Aprovar o plano anual e o orçamento de cada medida, propostos pelos respetivos órgãos de gestão.
- Aprovar e publicar o relatório anual do Programa.
- Validar os membros independentes dos júris e comités das medidas.
- Aprovar a entrada e a saída de entidades apoiadas pelo Fundo de Investimento Social Local.
- Realocar verbas entre medidas até 10% do orçamento anual da medida de origem.
- Recomendar correções a uma medida e, se estas não forem aplicadas, propor a substituição do parceiro executor.
- Apreçar o relatório de reclamações e os relatórios de auditoria.
- Conduzir a revisão estrutural do Programa a cada 5 anos.

Funcionamento e deliberação:

- **Periodicidade:** reuniões semestrais nos anos 1 a 5 e anuais a partir do ano 6. Pode haver reunião extraordinária a pedido de um terço dos membros com voto.
- **Documentação:** enviada com 15 dias de antecedência; as atas são públicas no prazo de 30 dias.
- **Quórum:** maioria dos membros com voto, incluindo pelo menos um Município.
- **Maioria simples:** para o plano anual, o relatório e as recomendações.
- **Maioria de dois terços, com acordo do promotor:** para realocações acima de 10%, alteração ou criação de medidas, substituição de parceiros e alteração do regulamento. O acordo do promotor justifica-se por se tratar de um investimento voluntário; o promotor não pode, porém, bloquear a aprovação nem a publicação do relatório anual.

Conflitos de interesse:

- Cada membro entrega anualmente uma declaração de interesses.
- Nenhum membro vota em matérias que envolvam uma entidade que dirija, integre ou da qual receba apoio. O impedimento fica registado em ata.
- As Juntas de Freguesia não integram júris de seleção em medidas a que se candidatem.

7.2.2. Secretariado Técnico Independente

O Secretariado Técnico Independente é o elo entre as 10 medidas e a Comissão de Acompanhamento.

Funções:

- Receber os relatórios semestrais de cada medida e consolidá-los no relatório anual.
- Elaborar o parecer técnico anual que acompanha o relatório.
- Manter o sistema de indicadores e o registo de todos os pagamentos, por medida e por freguesia.
- Preparar as reuniões da Comissão e publicar atas, relatórios e decisões.
- Gerir o mecanismo de reclamações e encaminhar cada caso para o órgão competente.
- Verificar se cada medida cumpre as regras comuns e alertar a Comissão quando não cumpre.
- Articular medidas complementares, como o Banco de Energia com a Literacia energética, ou o ZERO_Destinations com o INTRA_Rail.

Quem assegura:

Uma entidade técnica independente, contratada por concurso por períodos de 5 anos. Não pode ser parceiro executor de nenhuma medida.

Dimensão indicativa:

Um gestor de programa a tempo parcial, com apoio administrativo, reforçado nos anos de arranque.

Financiamento:

O custo do Secretariado, da auditoria externa e da avaliação de impacto é definido à parte das 10 medidas, para não reduzir o benefício às comunidades.

7.3. Governação por Medida

7.3.1. Regras comuns às medidas

A governação de cada medida será aprofundada no Projeto de Execução. Todas as medidas seguem as mesmas regras mínimas:

1. **Órgão de gestão identificado**, com composição, mandato e regras de decisão definidas num regulamento da medida.
2. **Separação de funções**: quem executa, quem decide a alocação e quem beneficia são entidades diferentes, ou existem regras de impedimento.
3. **Plano anual** com orçamento, metas e repartição territorial, aprovado pela Comissão.
4. **Critérios de elegibilidade e de seleção públicos**, conhecidos antes de cada ciclo.
5. **Equidade territorial**: repartição mínima por concelho e por freguesia, definida no regulamento de cada medida quando aplicável.
6. **Reporte semestral ao Secretariado** num modelo comum: execução financeira, beneficiários, indicadores, problemas e propostas.

7. **Indicadores de realização e de resultado**, com linha de base medida antes do arranque.
8. **Acordo de execução** entre o promotor e o parceiro executor, com metas, reporte e cláusula de resolução por incumprimento.
9. **Verbas não executadas** transitam para o ano seguinte na mesma medida; ao fim de 2 anos sem execução, a Comissão decide a sua realocação.
10. **Protocolo de proteção de dados** sempre que a medida trate dados de pessoas vulneráveis.

Cada medida tem um órgão de gestão próprio, adaptado ao tipo de decisão que envolve. Todas reportam semestralmente ao Secretariado Técnico Independente no modelo comum. Os indicadores apresentados são os mínimos de cada medida.

Medida	Eixo	Investimento	Órgão de gestão	Executor
LUZ Partilhada	1	1.000.000 €	Comité da Comunidade de Energia	ENERMATCH
Banco de Energia	1	1.492.400 €	Comité de Seleção	Just a Change
Fundo de Investimento Social Local	2	8.400.000 €	Gestor Independente do Fundo	Associações e IPSS protocoladas
Apoio aos bombeiros	2	2.520.000 €	Comité Técnico de Proteção e Socorro	Associações humanitárias de bombeiros
Prevenção de incêndios	2	1.025.000 €	Núcleo de Prevenção	Juntas de Freguesia / Proteção Civil
Agropastorícia	3	1.800.000 €	Comité da Agropastorícia	ANIMOB e produtores
Promoção da empregabilidade	3	792.000 €	Regulamento do programa PRO-MOV	PRO-MOV e IEFP
Literacia energética	3	656.000 €	Grupo de Coordenação	ADENE
ZERO_Destinations	4	1.750.000 €	Conselho do Destino	Associações e operadores turísticos
INTRA_Rail	4	925.000 €	Subcomité do Conselho do Destino	MOVIJOVEM

Tabela 62 Estrutura de Governação das Medidas do Programa de Benefícios Partilhados

7.3.2. LUZ Partilhada

Órgão:

Comité da Comunidade de Energia, composto pela ENERMATCH (entidade gestora do autoconsumo coletivo), 1 representante de cada Município, 1 representante dos aderentes, eleito anualmente entre residentes, negócios e IPSS aderentes, e o promotor. Reúne uma vez por ano.

O que decide:

os critérios de adesão, a ordem de entrada quando a capacidade é limitada e a fórmula de cálculo da poupança.

Salvaguardas

- Quota mínima de capacidade reservada a agregados vulneráveis e IPSS, com lista de espera pública.
- Poupança reportada a partir de faturas reais, comparadas com uma tarifa de referência definida no regulamento.

Indicadores:

participantes por tipo e por freguesia; energia partilhada (kWh/ano); poupança média real (€/ano e %); percentagem de participantes vulneráveis; disponibilidade do sistema.

7.3.3. Banco de Energia

Esta medida seleciona famílias vulneráveis e intervém nas suas casas, pelo que exige critérios objetivos e confidencialidade.

Órgão:

Comité de Seleção, composto por 1 técnico de ação social de cada Município e 1 representante de uma IPSS local. A Just a Change participa sem voto, com o parecer técnico sobre cada habitação. As Juntas de Freguesia sinalizam casos, mas não votam.

Como decide:

- Sinalização dos casos pela ação social, pelas Juntas de Freguesia ou pelas IPSS.
- Verificação confidencial da elegibilidade pela ação social municipal.
- Visita técnica da Just a Change e estimativa de custo.
- Ordenação por grelha pública: rendimento ou tarifa social, idade e dependência, estado da habitação e ganho esperado.
- Aprovação da lista anual pelo Comité e comunicação à Comissão com dados anonimizados.

Salvaguardas

- Verificar primeiro se o agregado pode aceder a apoios públicos; o Banco complementa, não substitui.
- Repartição mínima por concelho.

Indicadores:

Habitações intervencionadas; custo médio por habitação; redução estimada do consumo; conforto térmico reportado (inquérito antes e depois); tempo entre a sinalização e a obra.

7.3.4. Fundo de Investimento Social Local

É a maior medida do Programa, com 8.400.000 € (41% do investimento total), e por isso a que mais precisa de uma gestão independente.

Entidades apoiadas:

O Fundo Apoia as associações e IPSS de apoio social existentes na área de influência direta. Cada entidade celebra um protocolo com o Fundo em função do definido na Governança e Regulamento.

Órgão:

Gestor Independente do Fundo, uma entidade especializada na área social, contratada para co-criar com as associações e IPSS a governação, os regulamentos e a metodologia de medição do impacto do investimento.

Como decide

- Cada associação ou IPSS apresenta as suas necessidades de investimento, com objetivos de impacto e indicadores (KPI).
- O Gestor Independente propõe a repartição anual com base no diagnóstico social, na capacidade económica e no número de beneficiários de cada entidade, evitando duplicações.
- A Comissão de Acompanhamento aprova o plano anual do Fundo.
- Os pagamentos são feitos por tranches, contra execução.

Entrada e saída de entidades ao longo dos 42 anos

A lista de entidades apoiadas não é fechada. Ao longo dos 42 anos podem surgir novas associações e outras podem deixar de existir. O regulamento do Fundo define:

- **Condições de entrada:** entidade legalmente constituída, com sede e atividade num dos dois concelhos, situação contributiva e contas regularizadas, e uma resposta social que não duplique as já apoiadas.
- **Processo de entrada:** pedido ao Gestor Independente, parecer técnico e aprovação pela Comissão. A nova entidade assina o protocolo e entra no plano anual seguinte.

- **Motivos de saída:** extinção, fusão, perda do estatuto, fim da atividade no território ou incumprimento reiterado do protocolo.
- **Destino das verbas:** a quota de uma entidade que sai é redistribuída pelas restantes ou pelas novas entidades, no plano anual seguinte.
- **Estabilidade:** uma entrada ou saída nunca altera montantes já protocolados para o ano em curso.
- **Revisão periódica:** a lista de entidades é revista a cada 5 anos, na revisão estrutural do Programa.

Salvaguardas

- Reserva territorial mínima por concelho.
- Visitas de verificação por amostragem e devolução das verbas em caso de incumprimento.
- Lista pública de todos os apoios concedidos.

Indicadores:

Montante por área de intervenção e por entidade; beneficiários abrangidos; taxa de execução do investimento; avaliação de impacto externa, no mínimo a cada 5 anos.

7.3.5. Apoio aos bombeiros

A repartição do fundo entre corporações é fixada por fórmula; cada corporação decide o que adquirir, com validação técnica.

Órgão:

Comité Técnico de Proteção e Socorro, composto pelos Serviços Municipais de Proteção Civil dos dois concelhos, 1 representante de cada associação humanitária de bombeiros da área de influência e o promotor. Um representante da estrutura regional de proteção civil participa como consultor técnico.

Como decide:

- A repartição entre corporações segue uma fórmula pública (por exemplo, área servida, população e ocorrências), fixada por períodos de 5 anos.
- Dentro da sua quota, cada corporação apresenta um plano de investimento a 3 anos: equipamento, formação e transporte de doentes.
- O Comité valida a adequação técnica e a não duplicação com outros financiamentos.
- Cada corporação assina um contrato-programa para os 42 anos do Programa, com metas e reporte, concretizado nos planos a 3 anos.

Salvaguardas:

- Equipamento inscrito no património com afetação obrigatória ao território; em caso de venda ou extinção da associação, reverte para o Programa.

- Aquisições com pelo menos três orçamentos.
- Não substitui financiamento público já contratado para o mesmo fim.

Indicadores:

equipamento adquirido por corporação; serviços de transporte de doentes apoiados; execução do plano a 3 anos.

7.3.6. Prevenção de incêndios

Esta medida ainda está em maturação. Deverá articular-se com as estruturas municipais que já planeiam a gestão de fogos rurais em cada concelho, para evitar duplicações e garantir coerência técnica.

Órgão:

Núcleo de Prevenção, composto pelos técnicos municipais de proteção civil e floresta de cada concelho, pelas Juntas de Freguesia abrangidas, por 1 técnico florestal independente para verificação e pelo promotor.

Como decide:

- Todos os anos, antes do período crítico, aprova um plano de intervenção por freguesia, alinhado com o planeamento municipal de gestão de fogos rurais.
- Para cada freguesia escolhe a modalidade: equipa própria, através da Junta de Freguesia, ou financiamento anual gerido por uma entidade independente.
- O pagamento só é feito após verificação no terreno, com registo georreferenciado e fotografias antes e depois.

Salvaguardas:

- Exclui a gestão de combustível à volta do próprio parque e das linhas elétricas, que é obrigação legal do promotor.
- Só apoia intervenções que não aconteceriam sem o Programa, conforme validado pelo planeamento municipal.
- Dá prioridade às aldeias de maior risco.

Indicadores:

Hectares ou quilómetros intervencionados; aldeias com perímetro gerido; percentagem executada antes do período crítico; custo por hectare.

7.3.7. Agropastorícia

A medida tem três componentes com lógicas diferentes; cada uma tem regras próprias dentro do mesmo comité.

Órgão:

Comité da Agropastorícia, composto pela ANIMOB (executor), 2 representantes de duas associações de agricultores, 1 representante dos jovens agricultores apoiados, 1 representante de cada Município e o operador do parque (manutenção e segurança). Os serviços regionais de agricultura participam como consultores.

Componente	Regra de governação
Parque de maneio (mais de 500 animais)	Titularidade e entidade gestora definidas; regulamento de utilização com acesso aberto e condições iguais para todos os produtores da área; plano sanitário.
Modelo de negócio para jovens agricultores	Concurso público com júri (ANIMOB, serviços regionais de agricultura e membro independente); acompanhamento durante 3 anos; critérios e compromissos de permanência escritos.
Pastoreio planeado no parque (mais de 2.000 cabeças)	Protocolo com regras de rotação, encabeçamento, segurança elétrica, seguros e acesso; atribuição aos produtores por concurso ou por rotação.

Tabela 63 Modelo de Governação

Salvaguardas:

Nenhum produtor ou apicultor tem acesso exclusivo ao parque de maneio ou ao pastoreio sem concurso.

Indicadores:

Animais no parque de maneio; produtores utilizadores; jovens agricultores instalados e ainda ativos aos 3 e aos 5 anos; cabeças e hectares em pastoreio; evolução do rendimento dos produtores; evolução do número de cabeças de raças autóctones.

7.3.8. Promoção da empregabilidade

A medida é executada no âmbito do programa PRO-MOV, em articulação com o IEPF, e segue o regulamento próprio desse programa.

Os formandos do PRO-MOV têm prioridade no recrutamento, tanto na construção como na exploração do parque. Na fase de construção, esta prioridade fica escrita no contrato de empreitada.

Salvaguardas:

O promotor e os seus prestadores comprometem-se a entrevistar os formandos que concluem o percurso.

Indicadores:

Bolsas atribuídas e concluídas; empregabilidade a 6 e a 12 meses; percentagem de formandos empregados na região; percentagem de mulheres.

7.3.9. Literacia energética

É um programa educativo executado por um parceiro técnico, pelo que basta uma coordenação leve. O seu maior valor é servir de porta de entrada para as outras medidas de energia.

Órgão:

Grupo de Coordenação, composto pela ADENE (executor), 1 agrupamento de escolas por concelho, os serviços municipais que acolhem o balcão e a ação social. O Secretariado Técnico Independente assegura a ligação ao Banco de Energia.

Componente	Regra de governação
Sessões sobre transição energética	Plano anual acordado com os agrupamentos de escolas.
Prémio para alunos vulneráveis	Júri escolar com a ADENE; elegibilidade pelos escalões da Ação Social Escolar; a condição de vulnerabilidade nunca é tornada pública.
Balcão municipal de eficiência energética	Horário e metas de atendimento definidos com cada Município; encaminhamento dos casos elegíveis para o Banco de Energia.
Apoio no acesso ao Fundo Social para o Clima	Registo das candidaturas apoiadas e do seu resultado.

Tabela 64 Modelo de governação

Indicadores:

Sessões e alunos abrangidos; prémios atribuídos; atendimentos no balcão; casos encaminhados para o Banco de Energia; candidaturas submetidas e aprovadas; montante de apoio público captado para o território.

7.3.10. ZERO_Destinations

Parte do investimento destina-se a operadores privados, o que exige júri independente e critérios claros de retorno local. O mesmo Conselho coordena também o INTRA_Rail, para que o território tenha uma única estratégia de destino.

Órgão:

Conselho do Destino, composto pelos pelouros de turismo dos dois Municípios, 1 a 2 associações empresariais ou comerciais, 2 operadores turísticos eleitos entre os aderentes, 1 representante dos produtores locais (ligação à agricultura e ao queijo) e o promotor. A

entidade regional de turismo e as entidades de gestão de áreas classificadas participam como consultores.

Como decide

- Aprova um plano anual de destino.
- Executa diretamente parte do orçamento (promoção, estudos e sinalética).
- Atribui a outra parte por aviso a operadores e associações, com avaliação por júri independente. Os operadores candidatos não votam.

Salvaguardas

- Critérios de retorno local no aviso: compras a fornecedores locais, emprego local e menor impacto ambiental.
- Teto por operador e equilíbrio entre os dois concelhos.

Indicadores:

Dormidas e estada média; gasto médio por visitante; percentagem de fornecedores locais; operadores aderentes; certificações de sustentabilidade obtidas.

7.3.11. INTRA_Rail

É um projeto de promoção turística executado pela MOVIOJovem, que funciona como subcomité do Conselho do Destino.

Órgão:

Subcomité composto pela MOVIOJovem (executor), 1 representante de cada Município, 1 membro do Conselho do Destino e 1 representante de uma associação juvenil local.

Como decide:

Seleciona os 25 jovens criadores de conteúdos por aviso público e júri, com critérios de qualidade do portefólio, ligação ao território e prioridade a jovens da região. Aprova um plano editorial alinhado com o ZERO_Destinations.

Salvaguardas

- Contrato com licença de utilização dos conteúdos pelos Municípios e pelo Programa.
- Código de conduta e identificação obrigatória de conteúdo patrocinado.

Indicadores:

Conteúdos produzidos; alcance e interação; visitas ou reservas atribuíveis (através de ligações ou códigos próprios); criadores da região envolvidos.

7.4. Mecanismos de salvaguarda para os 42 anos

Estes são alguns dos mecanismos que vão ser tidos em conta no desenho detalhado da governança que protegem o Programa de mudanças de promotor, de executivo autárquico e dos parceiros ao longo dos 42 anos.

Vínculo contratual.

Um protocolo entre o promotor, os dois Municípios e as Juntas de Freguesia beneficiárias, assinado antes do início da construção, integra o Programa, este modelo de governação e o calendário de desembolso. Inclui uma cláusula que obriga qualquer novo titular do parque a assumir o Programa por inteiro, como condição da transmissão.

Garantia financeira.

Uma conta dedicada ao Programa, separada das contas do promotor, e uma garantia bancária ou equivalente que cubra, pelo menos, os desembolsos previstos para os anos seguintes.

Valor ao longo do tempo.

Os montantes são atualizados anualmente pela inflação e/ou ligados à produção do parque (€/MWh). A inflação protege o poder de compra; a ligação à produção partilha o desempenho do parque, mas também o risco dos anos de menor produção.

Mecanismo de reclamações.

Um canal aberto a qualquer pessoa, online, por telefone e presencialmente nas Juntas de Freguesia. Resposta em 30 dias, registo de todos os casos e relatório anual à Comissão. Quem não ficar satisfeito com a resposta pode pedir que o caso seja apreciado pela Comissão.

Auditoria e avaliação.

Auditoria financeira anual às contas do Programa. Avaliação de impacto externa a cada 5 anos, comparada com a linha de base medida no ano 0.

Revisão a cada 5 anos.

A Comissão pode alterar, fundir ou criar medidas, mantendo o envelope total, após consulta pública nos dois concelhos. A revisão inclui a lista de entidades apoiadas pelo Fundo de Investimento Social Local.

Transições.

Os acordos com parceiros executores duram 3 a 5 anos e têm cláusula de substituição. Em cada mudança de executivo autárquico, o Secretariado entrega um dossier de passagem aos novos membros.

Fim do Programa.

O protocolo define desde já o destino, no fim dos 42 anos, dos ativos criados (pequenos parques solares, parque de maneio, equipamentos) e de qualquer saldo final, a favor dos Municípios ou de entidades locais.

Alternativa a considerar.

Uma associação ou fundação dedicada ao Programa daria mais autonomia e continuidade, sobretudo ao Fundo de Investimento Social Local, mas tem mais custos de funcionamento do que um protocolo.

7.5. Ciclo anual de reporte

O ciclo repete-se todos os anos e liga os órgãos de gestão das medidas à Comissão através do Secretariado Técnico Independente.

Quando	O quê	Quem
Janeiro	Relatório semestral de cada medida (julho a dezembro)	Órgãos das medidas → Secretariado
Março	Relatório anual consolidado e parecer técnico	Secretariado
Abril	Reunião da Comissão: aprovação do relatório anual e das contas auditadas	Comissão
Maio	Publicação do relatório anual	Secretariado
Julho	Relatório semestral de cada medida (janeiro a junho)	Órgãos das medidas → Secretariado
Outubro	Propostas de plano e orçamento para o ano seguinte	Órgãos das medidas → Secretariado
Novembro	Reunião da Comissão: aprovação dos planos e orçamentos	Comissão

Tabela 65 Ciclo anual de reporte

Nos anos 1 a 5, a Comissão reúne em abril e em novembro. A partir do ano 6 reúne apenas em novembro, aprovando nessa reunião o relatório anual.

8. Próximos passos

O calendário seguinte situa o presente documento no processo de licenciamento e identifica os principais marcos até ao início da operação do projeto:



Figura 28 Próximos passos

O processo de escuta ativa mantém-se ao longo de todo este percurso, desde já até ao início da operação, e para além dela.

No curto prazo, os próximos passos da Lightsource bp são:

1. **Ratificar o Programa de Benefícios Partilhados** com cada parceiro, com particular atenção às iniciativas que ainda não têm parceiro identificado (ver capítulo Partilha);
2. **Desenhar em detalhe o sistema de indicadores** e o plano de trabalho de cada iniciativa;
3. **Desenhar com detalhe o Plano de Governação com os parceiros, municípios e juntas**

Com exceção da iniciativa **LUZ partilhada**, já em fase de arranque, todas as restantes iniciativas do Programa de Benefícios Partilhados têm início previsto com o arranque da construção. Existe, por isso, tempo para consolidar este trabalho. Ainda assim, a Lightsource bp compromete-se a apresentar uma **maior concretização do sistema de indicadores e de acompanhamento** em conjunto com a submissão do Projeto de Execução.

9. Anexos

- **Anexo I** — Mapa de Partes Interessadas (*setembro 2026*) — Lightsource bp
- **Anexo II** — Estudo socioeconómico do Parque Solar Sophia (*setembro 2026*) — EY
- **Anexo III** — Inquérito de recolha de opiniões — Lightsource bp
- **Anexo IV** — Cartazes sobre sessões de recolha de opiniões — Lightsource bp
 - IV-A. Junta de Freguesia de Penamacor
 - IV-B. União de Freguesias de Pedrógão de São Pedro e Bemposta
 - IV-C. Junta de Freguesia da Orca (Martianas)
 - IV-D. Junta de Freguesia da Orca
 - IV-E. União das Juntas de Freguesia de Vale de Prazeres e Mata da Rainha
 - IV-F. Junta de Freguesia de Medelim
 - IV-G. Junta de Freguesia de Aldeia de Santa Margarida
 - IV-H. Junta de Freguesia de Proença-a-Velha
- **Anexo V** — Cartazes sobre sessões de esclarecimento — Lightsource bp
- **Anexo VI** — Folheto informativo sobre o projeto reformulado — Lightsource bp
- **Anexo VII** — Apresentação exibida durante as sessões de esclarecimento — Lightsource bp
- **Anexo VIII** — Conteúdos informativos patrocinados no Jornal Reconquista — Reconquista/Lightsource bp
 - VIII-A. "Transição Energética: Ouvir Primeiro, Construir Depois" (*14/05/2026*)
 - VIII-B. "Parque Solar Sophia: Os Contributos da Comunidade na Melhoria do Projeto" (*25/06/2026*)
 - VIII-C. "O que Acontece Quando um Rebanho Entra num Parque Solar?" (*23/07/2026*)
 - VIII-D. "E se a Energia Solar Produzida e Armazenada ao Lado da sua Casa Pudessem Beneficiar a Comunidade?" (*27/08/2026*)
 - VIII-E. "Como o Reforço do Diálogo com o Território Contribuiu para Reformular o Projeto Sophia" (*01/10/2026*)
- **Anexo IX** — Folheto informativo sobre a "LUZ Partilhada" — ENERMATCH
- **Anexo X** — Cartazes das sessões informativas "LUZ Partilhada" — ENERMATCH
 - X-A. Sessão de 24 de agosto

- X-B. Sessão de 25 de agosto
- X-C. Sessão de 4 de setembro
- **Anexo XI** — Plano Estratégico de Integração Agroecológica e do Pastoreio — ANIMOB
- **Anexo XII** — Diagnóstico do setor turístico da região e proposta do Programa ZERO_Destinations para o desenvolvimento turístico sustentável - Horizonte Gótico
- **Anexo XIII** — Protocolos de colaboração e parcerias;
 - XIII-A. Protocolo de colaboração no programa de reabilitação de habitações (Lightsource bp — Just a Change)
 - XIII-B. Memorando de Entendimento do Banco de Energia (Lightsource bp — Just a Change — Fundación Energía Responsable)
 - XIII-C. Protocolo de colaboração INTRA_Rail (Lightsource bp — MOVIOJEM)
 - XIII-D. Protocolo de colaboração do Programa FORTALESER (Lightsource bp — MOVIOJEM)
 - XIII-E. Protocolo de colaboração Rota da Energia — Programa de Literacia Energética (Lightsource bp — ADENE)
 - XIII-F. Protocolo de colaboração com o setor académico regional (Lightsource bp — IPCB)
 - XIII-G. Protocolo de colaboração PRO_MOV (Lightsource bp — PRO_MOV)
 - XIII-H. Acordo de doação aos Bombeiros de Penamacor (Lightsource bp — Bombeiros de Penamacor)